

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FABRÍCIO VIEIRA DOS SANTOS

RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS REGIMES PRÓPRIOS PREVIDENCIÁRIOS:
UM ESTUDO DERIVADO DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

UBERLÂNDIA

2023

FABRÍCIO VIEIRA DOS SANTOS

**RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS REGIMES PRÓPRIOS PREVIDENCIÁRIOS:
UM ESTUDO DERIVADO DA TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade Financeira

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade

UBERLÂNDIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Contábeis
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1F, Sala 248 - Bairro Santa Monica,
Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3291-5904 - www.ppgcc.facic.ufu.br - ppgcc@facic.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico Número 035 - PPGCC				
Data:	12 de julho de 2023	Hora de início:	08:30 h	Hora de encerramento:	11h
Matrícula do Discente:	11913CCT003				
Nome do Discente:	Fabrício Vieira dos Santos				
Título do Trabalho:	Resiliência financeira dos regimes próprios previdenciários: um estudo a partir da teoria da escolha pública				
Área de concentração:	Contabilidade e Controladoria				
Linha de pesquisa:	Contabilidade Financeira				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	PPGCC01 - Contabilidade e Gestão Aplicada ao Setor Público				

Reuniu-se, por meio do sistema de web conferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Sirlei Lemes - UFU, Lucimar Antônio Cabral de Ávila - UFU, Antônio Gualberto Pereira - UFBA, Maurício Corrêa da Silva - UFRN e Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade - UFU, orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o candidato. Ultimeada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

APROVADO

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título descrito na tabela acima. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/07/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucimar Antônio Cabral de Avila, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/07/2023, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sirlei Lemes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/07/2023, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Gualberto Pereira, Usuário Externo**, em 14/07/2023, às 20:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Corrêa da Silva, Usuário Externo**, em 14/07/2023, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4571029** e o código CRC **1DE7872E**.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 2023	Santos, Fabrício Vieira dos, 1982- Resiliência Financeira dos Regimes Próprios Previdenciários: Um estudo derivado da Teoria da Escolha Pública [recurso eletrônico] / Fabrício Vieira dos Santos. - 2023. Orientadora: Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.451 Inclui bibliografia. 1. Contabilidade. I. Andrade, Maria Elisabeth Moreira Carvalho, 1968-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-Graduação em Ciências Contábeis. III. Título. CDU: 657
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

AGRADECIMENTOS

A presente tese resulta de um trabalho executado na fase final do curso de Doutorado em Contabilidade Financeira pela Universidade Federal de Uberlândia/MG. Desenvolvê-la nesse momento leva-me a reconhecer muitas pessoas que me auxiliaram, e estes agradecimentos apresentam-se como uma singela forma de recompensá-las.

Agradeço inicialmente a Deus, nosso pai e criador.

Agradeço à minha esposa, Cássia Malheiros, por compreender e compartilhar comigo os diversos momentos de angústia vivenciados ao longo da trajetória acadêmica. Ela foi o maior presente que ganhei durante os estudos de doutorado, um amor sincero e verdadeiro que trouxe luz e brilho para a minha vida, ajudando-me a trilhar este sonho. Agradeço também ao meu filho Pedro e à minha enteada Ana Elisa pelo entendimento quanto aos períodos de ausência.

À Patrícia, minha irmã e melhor amiga, pelos momentos de orientação, conversa e apoio, sem os quais eu não conseguiria chegar ao final deste trabalho. À minha mãe Zilá, que mesmo não possuindo escolaridade suficiente para compreender o quão importante é finalizar um curso de doutorado, sempre soube me apoiar incondicionalmente.

Agradeço aos professores Dr. Josedilton Alves Diniz, Dr. Maurício Corrêa da Silva, Dr. Rodrigo Fernandes Malaquias e Dra. Sirlei Lemes, pelas preciosas orientações e apontamentos quando da qualificação deste trabalho. Agradeço também ao professor Dr. Antônio Gualberto Pereira por aceitar o convite para participar da banca de defesa desta tese.

Agradeço, especialmente, à professora e orientadora desta tese, Dra. Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade, pelos momentos vividos durante a escalada acadêmica, em especial como aluno da disciplina Teoria da Contabilidade, como discente participante do Estágio Docente na disciplina de Contabilidade Pública junto à graduação e como orientando desta pesquisa. Foram etapas muito importantes na minha formação de futuro professor/pesquisador. À Professora Beth, minha eterna gratidão.

RESUMO

A previdência social, direito social e dever do Estado, deve ser concretizada mediante ações efetivas que garantam o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios previdenciários, sob pena de incorrer em insolvência às gerações futuras. Observa-se no contexto atual, certo endividamento dos entes federados somado à constatação de resultados inexpressivos dos Regime(s) Próprio(s) de Previdência Social (RPPS) brasileiros, especialmente em âmbito municipal. Assim, considerando a abordagem da resiliência financeira no que se refere à capacidade dos governos de antecipar, absorver e reagir aos choques financeiros ao longo do tempo, bem como considerando o nível de vulnerabilidade ao qual estão expostos os RPPS, torna-se adequado um estudo que possa compreender como agem e decidem os gestores públicos dos regimes próprios previdenciários, especificamente sob o ponto de vista da coexistência entre interesses privados e coletivos e seus reflexos na resiliência dos RPPS, sendo esse o objetivo desta pesquisa. Embasado nos pressupostos da Teoria da Escolha Pública (TEP), buscou-se responder à indagação de como a TEP explicaria os padrões de resiliência financeira dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros, a partir do processo de tomada de decisão dos gestores públicos. Quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se pela utilização do método misto, com proposta de delineamento sequencial explanatório, composto pela primeira etapa quantitativa em que foi possível, com uma amostra de 1521 municípios, construir um Indicador de Resiliência Financeira dos RPPS dos municípios brasileiros (IRF-RPPS) recorrendo-se à utilização da técnica multivariada de análise dos componentes principais, considerando variáveis inerentes aos resultados financeiros dos RPPS, bem como aquelas relativas ao endividamento público dos municípios. Como segunda etapa da pesquisa, foi desenvolvido um estudo qualitativo com a elaboração de um questionário com 25 perguntas objetivas (múltipla escolha e escala tipo Likert) e discursivas, em que se buscou compreender as concepções dos gestores quanto aos aspectos inerentes à resiliência financeira dos RPPS, identificar o comportamento dos gestores quanto às atividades de investimento, verificar se o processo de tomada de decisão dos gestores públicos guia-se por outros interesses ou influências, bem como analisar as percepções dos gestores dos RPPS a partir dos pressupostos da TEP. Com a integração das duas etapas do estudo, foi possível constatar que os pressupostos da TEP explicam a resiliência financeira dos RPPS brasileiros, uma vez que tal como age o *homo economicus*, os gestores públicos tomam decisões partindo de interesses privados, uma vez que são racionais, egoístas e maximizadores das utilidades, fato este que contribui para os baixos padrões de resiliência financeira encontrados nos regimes próprios previdenciários dos entes subnacionais brasileiros. Esta tese apresenta contribuições no que se refere ao fomento das discussões teóricas em torno da aplicação da TEP ao processo de tomada de decisão dos gestores públicos dos RPPS. Além disso, traz contribuições práticas, ao evidenciar os pressupostos básicos da TEP (individualismo metodológico, escolha racional e política como troca) no âmbito dos regimes próprios, sendo que tais constatações podem colaborar com o aprimoramento das atividades de gestão, tendo por finalidade contribuir para a concretização do equilíbrio financeiro e atuarial, com a consequente melhoria dos padrões de resiliência financeira dos RPPS.

Palavras-chave: Regimes Próprios de Previdência Social. Resiliência Financeira. Teoria da Escolha Pública.

ABSTRACT

Social security, a social right and duty of the State, must be achieved through effective actions that guarantee the financial and actuarial balance of the social security systems themselves, under penalty of incurring insolvency for future generations. It happens that, in a current context, there is a certain indebtedness of the federated entities added to the finding of not so expressive results of the Brazilian RPPS, especially at the municipal level. Thus, considering the financial resilience approach with regard to the ability of governments to anticipate, absorb and react to financial shocks over time, as well as considering the level of vulnerability to which RPPS are exposed, a study is appropriate. that can understand how the public managers of their own social security systems act and decide, specifically from the point of view of the coexistence between private and collective interests and their reflections on the resilience of the RPPS, which is the objective of the work. Based on the assumptions of the Public Choice Theory (PTE), we sought to answer the question of how TEP can explain standard of financial resilience in the RPPS of Brazilian subnational entities, based on the decision-making process of public managers. As for the methodological procedures, it was decided to use the mixed method with a proposed sequential explanatory design consisting of the first quantitative stage in which it was possible, with a sample of 1521 municipalities, to construct an Indicator of Financial Resilience of the RPPS of Brazilian municipalities (IRF-RPPS) resorting to the use of the multivariate technique of analysis of the main components, considering variables inherent to the financial results of the RPPS, as well as those related to the public indebtedness of the municipalities. As a second stage of the research, a qualitative study was developed with the elaboration of a questionnaire with 25 objective questions (multiple choice and Likert-type scale) and discursive, in which it was sought to understand the conceptions of the managers regarding the aspects inherent to the financial resilience of the RPPS , identify the behavior of managers regarding investment activities, verify whether the decision-making process of public managers is guided by other interests or influences, as well as analyze the perceptions of RPPS managers based on TEP assumptions. From the integration of the two stages of the study, it was possible to verify that the assumptions of the TEP explain the financial resilience of the Brazilian RPPS, since, as homo economicus acts, public managers make decisions based on private interests, since they are rational, selfish and utility maximizers, a fact that contributes to the low standards of financial resilience found in the pension systems of Brazilian subnational entities. This thesis presents contributions regarding the promotion of theoretical discussions around the application of TEP to the decision-making process of public managers of RPPS. In addition, it brings practical contributions, by highlighting the basic assumptions of the TEP (methodological individualism, rational choice and politics as an exchange) within the scope of the specific regimes, and such findings can collaborate with the improvement of management activities, with the purpose of contributing to the achievement of financial and actuarial balance, with the consequent improvement in the financial resilience standards of the RPPS.

Keywords: Own Social Security Regimes. Financial Resilience. would have Public Choice.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Evolução normativa dos RPPS brasileiros	27
Quadro 2	Padrões de Resiliência Financeira	36
Quadro 3	Síntese dos estudos da TEP	39
Quadro 4	Pressupostos basilares da TEP	45
Quadro 5	Temas centrais da TEP	46
Quadro 6:	Delineamento sequencial explanatório da pesquisa	51
Quadro 7	Variáveis utilizadas na construção do indicador de resiliência financeira	55
Quadro 8	Propriedade de validação de um indicador social	57
Quadro 9	Principais pressupostos para a realização de ACP	58
Quadro 10	Parâmetros observados na elaboração do questionário	61
Quadro 11	Construtos para a análise quantitativa	66
Quadro 12	Variáveis do construto Resiliência Financeira dos RPPS	70
Quadro 13	Variáveis do construto Teoria da Escolha Pública	71
Quadro 14	Modelo empírico do cálculo do IRF-RPPS dos municípios brasileiros	78
Quadro 15	Ações no campo político, jurídico e /ou social para o alcance da resiliência	98
Quadro 16	Justificativas apresentadas quanto ao agir de forma idêntica no mercado político e no mercado privado	102
Quadro 17	Agir e decidir do gestor do RPPS como se estivesse no setor privado	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Scree plot	76
Gráfico 2	Nível de escolaridade dos gestores públicos dos RPPS	82
Gráfico 3	Número de habitantes no município sede do RPPS	83
Gráfico 4	Quantidade de beneficiários vinculados ao RPPS	83
Gráfico 5	Ações essenciais para antecipação, absorção e reação às crises	94
Gráfico 6	Ações na área econômica para o enfrentamento de crises	94
Gráfico 7	Ações na área política, jurídica e social para o enfrentamento de crises	94
Gráfico 8	Ações necessárias para que o RPPS alcance a resiliência financeira	97
Gráfico 9	Ações na área econômica para o alcance da resiliência financeira	97
Gráfico 10	Aplicações financeiras do RPPS por segmento	100
Gráfico 11	Pergunta 19	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Arranjo Estrutural	23
Figura 2	Desenvolvimento da análise de conteúdo	65
Figura 3	Distribuição por cidades de acordo com IRF-RPPS	79
Figura 4	Distribuição por Estados dos cem primeiros RPPS conforme IRF-RPPS	80
Figura 5	Distribuição por Estados dos cem últimos RPPS conforme IRF-RPPS	80
Figura 6	Maior desafio na condução das atividades de gestão dos RPPS	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Estatística descritiva das variáveis IRF-RPPS	72
Tabela 2	Matriz de correlação das variáveis analisadas	73
Tabela 3	Teste de KMO e Barlett	74
Tabela 4	Resultado das Comunalidades	75
Tabela 5	Valores próprios e porcentagem de variância	75
Tabela 6	Autovetores derivados da extração de dois componentes	77
Tabela 7	AFE completa do construto Resiliência Financeira dos RPPS	86
Tabela 8	AFE reduzida do construto Resiliência Financeira dos RPPS	87
Tabela 9	AFE completa do construto Teoria da Escolha Pública	88
Tabela 10	AFE reduzida do construto Teoria da Escolha Pública	88
Tabela 11	Resumo dos fatores construídos	89
Tabela 12	Modelo de Regressão	89
Tabela 13	Influência de sujeitos na tomada de decisão do gestor do RPPS	91
Tabela 14	Percepção dos fatores de vulnerabilidade em momentos de crise	93
Tabela 15	Percepção quanto às ferramentas disponíveis para utilização nas crises	96
Tabela 16	Decisões dos gestores quanto às aplicações financeiras dos RPPS	99
Tabela 17	Pretensões políticas dos gestores dos RPPS	103
Tabela 18	Participação dos servidores nas atividades do RPPS	105
Tabela 19	Possibilidade de conflito de interesse	106
Tabela 20	Pressupostos básicos de TEP	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Análise de Componentes Principais
AEPS	Anuário Estatístico de Previdência Social do RPPS
AF	Análise Fatorial
AFC	Análise Fatorial Confirmatória
AFE	Análise Fatorial Exploratória
CADPREV	Sistema de informações dos Regimes Públicos de Previdência Social
CRP	Certificado de Regularidade Previdenciária
DCL	Variável Dívida Consolidada Líquida
DRP	Variável Despesa do RPPS
IRF-RPPS	Indicador de Resiliência Financeira dos RPPS dos municípios brasileiros
ISP-RPPS	Indicador de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios Previdenciários
KMO	Medida de Kaiser-Meyer-Olkin de adequação da amostragem
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NAP	Variável Número de Segurados Aposentados
NHM	Variável Número de Habitantes do Município
NPE	Variável Número de Segurados Pensionistas
NSA	Variável Número de Segurados Ativos
RCL	Variável Receita Corrente Líquida
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMA	Variável Remuneração Média dos Segurados Aposentados
RMFA	Regime dos Militares das Forças Armadas
RMP	Variável Remuneração Média dos Segurados Pensionistas
RMS	Variável Remuneração Média dos Segurados Ativos
RPC	Regime de Previdência Complementar
RPPS	Regime(s) Próprio(s) de Previdência Social
RRP	Variável Receita do RPPS
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SRPPS	Subsecretaria Especial dos Regimes Próprios de Previdência Social
TEP	Teoria da Escolha Pública
TRR	Variável Total de Recursos do RPPS
TSR	Variável Total de Segurados do RPPS (considerando ativos, aposentados e pensionistas)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Contextualização, lacuna e a construção do problema de pesquisa.....	14
1.2	Objetivos e declaração da tese proposta.....	19
1.3	Justificativa e contribuições esperadas.....	20
1.4	Arranjo estrutural da tese.....	23
2	PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	25
2.1	Os Regimes Próprios de Previdência Social dos entes subnacionais brasileiros.....	25
2.2	Abordagem da resiliência financeira e vulnerabilidade dos RPPS.....	33
2.3	Teoria da Escolha Pública.....	38
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	47
3.1	Epistemologia, ontologia e paradigmas da pesquisa em contabilidade.....	47
3.2	Adoção do método misto e delineamento sequencial explanatório.....	50
3.3	Construção do indicador de resiliência financeira (IRF-RPPS).....	52
3.4	Aplicação do questionário aos gestores dos RPPS.....	59
4	ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	72
4.1	Elaboração do indicador IRF-RPPS.....	72
4.2	Estudo quantitativo a partir da análise das respostas do questionário.....	81
4.3	Análise de conteúdo das respostas e comentários dos gestores do RPPS.....	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICE A – Ranking dos municípios brasileiros ordenados pelo Indicador de Resiliência Financeira (IRF-RPPS).....	131
	APÊNDICE B – Instrumento de pesquisa – Questionário.....	161

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização, lacuna e construção do problema de pesquisa

De acordo com a Constituição Federal, o Brasil, pautado no fundamento da dignidade da pessoa humana, tem por objetivo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. O referido postulado concretiza direitos básicos dos cidadãos, entre os quais destacam-se a seguridade social, compreendida como o conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à assistência social e à previdência social (BRASIL, 1988).

Segundo Castro e Lazzarini (2020, p. 81), a previdência social no Brasil “é instituída mediante a existência de diversos regimes previdenciários, cada qual com suas normas específicas disciplinadoras de categorias jurídicas próprias”. Tais regimes são constituídos por uma coletividade de indivíduos vinculados entre si, tendo em vista a existência de uma relação de trabalho, garantindo determinados serviços e benefícios previdenciários, tais como aposentadoria, pensão por morte, entre outros.

Dentre os regimes existentes, destacam-se os Regimes Próprios Previdenciários (RPPS) dos entes subnacionais brasileiros, uma vez que a Constituição Federal assegurou aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, um regime previdenciário específico, sendo este de caráter solidário, contributivo e com a necessidade de observância ao equilíbrio financeiro e atuarial (BRASIL, 1988).

Segundo Costanzi, Fernandes e Ansilero (2018, p. 14), equilíbrio financeiro pode ser definido “como a existência de receitas suficientes para a realização de todos os pagamentos devidos aos segurados, dentro de um lapso temporal – comumente, ao longo de um exercício financeiro”. Já, o equilíbrio atuarial, prosseguem os autores, “visa a necessidade de avaliar a sustentabilidade do sistema no longo prazo, em um horizonte temporal bastante amplo”.

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo RPPS (BRASIL, 1998). Assim, é imprescindível que cada ente subnacional garanta a solvência do regime próprio previdenciário a ele vinculado, sendo este um dever atribuído àquele ente estatal que realiza a gestão dos recursos pertencentes aos servidores públicos.

Em 13 de novembro de 2019 a Constituição Federal foi modificada, tendo sido alteradas consideravelmente as normas inerentes à previdência social, incluindo as dos RPPS. A partir

da mencionada reforma, proibiu-se a instituição de novos regimes próprios, sendo que os existentes devem primar pelo equilíbrio financeiro e atuarial de cada RPPS (BRASIL, 2019).

Evidencia-se que, após mais de três décadas da publicação da Constituição de 1988, o legislador ainda permanece em vigilância no tocante à necessidade de manutenção da solvência dos RPPS, considerando a obrigatoriedade da efetivação do equilíbrio financeiro e atuarial, da responsabilidade na gestão, da fiscalização pela União, além da obrigatoriedade do controle externo e social (BRASIL, 2019).

Verifica-se ainda, conforme informações obtidas no Boletim de Finanças dos entes subnacionais de 2022, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e tendo 2021 como ano base, que há Estados e Municípios endividados, inclusive excedendo os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em especial no que se refere às despesas com pessoal (STN, 2022). Conforme a LRF, a ação planejada e transparente na gestão fiscal tem por objetivo prevenir riscos e corrigir desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante a obediência a limites e condições no que tange, entre outras, às questões inerentes à seguridade social (BRASIL, 2000).

Desse modo, analisar a previdência social dos servidores públicos à luz da responsabilidade fiscal encontra-se consoante às disposições normativas, tendo em vista que a garantia dos direitos sociais é dever dos entes estatais. Segundo Lima e Guimarães (2009, p. 23), a contabilidade pública aplicada à previdência social tem a função, entre outras, de “garantir, ao indivíduo que não tenha mais capacidade laborativa, os recursos necessários à sua sobrevivência e de seus dependentes, na proporção dos benefícios definidos pela legislação, sob uma perspectiva de sustentabilidade [...]”.

Na perspectiva da sustentabilidade econômica dos RPPS e da capacidade de prever situações que possam levá-los à condição de insolvência, recorre-se inicialmente à perspectiva da resiliência financeira. A referida abordagem preconiza que a garantia de equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos de pensão está em consonância com a capacidade dos governos de antecipar, absorver e reagir aos choques que afetam suas finanças ao longo do tempo (BARBERA et al., 2015).

Estudos anteriores demonstraram que a resiliência financeira está diretamente relacionada à capacidade dos países de enfrentar choques, sejam eles de ordem natural ou econômica, bem como a capacidade de que dispõe as organizações para lidar com as crises e os efeitos decorrentes delas, sendo tal conceito inserido na área das finanças (BARBERA et al.,

2017; SALITER; JONES; STECCOLINI, 2017; BOIN; LODGE, 2016; PIKE; DAWLEY; TOMANEY, 2010).

Ser resiliente na Administração Pública implica uma nova forma de pensar em relação ao futuro (DUI, 2016). Estudos em resiliência governamental vêm demonstrando que as crises financeiras diminuem a capacidade de resiliência, pois politizam o processo de tomada de decisão (CEPIKU; SAVIGNON, 2012), e que os governos locais podem aumentar ou subestimar o nível da crise fiscal a que estão submetidos, com o objetivo de influenciar as discussões políticas (MAHER; DELLER, 2011).

Os governos estão submetidos a frequentes choques financeiros, assim compreendidos como eventos inesperados que afetam negativamente a gestão pública, sendo necessária a adoção de medidas vertiginosas para o enfrentamento (SALITERER; JONES; STECCOLINI, 2017), bem como ao desenvolvimento de um efetivo planejamento de ações de longo prazo (DU BOYS; MONTI; PADOVANI, 2017; DAVIES, 2011; PIKE; DAWLEY; TOMANEY, 2010). Especialmente sobre os governos locais brasileiros, consta que eles não apresentaram capacidade de antecipação ou planejamento estratégico de longo prazo (AQUINO; CARDOSO, 2017).

Citando classificação de Barbera et al. (2017), Lima e Aquino (2019), em estudo seminal sobre a resiliência financeira dos RPPS dos entes subnacionais, evidenciaram o padrão de resiliência fatalista-abnegado encontrado em regimes próprios dos municípios brasileiros. Isso significa que os regimes são impotentes diante das crises que surgem, possuindo então baixa capacidade de antecipação, alta vulnerabilidade e nenhuma reação, pois aceitam passivamente os impactos e as perdas decorrentes dos momentos de crise (LIMA; AQUINO, 2019).

Lima e Aquino (2019) observaram ainda que os aspectos de vulnerabilidade dos fundos de previdência municipal ocorrem devido às pressões orçamentárias que acometem as prefeituras, impactando a interrupção dos repasses aos fundos de pensão, o que estimula o gestor a realizar escolhas com baixo padrão de resiliência, aumentando assim a vulnerabilidade dos RPPS, a qual pode estar associada a falhas de governança dos fundos.

As pesquisas indicam que não há uma abordagem exclusiva para a resiliência, havendo certa escassez de pesquisas relativas à resiliência, com foco nas habilidades e capacidades dos governos em lidar com as crises (BOIN; VAN EETEN, 2013), e que poucos estudos lidam com as consequências estratégicas e gerenciais de longo prazo (BARBERA et al., 2017).

Entre os fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos governos, destacam-se a dependência ou incerteza das receitas e o grau de diversificação das fontes de receita, bem como

a redução das transferências (SALITERER; JONES; STECCOLINI, 2017); as incertezas econômicas e ambientais e o nível de pobreza local (PADOVINI; DU BOYS; MONTI, 2017); os saldos das reservas financeiras, o nível de endividamento, a situação dos ativos, as reservas financeiras e a tributação auferida (BARBERA et al., 2017; DU BOYS, 2017; PADOVANI; DU BOYS; MONTI, 2017).

As crises têm sido objeto de pesquisa relevante na área da administração pública (BOYNE; MEIER, 2009). Christopherson et al. (2010) acreditam que o conjunto de incerteza e insegurança generalizada pode ser a resposta ao destaque conferido à resiliência. Simmie e Martin (2010) sugerem que a resiliência também deve referir-se à vulnerabilidade de uma economia regional a choques.

Especialmente no tocante a crise sanitária vivenciada em todo mundo (2020-2022), é necessário que seja instalado nos RPPS, após período pandemia da Covid-19, um padrão de resposta transformador e proativo por seus gestores, em que possam refletir sobre as vulnerabilidades e nível de riscos a que os RPPS ficaram expostos. (LIMA; REICHERT; OLIVEIRA, 2020).

O combate às crises requer preparação dos gestores públicos, com o objetivo de avaliar os fatores de vulnerabilidades para então adotar medidas efetivas de enfrentamento (BRISTOW, 2010; MATIAS-PEREIRA, 2012). Desse modo, quando do enfrentamento das crises, quanto menor o nível de vulnerabilidade, mais resiliente os governos se mostrarão (BATISTA, 2019).

Ao buscar entender os fatores que afetam a capacidade das economias regionais responderem às mudanças e recuperarem-se de choques significativos de origem externa a região, é inevitável, na visão de Christopherson et al. (2010), deparar-se com questões relacionadas a fatores como a formulação de política e estrutura de governança apropriada que possam habilitar, acomodar e facilitar mudanças.

Assim, uma organização financeiramente resiliente deve dispor de condições para lidar com as crises e se recuperar dos choques financeiros (KONING, 2015). A resiliência refere-se à capacidade organizacional de se recuperar de crises e reduzir riscos (SALITERER; JONES; STECCOLINI, 2017). Portanto, para serem capazes de lidar com choques, os governos devem ser resilientes (BOIN; VAN EETEN, 2013).

Pike et al. (2010) destacam, também, que elementos políticos são amplamente negligenciados nos trabalhos existentes sobre resiliência, mas que o entendimento de como a adaptação afeta a resiliência requer a compreensão de como as relações de poder, política e de

cooperação diferenciadas entre capital, trabalho, Estado e sociedade civil se delineiam e são moldadas pelas trajetórias evolucionárias. E justamente na abordagem da resiliência dos governos, estando esta inserida no contexto político-econômico, que se faz necessário recorrer à Teoria da Escolha Pública (TEP) como referencial teórico fundamental para esta pesquisa.

Mueller (1989) define a TEP como sendo o estudo econômico da tomada de decisão fora do ambiente privado, recorrendo à aplicação da economia no âmbito da ciência política, tendo como postulado basilar que o homem político é egoísta, racional e maximizador das utilidades, tal qual o homem econômico. De acordo com Buchanan (2003), são pressupostos da TEP: (a) individualismo metodológico, que implica dizer que o processo de tomada de decisão ocorre única e exclusivamente com pessoas, ou seja, o homem olha para si antes de olhar para o outro; (b) escolha racional, no sentido de que os indivíduos, incluindo-se os agentes políticos, tomam decisões ponderando os custos e benefícios, de forma a propiciar o maior benefício líquido; (c) política como troca, uma vez que os mercados políticos operam como mercados privados, com indivíduos realizando barganhas, quando da tomada de decisão coletiva.

A TEP não tenta explicar como funciona a economia, mas se vale de métodos econômicos para explorar como a política e o governo funcionam (BUTLER, 2012), ou seja, ela propõe a análise por meio do estudo de elementos que compõem e interferem na tomada de decisões dos agentes políticos (BUCHANAN, 2003). Ela pode ser definida ainda como “o estudo dos processos de decisão política numa democracia, utilizando o instrumental analítico da economia, fundamentalmente os conceitos de comportamento racional e auto interesse que definem o *homo economicus*” (BORSANI, 2004, p. 103).

A Teoria também pode ser definida como o estudo econômico da tomada de decisão fora do mercado, ou simplesmente a aplicação da economia à ciência política, tendo como postulado básico que o homem público é egoísta, racional e maximizador de utilidade (MUELLER, 1989). Trata-se, pois, de um campo de estudo acadêmico que explora os problemas de tomada de decisão, encontrando-se na intersecção das disciplinas de economia e ciência política (SHUGHART II, 2015).

O que torna relevante estudar como as decisões governamentais são tomadas é o fato de que o governo pode utilizar a coerção para forçar as minorias a concordar com a decisão da maioria, sendo que estudar a TEP pode ajudar a identificar como o interesse próprio de determinados grupos pode trazer sérios problemas em determinada minoria ora coagida pelo Estado (BUCHANAN, 2003).

É dever do governo identificar e corrigir falhas de mercado (BUTLER, 2012), sendo que o surgimento do seguro social público deve ser uma reação às imperfeições e incompletudes dos mercados de seguros privados (KULAWIK, 2020). Contudo, as decisões dos governantes frente à necessidade de completar as falhas de mercado são afetadas pelo auto interesse de todos os sujeitos envolvidos no processo político (eleitores, agentes políticos, burocratas, entre outros), não advindo, portanto, de um gestor meramente onisciente e benevolente (BUTLER, 2012).

O risco político, uma vez inserido no espectro do seguro social público, pode minar a estabilidade financeira e a credibilidade dos sistemas de seguridade, uma vez que os políticos estão concentrados em alcançar objetivos pessoais (egoístas) em detrimento de decisões relativas ao bem comum, sendo esse um terreno fértil para o populismo, minando a democracia (KULAWIK, 2020). Pessoas são pessoas, sendo que os comportamentos do *homo politicus* e do *homo economicus* são iguais, independente do ambiente em que estiverem inseridos (TULLOCK; BRADY; SELDON, 2002). Desse modo, não há espaço para a supremacia do interesse público em relação ao particular, uma vez que os agentes políticos buscam seus próprios interesses, construindo uma política sem romance (BUCHANAN, 2008).

Não há um único interesse público, pois há diversos interesses envolvidos no processo de tomada de decisão política, os quais levam os agentes políticos a envolverem-se em lutas com diferentes pessoas e grupos de interesse, acarretando falhas de governo (BUTLER, 2012). Não há interesse público, mas sim interesses individuais que constituem o interesse público (HOLCOMBE, 2016).

Nesse contexto, indaga-se: **Como a Teoria da escolha pública pode explicar os padrões de resiliência financeira dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros, a partir do processo de tomada de decisão dos gestores públicos?**

1.2 Objetivos e declaração da tese proposta

Ao recorrer aos pressupostos da TEP, como fundamento teórico para responder ao problema apresentado, busca-se investigar a tomada de decisão dos agentes públicos no âmbito dos RPPS, pois acredita-se que **tal como age o *homo economicus*, os gestores dos RPPS tomam decisões a partir dos interesses privados, uma vez que são racionais, egoístas e maximizadores das utilidades, fato esse que contribui para os baixos padrões de resiliência financeira dos regimes próprios previdenciários**; sendo essa a tese a ser defendida.

Assim, o objetivo geral do trabalho consiste em **compreender como agem e decidem os gestores públicos dos RPPS, especificamente sob o ponto de vista da coexistência entre interesses privados e coletivos e seus reflexos na resiliência financeira dos regimes próprios.**

Para a consecução deste estudo foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) criar um indicador, a partir dos fatores de vulnerabilidade, que mensure os padrões de resiliência financeira dos RPPS municipais;
- b) conhecer as concepções dos gestores públicos dos regimes próprios previdenciários quanto aos aspectos inerentes à antecipação, absorção e reação a choques financeiros ao longo do tempo;
- c) identificar o comportamento dos gestores públicos dos RPPS quanto às atividades de investimento dos recursos do fundo de pensão;
- d) verificar se o processo de tomada de decisão dos gestores públicos dos RPPS representa o interesse da coletividade ou guia-se por outros interesses e influências;
- e) analisar as percepções dos gestores dos RPPS a partir dos pressupostos da Teoria da escolha pública.

1.3 Justificativa e contribuições esperadas

O Anuário Estatístico de Previdência Social do RPPS - AEPS, 2021-2022, publicado pelo Ministério do Trabalho e Previdência do Governo Federal, ao levantar dados dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros, destaca um aumento significativo do déficit previdenciário, ao considerar o resultado dos fundos de pensão nas capitais e demais municípios brasileiros, passando de superavitário em 2017, para deficitário nos anos seguintes (AEPS, 2022).

O referido documento destaca também “a evolução das despesas com benefícios previdenciários, havendo aumento significativo de mais de R\$ 100 bilhões entre 2014 e 2021 para Estados, Distrito Federal e Municípios” (AEPS, 2022, p. 15), além do resultado atuarial negativo dos RPPS na ordem de 4,6 bilhões de reais (AEPS, 2022).

Como forma de tentar conter o avanço do déficit previdenciário, a previdência social brasileira passou por uma significativa reforma estrutural, em virtude da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019. A reforma teve por objetivo precípua conferir uma nova lógica, justa e sustentável para a previdência social, sendo capaz de reduzir o endividamento

primário e de combater a dívida pública, conforme se verifica na justificativa contida na Exposição de Motivos nº 29/2019 (BRASIL, 2019b).

Especificamente em relação aos RPPS, o referido documento ressalta ainda que: (a) há cerca de 9,5 milhões de servidores ativos, aposentados e pensionistas atualmente amparados pelos fundos de pensão; (b) a gestão é realizada por ente de acordo com legislação própria, sendo que os fundos de pensão juntos somam mais de 270 bilhões de ativos; (c) o crescimento insustentável das despesas previdenciárias não evolui proporcionalmente ao crescimento das receitas; (d) ao longo dos últimos anos, o desequilíbrio das contas previdenciárias dos entes subnacionais tem-se agravado, representando uma das principais despesas correntes; (e) há dificuldades em relação à sustentabilidade financeira e atuarial dos RPPS (BRASIL, 2019b).

E o que se verifica é que a sustentabilidade dos fundos previdenciários está vinculada à realização de microrreformas locais, mais especificamente no que concerne à alteração de alíquotas; nos parâmetros gerais da legislação do governo nacional para a política previdenciária, sendo o norteador para os entes subnacionais; nos aspectos inerentes à eficiência ou não da gestão dos fundos (LIMA; AQUINO, 2019).

Apesar da importância das reformas estruturais visando atingir a sustentabilidade econômica dos RPPS, há de ser ampliado o espectro das pesquisas relacionadas à temática. É necessário, portanto, investigar fenômenos que busquem os motivos subjacentes no tocante às escolhas realizadas pelos gestores públicos, quando da gestão dos RPPS; escolhas estas que podem impactar direta ou indiretamente os padrões de resiliência dos fundos previdenciários públicos.

O ente subnacional, ao aderir à sistemática própria para os RPPS, possui o dever legal de manter a solvência do regime, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial (BRASIL, 1998), o que pode ser compreendido como dever legal de manutenção da sustentabilidade econômica dos RPPS. Espera-se, portanto, que os recursos financeiros sejam suficientes para as gerações de trabalhadores e dependentes vinculados ao serviço público.

Em consonância com a obrigação acima identificada, verifica-se outro dever legal atribuído aos entes subnacionais brasileiros, qual seja, a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas, fundamentado em aspectos inerentes à austeridade em relação aos gastos e receitas, tendo como escopo normativo a LRF (BRASIL, 2000).

Os entes enfrentam dificuldades com endividamento público, bem como evidencia-se que o desequilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS se mantém ao longo dos anos (NOGUEIRA, 2012; REIS; LIMA; WILBERT, 2015). Os problemas apresentados pelos fundos de pensão

vêm comprometendo a sustentabilidade dos RPPS (BARROSO, 2010; FÉLIX; RIBEIRO; TOSTES, 2008; LIMA; OLIVEIRA; SILVA, 2012; NOGUEIRA, 2012; PORTO; CAETANO, 2015; REIS; LIMA, WILBERT; 2015), sendo que estes podem ser resolvidos a partir do campo de atuação das pesquisas acadêmicas, o que corrobora a importância de estudos sobre o tema.

Assim, compreender o processo de tomada de decisão dos gestores públicos dos RPPS pode solucionar problemas que atingem significativa parcela social (servidores públicos, aposentados, pensionistas e seus respectivos dependentes), uma vez que os RPPS devem garantir o pagamento dos benefícios, nesse aspecto demonstra-se a contribuição social desta pesquisa.

O gestor público legalmente deve conduzir os interesses da coletividade, sempre pautado pelo objetivo da mitigação da vulnerabilidade, especialmente no que se refere aos fundos de pensão, pois as escolhas individuais dos gestores interferem em uma significativa parcela da coletividade (servidores, aposentados, pensionistas e dependentes), sendo fundamental compreender o processo de tomada de decisão daqueles que lidam com os recursos financeiros de todo o grupo de servidores públicos dos entes subnacionais brasileiros.

Os dados apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (2022), somados aos argumentos elencados pelo Governo Nacional em defesa da reforma previdenciária (BRASIL 2019b), acrescidos ainda dos estudos empíricos (AQUINO; CARDOSO, 2017; LIMA; AQUINO, 2019), evidenciam que os fundos de pensão vêm transpassando ao menos na última década, certo grau de insustentabilidade financeira que os torna vulneráveis a choques diversos, agravando assim a capacidade de resiliência financeira, podendo culminar na insolvência dos RPPS, corroborando assim a relevância deste estudo.

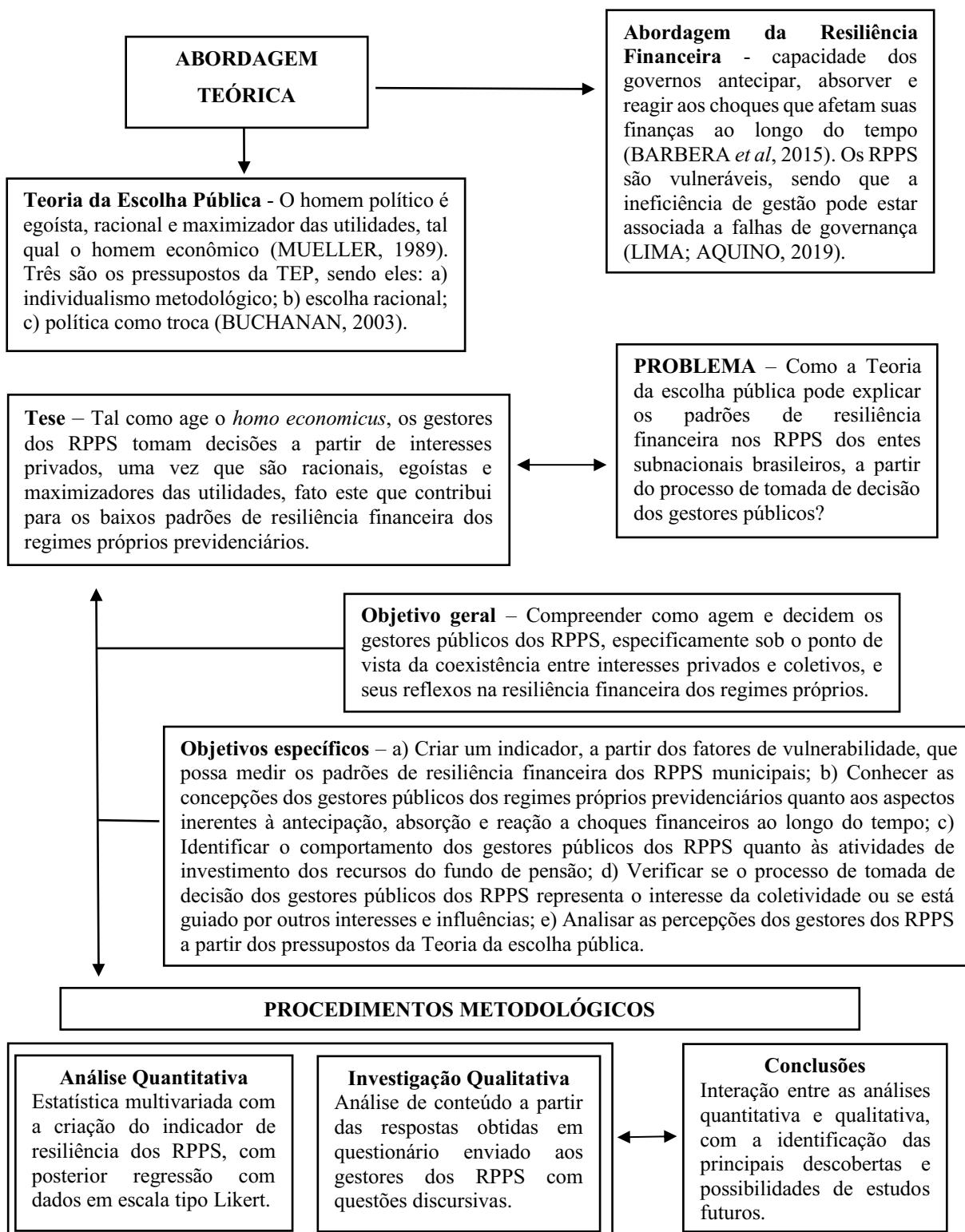
Em relação às contribuições esperadas, destacam-se: (a) o fomento às discussões teóricas em torno da perspectiva da resiliência financeira, aplicada aos RPPS; (b) a análise da Teoria da escolha pública aplicada ao processo de tomada de decisão dos gestores públicos dos RPPS; (c) a compreensão dos fenômenos relacionados ao poder decisório dos gestores públicos que contribuem para os padrões de resiliência financeira dos regimes próprios previdenciários.

Na abordagem empírica, a pesquisa contribui para a inserção da contabilidade pública no contexto das discussões sobre os padrões de resiliência dos RPPS a partir da análise das decisões dos gestores e sob o enfoque da Teoria da escolha pública, estando em consonância com a linha de pesquisa Contabilidade Financeira, vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia/MG.

1.4 Arranjo estrutural da tese

De forma sintetizada, apresenta-se na Figura 1 uma estrutura ilustrativa da presente tese.

Figura 1 – Arranjo estrutural



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Para alcançar o objetivo geral do presente estudo, a organização estrutural da tese foi dividida em cinco capítulos, incluindo a introdução ora apresentada até o momento. O capítulo 2 versou sobre as perspectivas teóricas que fundamentam a pesquisa, partindo, inicialmente, da evolução normativa dos RPPS brasileiros, com posterior análise da perspectiva da resiliência financeira sob o ponto de vista da vulnerabilidade dos fundos de previdência, uma vez que tal abordagem sedimenta o contexto observável na lacuna de estudo.

Buscou-se, ainda no segundo capítulo, adentrar nos aspectos relacionados à Teoria da escolha pública, uma vez que se acredita ser esta o escopo referencial teórico central a ser utilizado para responder à indagação geral proposta, haja vista que a tese a ser defendida constitui elemento de verificação junto à Teoria, no âmbito dos regimes próprios previdenciários brasileiros.

No Capítulo 3, foram delineados os procedimentos metodológicos, considerando a leitura epistemológica, ontológica e os paradigmas da pesquisa contábil, a partir da escolha do método misto com delineamento sequencial explanatório, tendo por objetivo encontrar resposta à problemática apresentada. Ainda nesse capítulo foram apresentadas a população e a consequente definição da amostra objeto da pesquisa, bem como a adoção da estatística multivariada para a construção do indicador de resiliência financeira e metodologia para a realização da análise de conteúdo obtida com o questionário aplicado aos gestores.

No capítulo 4, foram apresentados os resultados e discussões da pesquisa, mediante observância das práticas dos gestores dos RPPS dos municípios brasileiros, partindo as análises da elaboração do indicador de resiliência financeira, da construção do modelo de regressão e as consequentes inferências e interpretações pertinentes à análise de conteúdo das respostas do questionário aplicado aos gestores.

No quinto e último capítulo, foram realizadas as integrações entre a análise quantitativa e a investigação qualitativa a partir dos resultados obtidos nas seções antecedentes, com a apresentação das considerações finais. Além disso, foram abordados os principais achados do estudo, limitações e possibilidades de pesquisas futuras.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

2.1 Os Regimes Próprios de Previdência Social dos entes subnacionais brasileiros

A gênese dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros está associada ao caráter não contributivo dos servidores, sendo a integralidade do financiamento a cargo do Estado. Ao final do século XVIII, as primeiras categorias de servidores beneficiados por um sistema protetivo envolveram as Forças Armadas, sendo tal benefício expandido no início do século XIX a todos os empregados do governo, com a criação, em 1835, do Montepio Geral da Economia (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1985).

A proteção inerente à aposentadoria foi matéria reservada a determinadas categorias de servidores públicos específicos, entre eles magistrados, funcionários da Marinha e operários da Casa da Moeda, sendo que a primeira Constituição brasileira a tratar da matéria previdenciária foi a de 1891 (CASTRO; LAZZARINI, 2020), concedendo aposentadoria aos funcionários públicos em casos de “invalidez no serviço da Nação”, em caráter assistencial, e de ausente contribuição do servidor (BRASIL, 1891).

Para Nogueira (2012), os regimes próprios podem ser analisados sob a ótica de três estágios, a saber: (1) No período anterior à Constituição de 1988, em que a aposentadoria era concedida apenas para uma parcela dos servidores, não havendo regras específicas para o equilíbrio entre receitas e despesas; (2) A entrada em vigor da atual Constituição Federal de 1988, que promoveu um crescimento e incentivo à instituição de RPPS pelos municípios brasileiros; (3) Após a reforma previdenciária ocorrida em 1998, quando o governo atentou-se para o necessário equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, bem como para o caráter contributivo.

O cerne da reforma dos RPPS ocorrida em 1998 concentra-se na necessidade de garantia do equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes, tendo em vista que no referido ano, o déficit financeiro dos RPPS federal, estaduais e municipais, considerados conjuntamente, representava 3,7% do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB), ao passo que o mesmo déficit financeiro no Regime Geral de Previdência Social, correspondia a 0,7% do PIB, o que provocou uma reação do governo, culminando na primeira alteração proposta pela Emenda Constitucional nº 20/98 (CALAZANS et al., 2013).

Com a Emenda Constitucional nº 20/98, os servidores poderiam aposentar-se por invalidez permanente ou de forma compulsória com proventos proporcionais ao tempo de

contribuição, aos setenta anos, ou ainda de forma voluntária aos sessenta anos, se homem, e cinquenta e cinco, se mulher, com trinta e cinco anos de contribuição e trinta anos, respectivamente ou ainda aos sessenta e cinco anos, se homem, e aos sessenta anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição (BRASIL, 1998).

A alteração na Constituição também determinou que a aposentadoria dos juízes observasse as mesmas regras dos servidores convencionais, e desvinculou do regime próprio previdenciário os servidores ocupantes de cargo em comissão, bem como aqueles ocupantes de cargo temporário ou emprego público, migrando tais servidores para o regime geral previdenciário (BRASIL, 1998).

Os servidores públicos que ingressaram no funcionalismo até 16 de dezembro de 1998, foram contemplados com duas regras transitórias, tendo sido assegurada a aposentadoria com idade reduzida, conforme art. 2º da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como aposentadoria com proventos integrais, conforme art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 (GOES, 2016).

Notava-se com a reforma previdenciária que o Estado paternalista até então vigente, vinha sendo substituído pelo caráter contributivo do RPPS e pela exigência do equilíbrio financeiro e atuarial (FERRARI et al., 2002), fixando-se com o status de princípio essencial e estruturante da previdência social, devendo ser observado e concretizado pelos gestores públicos (NOGUEIRA, 2012).

Nesse cenário de reforma previdenciária, os estados e municípios passaram a adotar os regimes próprios com o objetivo de melhorar a situação financeira dos tesouros, uma vez que os entes municipais não mais iriam contribuir para o Regime Geral de Previdência e para o Fundo de Garantia (IKEDA; NAJBERG, 2002). Além disso, os entes municipais também poderiam instituir suas próprias alíquotas de contribuição, deixando de contribuir com vinte e dois por cento para o regime geral, representando mais um benefício para a instituição de RPPS (MADRID, 2012).

Percebe-se, então, que a criação dos regimes próprios dos entes subnacionais brasileiros ocorreu em um ambiente de pensamento de curto prazo, não havendo significativa preocupação com a perspectiva de médio e longo prazo em relação ao custeio dos benefícios aos segurados, inclusive no tocante aos estudos atuariais para a definição da alíquota de contribuição capaz de permitir o acúmulo de reservas financeiras para o pagamento de benefícios futuros (IKEDA; NAJBERG, 2002).

Tendo como pressuposto o princípio da solidariedade, o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS vem sendo almejado mediante reformas pontuais no sistema previdenciário brasileiro, tal como a ocorrida com a Emenda Constitucional nº 41/2003, a qual tornou obrigatória a contribuição previdenciária ao RPPS pelos servidores inativos e pensionistas, tendo modificado o cálculo da média das remunerações ao longo do período contributivo (ROCHA; CAETANO, 2008, p. 9).

Nos últimos vinte anos, o debate em torno da previdência social brasileira intensificou-se em virtude do aumento da expectativa de vida da população, bem como do crescimento das despesas previdenciárias (GIAMBIAGI et al., 2018). Tal situação é retratada, por exemplo, quando se exige o equilíbrio atuarial e financeiro, conforme previsto na atual Constituição Brasileira (BRASIL, 1988).

Ainda que o Governo busque reformas pontuais e específicas para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros, é possível verificar certo desequilíbrio nas contas dos fundos de pensão, sendo tal característica observada ao longo dos anos (IKEDA; NAJBERG, 2002; BISPO, 2004; ROCHA, 2008; MADRID, 2012; NOGUEIRA, 2012; PORTO; CAETANO, 2015; REIS et al., 2015; CAETANO, 2016).

Assim, recorre-se à apresentação da evolução normativa dos RPPS a partir da Constituição Federal de 1988, para melhor compreensão do processo de transformação jurídica pelo qual vem passando os regimes próprios de previdência social ao longo do tempo, tendo por finalidade equacionar a balança financeira e atuarial, de acordo com o demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Evolução normativa dos RPPS brasileiros

Documento normativo	Principais pontos abordados
Constituição Federal de 1988 – texto original	A Constituição, em seu art. 40, dispôs especificamente sobre as regras inerentes a dois benefícios aos servidores públicos, quais sejam: aposentadoria e pensão por morte. A contribuição para o sistema restou a cargo exclusivo do Estado, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de contribuição dos servidores para o custeio. A Constituição autorizou, conforme parágrafo único do art. 149, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício deles, do sistema de previdência e assistência social, ficando silente em relação aos servidores da União. Cinco foram as circunstâncias que culminavam na aposentadoria, a saber: 1) por invalidez permanente com proventos integrais quando decorrente de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, sendo os proventos proporcionais nos demais casos; 2) compulsoriamente aos setenta anos com proventos proporcionais ao tempo de serviço; 3) de forma voluntária aos 35 anos de serviço, se homem, e aos 30 anos, se mulher, com proventos integrais, reduzido em cinco anos quando na função de magistério; 4) de forma voluntária aos 30 anos de serviço, se homem, e aos 25 anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo; 5) de forma voluntária aos 65 anos de idade, se homem, e aos 60 anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço. Admitiu

	ainda a possibilidade de redução dos tempos e idades estabelecidos, quanto às atividades penosas, insalubres ou perigosas, deixando a cargo de uma nova lei complementar a efetivação da referida exceção, bem como o estabelecimento de aposentadoria para servidores temporários. Fixou ainda a integralidade do cômputo do tempo de serviço prestado a qualquer ente federado, seja União, Estados, Distrito Federal ou Municípios. Garantiu a revisão da aposentadoria na mesma data da modificação da remuneração dos servidores em atividade, estendendo aos inativos qualquer benefício conferido aos servidores da ativa. No que se refere à pensão, fixou que o benefício corresponderia à totalidade do vencimento ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, garantindo ainda o direito à modificação no valor da pensão à medida que ocorreram alterações e outros benefícios nos servidores da ativa.
Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990	O Estatuto dos servidores da União ampliou os benefícios constitucionais de aposentadoria e pensão, para então dispor sobre o plano de seguridade social dos servidores da União, conferindo cobertura aos próprios servidores e também à sua família, com a instituição dos seguintes benefícios, conforme extrai-se do art. 185 do referido diploma normativo – quanto ao servidor: aposentadoria, auxílio-natalidade, salário família, licença para tratamento de saúde, licença à gestante, à adotante e licença-paternidade, licença por acidente em serviço, assistência à saúde, garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias; quanto ao dependente: pensão vitalícia e temporária, auxílio-funeral, auxílio-reclusão, assistência à saúde. Com essa expansão, o custeio das aposentadorias restou integralmente para a União, sendo os demais benefícios custeados com o produto da arrecadação das contribuições sociais obrigatórias dos próprios servidores.
Emenda Constitucional nº 03, de 17 de março de 1993	Como não havia previsão quanto à contribuição dos servidores da União no que refere ao benefício da aposentadoria, foi incluído o parágrafo sexto no art. 40 da Constituição Federal, o qual estabeleceu que as aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais seriam custeadas com recursos provenientes da União e das contribuições dos servidores, o que marcava o fim da aposentadoria como prêmio por parte do Estado em relação aos servidores da União.
Lei Federal nº 8.688, de 21 de julho de 1993	Alterou o Estatuto dos servidores da União, determinando que o custeio das aposentadorias e pensões fica a cargo da União e de seus servidores, modificando o parágrafo 2º do art. 231 da Lei nº 8.112/91, e fixando as alíquotas de contribuição dos servidores variando de 9% a 12%, conforme a remuneração.
Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998	O Presidente Fernando Henrique Cardoso adotou a medida provisória com o intuito de estabelecer as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal, devendo tais regimes serem estruturados conforme normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime, observando os seguintes parâmetros: I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; II - financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes; III - as contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes; IV - cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais; V - cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios; VI - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação; VII - registro contábil individualizado das contribuições de

	cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais; VIII - identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos; IX - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo. No caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constitui requisito adicional, para organização e funcionamento de regime próprio de previdência social dos servidores públicos e dos militares, ter receita diretamente arrecadada superior à proveniente de transferências constitucionais da União e dos Estados. Fixou também que a alíquota de contribuição dos entes federados não poderia ser superior ao dobro da alíquota de contribuição dos servidores. A despesa líquida com pessoal inativo e pensionistas dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares de cada um dos entes estatais não poderá exceder a doze por cento de sua receita corrente líquida em cada exercício financeiro, devendo ainda ser publicado demonstrativo da execução orçamentária mensal. Estabeleceu a obrigatoriedade de contribuição dos servidores públicos ativos ou aposentados, bem como dos pensionistas, devendo todos participarem do custeio, de forma contributiva e solidária. Admitiu-se a possibilidade da constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, sendo que os dirigentes do órgão ou da entidade gestora do regime próprio de previdência social dos entes estatais, bem como os membros dos conselhos administrativo e fiscal dos fundos, responderiam diretamente por infração ao disposto na Medida Provisória. O descumprimento das normas relativas aos RPPS leva os entes às seguintes penalidades: a) suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União; b) impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; c) suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais. Fixou competência para a União quanto à orientação, supervisão e acompanhamento dos RPPS. Estabeleceu responsabilidade do ente federado quanto ao cumprimento das obrigações do regime previdenciário, em caso de extinção.
Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998	Assegurou aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, o regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Alterou as regras da aposentadoria voluntária, incluindo um novo requisito, qual seja, o cumprimento do tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, bem como exclui a aposentadoria por tempo de contribuição apenas, fixando então a obrigatoriedade de idade atrelada ao tempo de contribuição, sendo 60 anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e 55 de idade e trinta de contribuição, se mulher; ou ainda 65 anos de idade, se homem, e 60 de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. A Emenda manteve a redução de 5 anos para professor, contudo exclui a expressão magistério para fixar a redução aos servidores do magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. Vedou a percepção de mais de uma aposentadoria, salvo nos casos de cargos acumuláveis previstos na Constituição. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. Possibilitou a instituição de previdência complementar por parte dos entes federados.
Emenda Constitucional nº 41/2003	Inseriu a solidariedade como princípio dos RPPS, uma vez que estabeleceu o caráter contributivo para todos os entes públicos e servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados ao regime próprio. Alterou a forma de cálculo dos proventos da aposentadoria, sendo consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições o Regime Geral de Previdência, tendo modificado ainda a forma de concessão do valor relativo à pensão por morte. Equiparou os aposentados e pensionistas com os servidores ativos para fins de contribuição ao regime próprio de previdência.
Lei nº 10.887/2004	Determinou a fórmula de cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos, sendo considerado a média aritmética simples das maiores

	remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência. Determinou a fórmula de cálculo do benefício de pensão por morte aos dependentes de segurados, sendo igual a à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite ou à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade. Fixou alíquota de contribuição dos servidores da União em 11% (onze por cento).
Emenda Constitucional nº 47/2005	Estabeleceu para os servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, a possibilidade de aposentarem com proventos integrais, desde que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: I) trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; II) vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria; III) idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I.
Emenda Constitucional nº 88/2015	Alterou o art. 40 da Constituição Federal no que se refere ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, estabelecendo que o servidor abrangido por regime próprio de previdência social deverá ser aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
Emenda Constitucional nº 103/2019	A última reforma previdenciária com status constitucional buscou ações efetivas para o equacionamento do déficit financeiro e atuarial considerando o aumento da expectativa de vida da população brasileira, entre outros fatores. São pontos principais da reforma: a) modificou o caput do art. 40 da Constituição, tornando o RPPS não mais assegurado aos servidores públicos, o que significa dizer que deixou de ser garantia dos agentes públicos um regime previdenciário próprio; b) estabeleceu a idade mínima para aposentadoria dos servidores da União, sendo 62 anos para as mulheres e 65 para os homens, equiparando, portanto, o RPPS federal ao regime geral de previdência dos trabalhadores da iniciativa privada; c) Estabeleceu o teto máximo para o valor da aposentadoria, equiparando-o ao teto do regime geral de previdência; d) Aplicou ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social; e) Tornou obrigatória a instituição de regime de previdência complementar aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; f) Possibilitou o não pagamento do abono permanência aos servidores que adquirirem idade para aposentadoria voluntária e mesmo assim optam por não aposentar; g) Proibiu expressamente a instituição de novos RPPS; h) Permitiu a instituição de alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões, mediante lei da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; i) Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo; j) Estabeleceu a possibilidade de contribuição extraordinária dos servidores da União, em caso de déficit atuarial; k) atribui a uma lei complementar federal a responsabilidade de estabelecer as regras gerais de organização e funcionamento dos RPPS, fato este que irá implicar, em momento futuro, a revogação da Lei nº 9717/98. A Lei complementar federal a qual é mencionada pela Emenda Constituição nº (103/2019 deverá dispor, entre outros fatores: I) requisitos para sua extinção e consequente migração para o Regime Geral de Previdência Social; II) modelo de arrecadação, de aplicação e de utilização dos recursos; III) fiscalização pela União e controle externo e social; IV)

	definição de equilíbrio financeiro e atuarial; V) condições para instituição do fundo; VI) mecanismos de equacionamento do déficit atuarial; VII) estruturação do órgão ou entidade gestora do regime, observados os princípios relacionados com governança, controle interno e transparência; VIII) condições e hipóteses para responsabilização daqueles que desempenhem atribuições relacionadas, direta ou indiretamente, com a gestão do regime; IX) condições para adesão a consórcio público; X) parâmetros para apuração da base de cálculo e definição de alíquota de contribuições ordinárias e extraordinárias.
--	--

Fonte: elaborado pelo autor (2023) a partir da consulta às legislações referenciadas

Em relação à evolução legislativa dos RPPS, destacam-se os seguintes pontos fundamentais: (1) O RPPS não é mais assegurado aos servidores públicos, tendo o legislador inclusive impulsionado o movimento de extinção dos RPPS existentes, uma vez que vedou a criação de novos RPPS; (2) Deixou a cargo de uma lei complementar federal, que ainda não foi publicada, a regulamentação da organização dos regimes próprios previdenciários dos entes subnacionais brasileiros; (3) Fixação de uma idade máxima para aposentadoria dos servidores federais, qual seja, 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens, tendo excluído a aposentadoria por tempo de contribuição; (4) Equiparação dos RPPS ao Regime Geral de Previdência Social, no que se refere à idade e teto de aposentadoria; (5) Possibilidade do ente subnacional instituir alíquotas progressivas para os segurados (BRASIL, 2019).

Por fim, cabe ressaltar que a reforma previdenciária ocorrida em 2019, apresentou regras gerais para os RPPS e regras específicas para os servidores da União, restando aos entes subnacionais realizarem alterações pontuais nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios, tendo por escopo readequar o regime próprio de previdência dos servidores públicos.

Em relação às pesquisas sobre regimes próprios previdenciários, nota-se: (a) uma situação deficitária, sendo que a manutenção dos fundos está comprometida caso nenhuma mudança seja executada no plano de benefícios, inclusive a situação tende a se agravar (BISPO, 2004); (b) os servidores públicos não possuem acesso às informações gerenciais dos regimes (LIMA, 2006); (c) a carteira de investimentos conservadora é mais adequada para os fundos, sendo suficiente para superar a meta atuarial (PEREIRA, 2008); (d) o governo vem buscando alternativas para alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS (ROCHA; CAETANO, 2008).

Outras constatações: (e) os servidores do RPPS do Município do Rio de Janeiro possuem pouco conhecimento, dificuldade de acesso e baixo interesse nas informações do fundo (FÉLIX; SILVA, 2009); (f) os RPPS nem sempre possuem gestores públicos com conhecimento técnico adequado, ficando a gestão limitada ao cumprimento de prerrogativas legais (BOGONI; FERNANDES, 2011); (g) ao analisar a situação específica de um RPPS

municipal no Estado do Rio Grande do Sul, constatou-se certo equilíbrio financeiro, contudo déficit sobre a ótica atuarial, sendo que a deficiência do regime estudado está relacionada à criação do fundo, ocasião em que as contribuições dos servidores possuíam destinação diversa, além de ser inexistente a contribuição do ente federado municipal (MADRID, 2012).

A literatura ainda demonstra: (h) o rápido crescimento do número de RPPS entre 1988 a 1998, deveu-se principalmente à obrigatoriedade de instituição do regime jurídico único, o que representou certo conforto ao orçamento pessoal do ente, uma vez que ocorrera a interrupção no recolhimento da contribuição para o INSS e a ausência de uma lei federal estabelecendo normas gerais (NOGUEIRA, 2012); (i) ao analisar as experiências dos RPPS dos Estados e do Distrito Federal, aos autores verificaram que poucos órgãos previdenciários podem ser classificados como unidades gestoras, cuja fragmentação das atividades de concessão e pagamento precisa ser revista, visando proporcionar maior eficiência, transparência e controle na gestão dos RPPS (CALAZANS et al, 2013).

As pesquisas demonstram também: (j) o fato de que o servidor tem a garantia de receber os benefícios em caso de insuficiência financeira do RPPS, porém quem arca com o ônus de uma gestão ineficiente é a sociedade, pois esses recursos que são direcionados à cobertura do déficit do regime poderiam ser direcionados a outras áreas como saúde ou educação (SILVEIRA, 2013); (k) os RPPS dos Estados da região sudeste criaram um fundo de previdência complementar para os servidores, medida esta que contribui para o equilíbrio do sistema, contudo ainda são necessárias outras ações para eliminar o déficit atuarial (SANTOS, 2014).

Há riscos de solvência dos RPPS, sendo que tais riscos, quando associados a não garantia de equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes, relacionam-se a gestão e a avaliação atuarial, uma vez que projetar o fluxo de caixa dos benefícios requer a consideração de fatores como taxa de rotatividade e prospecção do crescimento dos salários e dos benefícios (MYRRHA; OJIMA, 2016).

Ao traçar um diagnóstico dos RPPS estaduais, Caetano (2016) concluiu que a despesa ultrapassa as receitas em todos os estados brasileiros, sendo que o déficit atuarial dos servidores da União e dos estados, no ano de 2014, foi equivalente a 65,8% do produto interno bruto brasileiro, sendo necessárias duas reformas para extinguir ou amenizar o déficit previdenciário: a primeira contemplaria o fim das aposentadorias especiais para professores e militares e a segunda definiria idade mínima unificada de 60 anos para aposentadoria, tornando assim o déficit mais administrável.

Correa (2014) evidenciou que existe uma relação entre densidade populacional e a diminuição do risco de solvência dos RPPS, assim como uma potencialização do risco com o aumento da rentabilidade e do tempo de simulação. A autora comprovou também que o risco de déficit financeiro proveniente de variações demográficas só é verificado após trinta anos de existência do plano previdenciário, ainda que exista déficit atuarial desde os primeiros anos de implantação do RPPS (CORREA, 2014).

Moraes (2021), ao analisar os RPPS dos municípios de Minas Gerais quanto à trajetória, as mudanças institucionais e as escolhas de gestão e estrutura, constatou que as escolhas discricionárias que proporcionam maior êxito ao equilíbrio e sustentabilidade financeira e atuarial dos RPPS estão relacionadas a participação do comitê de investimentos na definição da política de investimento do regime, considerando ainda os investimentos em renda fixa e variável, tendo a possibilidade de êxito condicionada pela densidade demográfica e pelo controle de gasto com pessoal do município.

Santos (2021) identificou que a governança exerce efeito positivo e significativo tanto no desempenho financeiro quanto no atuarial dos RPPS, verificou também que a existência de Código de Ética, de Relatório de Governança Corporativa e de Certificação dos membros do Conselho implicou efeito positivo sobre o desempenho dos regimes próprios, sendo que a existência de controle interno e externo apresentou efeito negativo sobre o desempenho.

2.2 Abordagem da resiliência financeira e vulnerabilidade dos RPPS

A expressão resiliência tem suas origens nos fenômenos das ciências naturais. Analisada sob a ótica física e ecológica, por exemplo, pode ser compreendida como a habilidade de um sistema manter sua estrutura e padrões de comportamento quando perturbado, retomando assim à condição de equilíbrio anterior (HOLING, 1973).

Partindo da abordagem inicial do conceito de resiliência, verifica-se um rompimento com aplicações meramente contidas no âmbito das ciências naturais. Desse modo, dentro do contexto das ciências sociais são levantadas abordagens acerca da nova administração pública, destacando a resiliência como valor fundamental para a gestão pública, a qual deve basear-se em conceitos como adaptabilidade, eficiência e economia (HOOD, 1991).

A resiliência das cidades também emerge nas discussões acadêmicas, como maneira de captar a capacidade diferencial e desigual para reagir, responder e lidar com a mudança incerta, volátil e rápida, o que tende a impulsionar pesquisas interdisciplinares referentes a resiliência

local, especialmente as que se relacionam ao papel desempenhado pelos agentes como líderes institucionais capazes de lidar com as crises (PIKE; DAWLEY; TOMANEY, 2010).

Experimenta-se um mundo cada vez mais interconectado, no qual nenhuma organização pode sobreviver a interrupções como uma entidade independente, o que induz a concluir que os estudos de resiliência devem abranger diversos campos de pesquisa, sendo necessário abordar temas relacionados à preparação-prontidão, resposta-adaptação e recuperação-ajuste (BHAMRA; DANI; BURNARD, 2011). Desse modo, deve-se aprimorar a capacidade de reação a crises, regressando a um estado original, após a absorção dos distúrbios, abrangendo as habilidades para prevenir, antecipar e se recuperar de choques e crises (BOIN; CONFORT; DEMCHAK, 2010).

Em relação às medidas que objetivam conferir respostas às crises financeiras no serviço público, Pollit (2010) destaca as seguintes ações: (a) redução de gastos, de forma compartilhada; (b) ganho de economia, no que se refere aos aspectos da eficiência e necessidade de austeridade; (c) definição de prioridades, concentrando os resultados na eficácia em detrimento da eficiência. No tocante à austeridade, verificam-se, por exemplo, cortes fiscais, cortes organizacionais, mudança fiscal e mudança organizacional, como ferramentas a serem utilizadas pelos gestores (OVERMANS; NOORDEGRAAF, 2014).

De acordo com Barbera et al. (2014), há categorias de respostas aos choques, na perspectiva da resiliência financeira, sendo as de curto prazo relacionadas a corte de gastos, ajuste de projetos de investimentos e aumento de receita, mediante a instituição de novos tributos. Em longo prazo, afirmam os autores, podem ser destacadas ações como fusão de departamentos, priorização de orçamentos de longo prazo e controle das finanças.

A crise financeira de 2008, por exemplo, propiciou a ampliação do campo de pesquisas relacionadas à resiliência financeira e à capacidade de prever choques na Administração Pública. Os governos nacionais viram-se obrigados a instituir reformas relativas à austeridade nos serviços públicos, cujo objetivo era o enfrentamento da crise (LODGE, HOOD, 2011; POLLIT, 2010).

A crise de 2008 não produziu efeitos apenas no governo nacional, os entes subnacionais também foram impactados (HENDRICK, 2011; JONAS, 2012), o que levou ao aumento da dívida pública (BEETSMA, 2011), com a consequente diminuição das receitas estatais (OVERMANS; NOORDEGRAAF, 2014). A resiliência é, portanto, vista como a capacidade de lidar com a incerteza relacionada a choques e perturbações (SHAW, 2012).

Ainda que inseridos em um complexo de adversidades, tal como a crise financeira de 2008, os governos são capazes de aumentar a resiliência financeira, tendo em vista que a capacidade adaptativa pode estar intimamente relacionada à capacidade de antecipação consciente da crise, mediante a utilização de ferramentas e conhecimentos intrínsecos capazes de reconhecer e identificar potenciais choques antes da eclosão (BARBERA et al., 2014).

No que se refere à resiliência financeira, destacam-se as dimensões antecipação e consciência dos riscos, capacidade de lidar com choques inesperados, aliado ao necessário retorno tempestivo e a capacidade adaptativa, frente aos substratos antecipação, absorção e reação dos choques, que podem afetar as finanças ao longo do tempo (BARBERA et al., 2017).

Portanto, a resiliência financeira pode ser definida como a capacidade dos governos (nacional e subnacionais) em antecipar, absorver e reagir a choques financeiros ao longo do tempo, composta pela reunião das dimensões choques financeiros, fatores de vulnerabilidade, capacidade de antecipação e capacidade de enfrentamento às crises (BARBERA et al., 2017).

Qualquer evento inesperado, seja em âmbito interno ou externo à organização, que traga impacto significativo e contínuo para as finanças públicas, e que possa afetar negativamente os aspectos financeiros, repercutindo inclusive na possibilidade de ameaça à sobrevivência do ente estatal, há de ser considerado como choque (SALITERER; JONES; STECCOLINI, 2017).

A capacidade de resistência aos choques financeiros está diretamente relacionada ao conceito de resiliência (WOLMAN et al., 2017), em que se assume ser resilientes os entes governamentais que, “após enfrentarem os impactos dos choques, conseguirem reproduzir bons indicadores econômicos e financeiros, similares aos verificados no período anterior à crise, resguardadas as especificidades econômicas, políticas e ambientais do período” (BATISTA; CRUZ, 2019, p. 8).

Por capacidade antecipatória, compreende-se o desenvolvimento de habilidades que sejam capazes de identificar e gerenciar possíveis vulnerabilidades, reconhecendo, de forma tempestiva, os choques potenciais antes mesmo que eles ocorram (BARBERA et al., 2017). Essa capacidade pode também ser compreendida como “a disponibilidade de ferramentas, instrumentos, técnicas e habilidades que permitem aos gestores identificarem e gerenciarem melhor suas vulnerabilidades ante as possíveis pressões financeiras antes que essas apareçam” (LIMA; AQUINO, 2019, p. 427).

Por outro lado, a capacidade de enfrentamento deve ser analisada sob a ótica do desenvolvimento e aprimoramento de recursos e habilidades que permitam que os choques

sejam enfrentados, bem como as vulnerabilidades gerenciadas, tratando-se, pois, de uma capacidade de proteção, adaptação e transformação (BARBERA et al., 2017).

Os fatores de vulnerabilidade, sejam de ordem interna ou externa, podem ser compreendidos como níveis de exposição a determinado choque (SALITERER; JONES; STECCOLINI, 2017), tais como dependência ou incerteza das receitas, rigidez das despesas, incertezas ou reduções de recursos de transferências governamentais, nível de endividamento, entre outros (BARBERA et al., 2017).

As ocorrências contribuem para a exposição dos órgãos aos aspectos da vulnerabilidade, decorrentes de adversidades no tocante às finanças públicas dos governos nacionais ou subnacionais, uma vez que “a magnitude dos choques financeiros pode ser potencializada pelas vulnerabilidades dos entes governamentais” (BATISTA; CRUZ, 2019, p. 10). Os estudos empíricos demonstram a existência de variáveis que representam fatores de vulnerabilidade para os governos, em especial aquelas relativas ao endividamento e ao nível de arrecadação (BARBERA et al., 2017), saúde financeira (DU BOYS, 2017) e grau de dependência das transferências obrigatórias entre os governos (AQUINO; CARDOSO, 2017).

Barbera et al. (2017) buscaram identificar as dimensões e as capacidades internas e externas que moldam a resiliência financeira, a partir das relações e dos padrões observados, destacando cinco perspectivas, as quais se encontram sintetizadas no Quadro 2, considerando ainda o trabalho desenvolvido por Lima e Aquino (2019).

Quadro 2 - Padrões de Resiliência Financeira

Padrão	Descrição
Autorregulados	Baixa vulnerabilidade e alta capacidade de antecipação e enfrentamento. Apresentam sistemas de controle e planejamento bem desenvolvidos, sendo utilizados para previsões e simulações. Há um forte desejo em manter os riscos potenciais sob controle. Evitam ser dependentes de fundos de governo nacional. Buscam construir reservas para momentos de crise.
Adaptados-restritos	Alta capacidade de antecipação e adaptação ativa – com certo aumento na vulnerabilidade, pois possuem a crença de que fortes capacidades de antecipação seriam suficientes para enfrentar crises. A capacidade é, de certo modo, limitada, tendo em vista os desafios externos e a dependência do governo central.
Adaptados-reativos	Baixa capacidade de antecipação e adaptação reativa – com aumento considerável na vulnerabilidade, pois atuam no momento da reação, o que significa adequar a crise à condição peculiar, o que pode aprofundar ainda mais os aspectos inerentes à vulnerabilidade.
Fatalistas-arrogantes	Baixa capacidade de antecipação com restrita reação – aumento significativo da vulnerabilidade, tendo em vista certo grau de acomodação, não planejando reservas para própria proteção. Eventuais reservas existentes acabam sendo utilizadas para minimizar os impactos do choque.
Fatalistas-abnegados	Baixa capacidade de antecipação com ausência de reação – alta vulnerabilidade, tendo em vista que não planejam o choque, absorvendo-o de forma passiva, o que impactará consideravelmente na reação. Há confiança na venda de ativos e confiança limitada nas capacidades internas, sendo estes os fatores responsáveis pelo aumento da vulnerabilidade.

Fonte: elaborado pelo autor 2023, a partir de Barbera et al. (2017) e Lima e Aquino (2019, p. 428)

Aquino e Cardoso (2017) evidenciaram que a crise econômica resultou em um choque financeiro aos municípios brasileiros, impactando na redução das transferências constitucionais advindas dos governos nacional e estadual, bem como na redução das receitas tributárias dos governos estaduais. Os autores constataram também, que os governos locais analisados não apresentam capacidade de antecipação ou planejamento estratégico de longo prazo, sendo que as respostas usuais para a crise versaram em ações visando o adiamento do pagamento a fornecedores, o aumento de tributos e o corte das despesas públicas.

Em sintonia com os resultados de Aquino e Cardoso (2017), verifica-se o estudo de Jones (2017), em que foi possível constatar, na Inglaterra, a queda da arrecadação tributária e a redução das transferências recebidas, após choque financeiro. Du Boys (2017) comprova que a baixa vulnerabilidade impediu o desenvolvimento da capacidade de antecipação pelos governos locais, sendo que tal capacidade impactou o nível de enfrentamento da crise.

Korac (2017) ao estudar a capacidade de antecipação de governos locais na Áustria, verificou ocorrer a conscientização dos gestores públicos, no sentido de buscar ações mitigadoras para a crise, das quais se destacam planejamento financeiro, processos de monitoramento e planos de investimento de longo prazo. As evidências demonstram o quanto importante é estudar a capacidade dos agentes públicos em relação à antecipação e ao enfrentamento das crises.

Lima e Aquino (2019, p. 428), ao aplicar o conceito de resiliência financeira aos fundos de regimes próprios de previdência em municípios brasileiros, afirmaram que

Aplicando esse conceito no contexto dos regimes de previdência municipais, os gestores de fundos, prefeitos e vereadores estão normativamente limitados pela política de previdência nacional e pelo mandato legal de seus cargos. Considerando esse espaço de atuação, desenharão soluções para se preparar e lidar com eventuais pressões financeiras. A sobrevivência dos fundos é baseada na garantia de que o governo mantenedor do fundo compensará qualquer necessidade de recursos para pagamento de benefícios. Isso traz implicações significativas, entre elas a negociação de acordos com associações de servidores, vereadores, conselheiros e gestores dos fundos que amenizem as pressões impostas pelo contexto local.

Como resultado do estudo, Lima e Aquino (2019) observaram baixo padrão de resiliência financeira, tanto pela prefeitura quanto pelos gestores, o que reduz as possibilidades de lidar com as vulnerabilidades dos RPPS. “Essa interação prefeitura-gestores de fundos em torno de baixos padrões de resiliência tende a aumentar a vulnerabilidade do fundo e transfere condições cada vez mais críticas às administrações futuras” (LIMA; AQUINO, 2019, p. 444).

Embora o contexto da pandemia causada pelo Covid-19 não seja objeto de análise deste trabalho, cabe ressaltar um estudo de Lima, Reichert e Oliveira (2020, p. 8), no qual ressaltam

“a necessidade de que no ambiente pós-pandemia da Covid-19 seja instalado nos RPPS um padrão de respostas transformador e proativo, onde os gestores possam refletir sobre as vulnerabilidades e nível de riscos a que os RPPS ficaram expostos”.

Desse modo, compreendendo as capacidades de antecipação e reação aos choques, os gestores podem apresentar soluções transformadoras e ativas em busca da redução dos níveis de exposição a choques dos regimes de previdência municipais.

2.3 Teoria da Escolha Pública

A economia do bem-estar atribui aos homens públicos um comportamento altruísta, em oposição ao egoísmo esperado dos homens do setor privado, a Teoria da escolha pública, por sua vez, apregoa justamente o contrário, tendo em vista a impossibilidade de diferenciação entre o homem político e o homem de mercado, uma vez que as motivações de ambos são as mesmas, apesar de cada qual sofrer suas respectivas restrições (TONETO JR., 1996).

Os indivíduos podem até adotar comportamentos diversos, em virtude do ambiente em que estão inseridos (público ou privado), contudo, pessoas são pessoas, e isso significa dizer que o *homo politicus* e *homo economicus* são iguais, de tal forma que os diferentes resultados ocorrem porque nos mercados privados, os políticos e eleitores fazem escolhas que afetam principalmente a eles mesmos; enquanto nos mercados políticos, tais sujeitos são egoístas, realizando escolhas que afetam, sobretudo os outros (TULLOCK; BRADY; SELDON, 2002).

É necessário, entretanto, responder à indagação de como o processo de decisão coletiva realmente funciona, partindo da coexistência entre escolha individual no mercado privado e escolha coletiva no governo (HOLCOMBE, 2016). É nesse contexto que emerge a TEP, que se volta para a aplicação dos princípios econômicos na política (MUELLER, 1976).

Dias (2009) ao mencionar as preocupações de James Buchanan quanto aos fundamentos da elaboração da TEP, destaca: (a) a excessiva matematização, em substituição ao que realmente deveria ser o cerne dos estudos – a compreensão das motivações que explicam as decisões dos agentes econômicos; (b) acentuada politização das decisões econômicas, sendo que a transferência para o âmbito da política, muitas vezes, substituída a racionalidade econômica pelos interesses políticos, quando da tomada de decisão.

A economia estuda as ações de indivíduos racionais e egoístas que visam alcançar seus propósitos no mercado privado, ao passo que a aplicação econômica à política leva à concepção de que não somente os mercados fracassam, mas também os governos. A TEP comprovou que

a referida falha de governo impõe muito mais custos para os indivíduos, se comparada à falha de mercado (MEADOWCROFT, 2013), ou seja, o homem olha para si mesmo antes de olhar para os outros (BUCHANAN, 1975).

Enquanto a economia tradicional explora as falhas de mercado nos ambientes comerciais, a TEP desenvolveu-se para demonstrar que os mercados políticos também possuem falhas (DUNLEAVY; OLEARY, 1987). A atenção não está pura e simplesmente voltada para a racionalidade dos agentes, mas volta-se também para os fatores que conduzem a determinado tipo de ação (TONETO JR., 1996).

A TEP vem se desenvolvendo ao longo da história econômica, especialmente a partir da década de 1950, mediante a instituição de um programa de investigação científica denominado Teoria da Escolha Pública ou *Public Choice*. Sua finalidade precípua consiste em aplicar princípios econômicos ao cenário político, e a referida Teoria vem realizando estudos que correlacionam democracia, processos políticos, finanças públicas e macroeconomia (CONGLETON; GROFMAN; VOIGT, 2019).

Para melhor visualizar os estudos seminais e o desenvolvimento da TEP ao longo do tempo, buscou-se construir um referencial teórico que descrevesse as evidências encontradas pelos principais autores que trilharam pesquisas relacionadas à TEP, esse referencial sintetizado dispõe-se no Quadro 3.

Quadro 3 – Síntese dos estudos da TEP

Autor(es)	Principais contribuições
(CONDORCET, 1785)	Identificou o problema do ciclismo, quando da regra de votação por maioria, estabelecendo o teorema do júri de Condorcet, com os seguintes pressupostos: a) a comunidade enfrenta uma escolha binária, sendo apenas uma dessas escolhas será a certa para a comunidade; b) todos em comunidade desejam realizar a escolha certa; c) a probabilidade de que a comunidade faça a escolha certa ao usar a regra da maioria simples aumenta conforme o aumento do número de eleitores. Em um processo de decisão aos pares, nem sempre a opção vitoriosa resulta na escolha preferencial do grupo.
(BORBA, 1781)	Propõe um sistema no qual os eleitores classificam os votos a partir de ponderação conferida aos candidatos, uma vez que há um problema no sistema de votação em que as pessoas possuem direito a um só voto.
(WICKSELL, 1896)	A regra da maioria nas assembleias parlamentares faz com que a legislação aprovada beneficie os próprios membros às custas das minorias que restaram ausentes das coalizões majoritárias. E isto provavelmente impõe custos líquidos ou danos a parcela dos contribuintes, o que leva ao questionamento da eficácia do governo da maioria, devendo a regra da maioria ser substituída pela regra da unanimidade. É necessário examinar a estrutura institucional através da qual as decisões coletivas são tomadas, uma vez que os governantes não são simplesmente déspotas benevolentes. Somente um acordo unânime poderia evitar a exploração realizada pela maioria.
(HOTELLING, 1929)	Buscou esclarecer as razões que levam dois partidos a adotar programas semelhantes de governo, quando da competição por votos.

(SCHUMPETER, 1942)	Método democrático é definido como arranjo institucional para alcançar as decisões políticas nas quais os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo.
(BLACK, 1948)	Responsável pelo lançamento do programa de pesquisa em escolha pública, tendo por finalidade o estudo sobre os fundamentos da tomada de decisão em grupo. Se as preferências dos eleitores têm um direcionamento único então existe um único movimento mais preferido por eles, e isto veio a comprovar o teorema do eleitor mediano, na perspectiva da curva normal da estatística, de modo que o resultado de uma eleição majoritária possa ser representado pela preferência do eleitor mediano. Portanto, qualquer partido que se afastar do centro perde votos para outros partidos.
(BUCHANAN, 1949)	O Estado é visto na concepção orgânica, como um agente em que as escolhas maximizam as preferências coletivas. De outro lado, a visão individualista do Estado enfatiza que as ações estatais são decorrentes de escolhas individuais existentes. As pessoas não visualizam o que recebem de troca em relação ao pagamento de tributos.
(SCHUMPETER, 1950)	A função social da democracia é cumprida pela luta competitiva pelo poder entre as partes, assim como a função social dos mercados é cumprida pela luta competitiva para o lucro entre as empresas.
(ARROW, 1951)	A democracia, assim compreendida pela exteriorização da vontade da maioria, não poderia funcionar, o que levou ao surgimento do teorema da impossibilidade. Há ciclos de maioria, uma vez que a ordem de preferência de votação em uma sequência de pares geraria ciclos contínuos da vontade da maioria pertencente ao poder. Então, nenhum procedimento levaria à preferência individual, o que leva à definição do objetivo de a TEP focar nas escolhas coletivas realizadas pelas instituições políticas.
(SAMUELSON, 1954)	Não é possível fazer com que as pessoas revelem de forma honesta suas preferências, porque nenhuma pessoa poderia ser excluída de usufruir de um bem público.
(TULLOCK, 1959)	A regra da maioria expandiu o número de coalizões distintas, o que faz aumentar os custos de tributação para toda a coletividade.
(BUCHANAN e TULLOCK, 1962)	Se no mercado os agentes privados atuam com o objetivo de maximizar as suas próprias utilidades, por que eles agiriam de forma diversa no mercado público? Ao buscar responder à indagação proposta, encontraram que o homem é maximizador de utilidade, sendo que as categorias de falha de mercado – monopólio poder, bens públicos, externalidades, informações limitadas e assimétricas e risco moral - eram evidentes muito mais nos mercados políticos do que nos mercados comuns, até por causa da onipresença das individualidades nos mercados políticos, sendo tais conclusões publicadas no livro <i>The Calculus of Consent</i> .
(RIKER, 1964)	Rejeitou a escola comportamental então em voga em favor da Teoria da escolha racional, tendo indicado que estava saindo da ciência política convencional, uma vez que empregou a Teoria dos jogos, demonstrando que o conflito e a resolução do conflito eram parte integrante da escolha pública.
(OLSON, 1965)	Analizou o comportamento dos grupos de interesses no processo político, na perspectiva da Teoria da escolha racional, tendo encontrado os seguintes achados: a) Os grupos existentes têm vantagens decisivas sobre grupos potenciais na competição por favores políticos; b) Grupos que oferecem benefícios concentrados são mais eficazes do que grupos que oferecem benefícios dispersos. Pequenos grupos são mais eficazes do que grandes grupos; c) Grupos que podem influenciar certos setores são mais eficazes do que aqueles que não o podem. Desse modo, as políticas são direcionadas para os grupos de interesses mais eficazes, em que se encontram o eleitor mediano. Demonstrou que a lógica da tomada de decisão racional leva os eleitores a investir pouco tempo na coleta de informações para ajudar na decisão do voto. Todas essas evidências foram publicadas no livro <i>The Logic of Collective Action</i> .
(TULLOCK, 1967)	O direito que o Estado tem de fornecer o produto ou o serviço monopolizado é um direito valioso, o que implica em esperar que os indivíduos invistam tempo e dinheiro para obter esse direito. Esses investimentos constituiriam um puro desperdício social, servindo apenas para determinar a renda do monopólio, não tendo impacto positivo na alocação de recursos.

(STIGLER, 1971)	Os agentes privados demandam regulamentação e o governo a entrega. Nesse aspecto, os mercados políticos funcionam como mercados privados, em que a demanda também provoca oferta. A diferença está no produto demandado e no fornecido, pois na esfera política, se os pagamentos suficientes para compensar os políticos pelos custos são suficientemente altos, eles suprirão a regulação exigida, fazendo com que a regulamentações surjam para atender aos interesses especiais, em detrimento do interesse público em geral.
(NISKANEN, 1971)	Os burocratas, enquanto agentes racionais, preferem maximizar o orçamento que são alocados, pois isso aumenta seu poder de influência, prestígio e benefícios pessoais. Se toda a administração atuar desta forma, os gastos públicos devem aumentar constantemente e a sociedade deve sofrer perdas adicionais como resultado. Tais constatações foram publicadas no livro <i>Bureaucracy and Representative Government</i> .
(KRUEGER, 1974)	Recorrendo aos estudos dos grupos de interesse, enfatiza que todas as políticas governamentais que interfiram na ordem econômica são fontes de recursos para grupos de interesses privados.
(BUCHANAN, 1975)	Considerando um contexto em que a democracia parecia incapaz de controlar os próprios excessos, surge a necessidade de estudos de economia constitucional, uma vez ser necessário responder à indagação do limite da ação coletiva. Há falhas nos governos de países democráticos em aderir às normas e princípios de prudência fiscal, o que leva à necessidade de restrições constitucionais, sendo que a essência da democracia está no individualismo metodológico. A base do Estado democrático é o contrato constitucional. Esses argumentos foram expostos no livro <i>The Limits of Liberty</i> .
(MUELLER, 1976)	O homem é egoísta e racional, sendo esse comportamento possível de explicar o comportamento dos burocratas.
(BUCHANAN, 1977)	Os tomadores de decisão burocráticos são seres humanos e realizam escolhas frente às alternativas existentes, o que os leva a analisar os custos efetivos da referida escolha. Essa dificuldade em avaliar a eficiência da tomada de decisão fora do mercado sugere que o padrão institucional das recompensas e punições pode ser modificado para garantir que, independentemente das escolhas feitas, o selecionador terá algum incentivo pessoal para atuar de acordo com critérios pessoais de maximização.
(BUCHANAN e WAGNER, 1977)	A irresponsabilidade fiscal é devido ao domínio das metodologias keynesianas. É necessário analisar a constituição fiscal em sua totalidade, sendo imprescindível pensar em um novo modelo de governo, uma vez que o próprio governo representa um processo de interação extremamente complexo, sem função de escolha internamente coerente. Essas contribuições foram publicadas no livro <i>Democracy in Deficit</i> .
(BRENNAN e BUCHANAN, 1980)	O governo benevolente é substituído pela ideia do governo que maximiza toda e qualquer fonte de receita atribuída pela autoridade constitucional, o que ficou evidenciado no livro <i>The power to tax</i> .
(BERNHOLZ, 1982)	O teorema da impossibilidade de Arrow só pode ocorrer se externalidades negativas estiverem presentes, sendo que elas podem ser provocadas por um subconjunto da população que tem o direito de decidir em algumas alternativas, que acabam influenciando a situação de outras pessoas não pertencentes a esse subconjunto.
(OLSON, 1982)	Há uma competição entre diversos grupos de interesses especiais, desde que haja intervenção na ordem econômica, para influenciar o governo mediante ações de <i>lobby</i> e <i>rent-seeking</i> (busca por rendas). Os países que cultivaram a estabilidade democrática, após o período pós-guerra, foram aqueles em que mais se observou o crescimento da atividade dos grupos coletivos de interesses especiais.
(SCHUMPETER, 1984)	A atividade política pode ser equiparada ao mercado, em que os políticos representariam os empresários e os votos, o dinheiro. Os políticos, então, maximizariam os votos da mesma forma que os empresários procuram maximizar os lucros.
(GWARTNEY e WAGNER, 1988)	Economistas utilizaram o postulado do interesse próprio para o desenvolvimento das Teorias, contribuindo assim para a compreensão do funcionamento dos mercados. A TEP representa uma extensão desse postulado para a perspectiva política, uma vez que não há evidências de que a entrada em uma cabine de votação

	ou participação no processo político cause uma transformação da personalidade, razão pela qual há boas razões para acreditar que a motivação dos participantes no mercado privado e no mercado da política, sejam semelhantes.
(BUCHANAN, 1989)	A TEP é mais ampla do que as finanças públicas tradicionais porque permite que os agentes públicos se comportem de maneira que não beneficiem o interesse público.
(MUELLER, 1989)	O estudo da tomada de decisão em um ambiente externo ao mercado, ou ainda, a aplicação da economia à ciência política, pode ser compreendido como o conceito de TEP. Ou seja, trata-se de uma Teoria que se vale dos aspectos da ciência política (Teoria do Estado, regras de votação, comportamento do eleitor, política partidária e burocracia), com métodos da economia, tendo como postulado o fundamento de que o agente público é egoísta, racional e maximizador da utilidade.
(UDAGAWA, 1993)	Na TEP, a política é considerada como um tipo de transação entre pessoas e agentes, sendo que os programas apresentados pelos partidos políticos são considerados para conceder uma recompensa particular a cada grupo de eleitores. Os eleitores tomam decisão a partir dos benefícios auferidos. No entanto é muito difícil identificarem os custos e benefícios, principalmente por estarem inseridos no campo da política.
(SILVA, 1996)	As políticas públicas devem ser restritas por um conjunto de regras e instituições que criem incentivos contratuais destinados a minimizar a ação dos agentes caçadores-de-renda.
(PEREIRA, 1997)	As democracias dos países desenvolvidos apresentam alguns sinais de ingovernabilidade. Entende-se por isto a dificuldade crescente que um governo tem em implementar as políticas que considera as mais corretas para o país e sobretudo as reformas que muitos julgam necessárias (na educação, na saúde, na segurança social, no sistema fiscal etc.).
(BUCHANAN, 1998)	Ao afirmar que Wicksell era o mais importante precursor da TEP, Buchanan atribuiu o grande feito ao fato de o autor ter estabelecido os três princípios básicos fundamentais da escolha pública, sendo eles: a) individualismo metodológico; b) simetria vocacional dos atores políticos e econômicos, pois os atores políticos não necessariamente são benevolentes e altruístas; c) concepção da política como troca, em que as pessoas barganham sobre a distribuição de custos e benefícios.
(HOLCOMBE, 2001)	Ainda que a regra da maioria funcione da melhor forma possível, alcançando o resultado desejado pelo eleitor mediano, as preferências do eleitor mediano não se alinham com a alocação de recursos proposta pela ótica de Pareto. Desse modo, a tomada de decisão democrática não produzirá uma alocação de recursos eficiente, resultando em uma falha governamental em paralelo à falha de mercado. O processo político não produz necessariamente o que os eleitores sempre desejam. Como os eleitores tendem a ignorar o processo político, diferentemente dos grupos especiais, que são bem-informados, o processo político então produzirá resultados que beneficiam os interesses especiais ao invés do interesse público geral.
(CONGLETON, 2001)	A formulação de políticas públicas é um processo complexo que envolve muitos indivíduos, cada qual com seus próprios interesses e restrições distintos.
(TULLOCK; SELDON; BRADY, 2002)	<i>Homo politicus</i> e <i>Homo economicus</i> são iguais. Os indivíduos adotam comportamentos diferentes devido ao ambiente que estão inseridos, mas de fato eles são iguais. A concepção da coletividade por parte dos agentes políticos é refutada pela Teoria, haja vista que o processo decisório envolve utilitarismo, que é subjetivo. Diferentes resultados surgem não porque as escolhas públicas são guiadas por motivos diferentes daqueles que orientam as escolhas privadas, mas em vez disso, porque nos mercados privados, eleitores com interesse próprio e políticos fazem escolhas que afetam principalmente a si próprios, enquanto nos mercados políticos, eleitores e políticos egoístas fazem escolhas que afetam principalmente os outros.
(BUCHANAN, 2003)	A TEP analisa o comportamento dos indivíduos envolvidos no processo decisório político a partir da ótica do interesse próprio dos políticos e burocratas; do poder dos burocratas e do estudo das limitações impostas pela Constituição, no que se refere ao processo de decisão.
(MUELLER, 2003)	Enfatiza que a TEP explica os princípios mais gerais da distribuição de bens realizados pelo setor público e sua eficácia, podendo ser caracterizada como a aplicação da economia para a ciência política.

(BORSANI, 2004)	A TEP tem por foco as decisões individuais, executadas por integrantes de um grupo ou organismo coletivo, que afetam a todos integrantes da coletividade. Um dos principais objetivos das pesquisas sob a perspectiva da Teoria consiste em determinar como se efetivam os processos políticos e seus efeitos na economia, o que evidencia a estreita relação entre resultado econômico e tomada de decisão política. A conclusão da <i>public choice</i> é que existem falhas na ação de governos, da mesma forma que existem falhas no funcionamento do mercado.
(KIRCHNER, 2007)	O acordo pelo bem comum não é a meta a ser perseguida pelo Estado como um ditador benevolente, uma vez que os agentes individuais, detentores de preferências autônomas, estão buscando o próprio interesse.
(JONES, 2009)	A tomada de decisão coletiva envolve regras utilizadas para decidir quais bens e serviços devem ser garantidos pelo Estado e quais impostos devem ser cobrados para isso, tendo em vista as consequências para o bem-estar individual.
(HEYWOOD, 2010)	As questões políticas são mais bem descritas pela microeconomia do comportamento dos indivíduos guiados pela racionalidade na busca de seus objetivos.
(ROSEN e GAYER, 2010)	O conceito de TEP consiste na disciplina da ciência que aplica os princípios da economia à análise dos processos de decisão política.
(BRUMMERHOFF, 2011)	Considera a essência da Teoria da Escolha Pública para analisar os processos de tomada de decisão do estado, que refletem a relação entre as preferências dos membros de uma determinada sociedade e as decisões tomadas por autoridades públicas.
(BUTLER, 2012)	Não há um único interesse público, sendo que a competição entre interesses é inevitável. A TEP utiliza métodos e ferramentas da economia para explorar como a política e o governo funcionam. Nas escolhas públicas as pessoas que se beneficiam não são sempre os mesmos que pagam o preço, o que leva à minoria arcar com o ônus do sacrifício imposto pela maioria.
(MEADOWCROFT, 2013)	Ao estudar a trajetória de James Buchanan e as contribuições do mesmo para a TEP, Meadowcroft (2013) destaca as três grandes contribuições mais influentes de Buchanan, sendo delas: a) os princípios padrões da análise econômica podem ser aplicados para a esfera política para gerar insights com poder ativo de explicações, produzindo assim diferentes configurações institucionais que levam as pessoas a tomarem decisões diversas; b) a percepção de que o contexto institucional no qual as pessoas agem será um determinante importante das escolhas realizadas nele, ou seja, em um ambiente de TEP as regras do jogo determinam os resultados produzidos; c) há falha de governo, sendo necessário abordar a economia política como um exercício de avaliação institucional comparativa. A falha de governo poderia impor muito mais custos para os indivíduos do que a falha de mercado.
(ALIGICA, 2015)	É necessário identificar, no âmbito de estudo da TEP, como as escolhas são feitas, sendo que existem diversas situações em que a implementação de uma política exige mudanças de regras e/ou processos.
(HOLCOMBE, 2018)	A literatura de escolha pública oferece explicações bem estabelecidas de como o processo político pode ser usado para beneficiar alguns, enquanto impõe custos sobre outros. Busca de aluguel, seguindo Tullock (1967) e Krueger (1974), descreve como alguns são capazes de ter recursos transferidos de outros usando o processo político. Stigler (1971) explicou como alguns são capazes de capturar o processo regulatório para que os regulamentos designados nominalmente para restringir suas ações beneficiam aqueles que estão sendo regulamentados às custas de outros. Olson (1965, 1982) explicou como concentrado e bem organizado interesses são capazes de usar o processo político em seu benefício, às custas de grupos maiores que são menos organizados. Todas essas Teorias explicam como algumas pessoas são capazes de usar o processo político para se beneficiarem às custas dos outros. A TEP explica como alguns agentes são capazes de utilizar o sistema político para o próprio benefício em detrimento dos outros, mas não identifica quem são esses agentes.
(MIXON JR; SANKARAN; UPADHYAYA, 2019)	Dado que estudos anteriores de escolha pública mostraram que os eleitores tendem a votar em candidatos de partidos que estão alinhados com suas próprias ideologias políticas, é verificado que a ideologia política é instável ao longo do tempo para

	uma porção considerável dos membros dos dois principais partidos políticos que atuam no Congresso dos EUA.
(ANGELI, 2019)	Na perspectiva do homem econômico, o indivíduo mediante racionalidade no momento da escolha e tendo por finalidade alcançar determinados fins (independentes de quais sejam), busca o interesse próprio no intuito de atingir a maximização da utilidade subjetiva, sendo tal que premissa sobressai frente à felicidade de terceiros, progresso da nação, preservação da natureza etc.
(TORGLER, 2021)	Lei e governança são interligadas; desconsiderar a governança torna a análise muito incompleta. Uma exploração cuidadosa requer a necessária compreensão dos incentivos e motivações de todas as tomadas de decisão. Os sistemas político e jurídico são complexos, exigindo que os campos colaborem uns com os outros, sendo que uma abordagem de escolha pública pode contribuir para a avaliação da melhor ação em vigor, além dos insights que a lei e a economia fornecem, permitindo uma resposta melhor sobre como a lei realmente afeta as pessoas.

Fonte: elaborado pelo autor (2023), considerando a *The Encyclopedia Of Public Choice – Volume 1*, bem como diversos artigos e livros sobre Teoria da Escolha Pública, referenciados na bibliografia

A TEP conduz, logicamente, a questões sobre eficácia e, portanto, desejabilidade da tomada de decisões políticas em relação às escolhas que as pessoas realizam nos mercados políticos (MEADOWCROFT, 2013). A formação da perspectiva teórica, ao longo dos anos – conforme identificado no Quadro 2 – obteve a contribuição de diversos autores, sendo um especificamente responsável por grandes estudos na área, qual seja, o economista americano James M. Buchanan.

Buchanan (1998), como um dos principais autores que contribuíram para a TEP, é frequentemente citado em trabalhos que abordam a *Public Choice*, considerando que ele rompeu com a economia tradicional, uma vez que esta orientava-se apenas pelos modelos matemáticos puros e não adentrava no processo e na relação interpessoal, trazendo assim duas limitações, quais sejam: (a) os contratos que emergem da economia tradicional não permitem avaliar diferentes instituições; (b) o Estado é considerado exógeno ao processo, altruísta e neutro, o que inviabiliza a análise política do processo (SANDMO, 1990).

Os trabalhos de Buchanan acerca da aplicação de postulados da Teoria econômica no âmbito da política, especialmente no que se refere às decisões públicas na política (*Public Choice*), rendeu-lhe o Prêmio Nobel de Economia em 1986, o que demonstra a importância da contribuição do autor para o desenvolvimento e aplicação da TEP.

Ao invés de presumir que eleitores, funcionários, políticos eleitos e burocratas são benevolentes que procuram promover o bem comum, Buchanan asseverou que os principais atores políticos respondem à estrutura de incentivos, a menos que as regras constitucionais sejam estruturadas de maneira a harmonizar os interesses dos agentes políticos (GWARTNEY, 2016). Desse modo, Buchanan (1998) considera, sob a ótica da abordagem individualista das finanças públicas, que as decisões coletivas são construídas a partir do processo político.

Assim, considerando todo o levantamento bibliográfico já referenciado, bem como as contribuições seminais dos principais autores, resumem-se no Quadro 4 os pressupostos basilares da TEP.

Quadro 4 – Pressupostos basilares da TEP

Pressupostos	Descrição
Individualismo metodológico	Os seres humanos individuais apresentam-se como unidade fundamental de análise porque apenas indivíduos são capazes de fazer escolhas; grupos de pessoas, como sociedade, o governo, ou legislaturas, não escolhem em nenhum sentido significativo. As análises de escolha pública começam no nível do indivíduo, a fim de trazer para suportar o poder preditivo do modelo de escolha racional dos economistas - <i>Homo economicus</i> – para explicar o comportamento humano no contexto da tomada de decisão política, bem como fora do mercado (por, por exemplo, comitês, júris ou unidades familiares) de forma mais ampla.
Escolha racional	Consistente com as premissas de Teorias microeconômicas; eleitores, legisladores, burocratas e juízes são retratados como motivados principalmente (mas não apenas) por seus próprios interesses e, portanto, para maximizar seus sentidos pessoais de bem-estar (utilidade) dentro de determinadas restrições comportamentais, como renda ou riqueza e os preços relativos das coisas que contribuem para a satisfação pessoal. Essa suposição encerra o sistema comportamental (Buchanan 1972), o que significa que quaisquer diferenças observadas entre as escolhas individuais e as escolhas coletivas são explicadas por diferenças nos incentivos e restrições à ação humana nos dois ambientes e não por diferenças nos objetivos que animam a ação humana. Em outras palavras, as pessoas não são guiadas principalmente por seus próprios interesses ao tomar decisões em mercados ordinários e, em seguida, orientados pelo interesse público na participação em decisões coletivas. Logo, <i>homo politicus</i> e <i>homo economicus</i> são iguais.
Política como troca	No mercado comum as escolhas individuais em geral são unilaterais, em que as pessoas tomam decisões consubstanciadas nas próprias preferências, determinando relações entre meio e fim, analisando os benefícios e custos das escolhas realizadas e assumindo externalidades e custos de transação mínimos, situação que leva os tomadores de decisão a buscar informações sobre os fatos relevantes que possa impactar na escolha. Por outro lado, as decisões coletivas são multilaterais, de modo que nenhuma escolha pública pode ser feita sem a concordância dos atores envolvidos no processo político. Essa partilha de benefícios ou de custos, conduz a poucos incentivos na busca de informação por parte do eleitor sobre as consequências da decisão coletiva, o que é um campo vasto para o surgimento de estratégias para deturpação das preferências pessoais, uma vez que os mercados políticos operam como mercados privados, o que acaba levando os indivíduos a realizar barganhas, quando do momento da tomada de decisão coletiva.

Fonte: elaborado pelo autor (2023), a partir de Shughart II (2014, p. 5-7)

Além dos pressupostos basilares da Teoria, destacam-se temas centrais do estudo da *Public Choice*, a saber: (a) *logrolling*; (b) grupos de interesse; (c) burocratas; (d) *rent-seeking*. As temáticas estão contidas no escopo de estudo da TEP, o que implica a necessidade de elencar

conceitos introdutórios sobre os referidos temas, considerando a abordagem teórica já delineada, sendo que eles poderão ser utilizados no processo de solução do problema apresentado na tese, razão pela qual elabora-se o Quadro 5.

Quadro 5 – Temas centrais da TEP

Pressupostos	Descrição
<i>Logrolling</i>	A troca de apoio entre políticos, o que implica em um crescimento à medida em que os partidos fracos e com membros indisciplinados, efetivando em um <i>logrolling</i> intenso, o que acaba muitas vezes mitigando os princípios.
Grupos de interesses	Os grupos sociais desejam influenciar o governo, haja vista os grandes ganhos que a categoria pretende alcançar. Esses grupos então acabam financiando lobistas de modo a trabalhar pressão junto ao Poder Legislativo, visando os interesses próprios. Desse modo, as decisões poderão conflitar com o interesse público em geral.
Burocratas	A maximização dos orçamentos dos órgãos governamentais é o grande interesse dos burocratas, sendo necessário buscar explicar os interesses individuais e do órgão, sendo que os principais burocratas são escolhidos pelos chefes dos poderes, o que leva esses funcionários a estarem preocupados a não desagradar às pessoas que as nomearam.
<i>Rent-Seeking</i>	Há outros custos associados à busca pelas empresas por tarifas e monopólios, tendo sido encontrados custos relativos à competição por cargos políticos, por exemplo. Isso significa que, diante da coexistência dos mercados privado e público, os agentes governamentais são uma fonte de privilégios diferenciados, os quais uma vez concedidos levam à redução da eficiência do sistema econômico.

Fonte: elaborado pelo autor (2023), a partir de Dias (2009, p. 206-208)

Seja no mercado, seja na política, os agentes se comportam de forma análoga, maximizando o interesse próprio, e a concentração da escolha individual nos mercados está limitando a abordagem econômica para o segmento de alocação de recursos, negligenciando a alocação de fontes em espaços não mercantis, tal como o Estado com o mecanismo do voto e sistema burocrático, o que leva a inferir que os economistas devem aplicar paradigmas econômicos em decisões tomadas em espaços não econômicos, sendo esse o núcleo duro da TEP (KIRCHNER, 2007).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Epistemologia, ontologia e paradigmas da pesquisa em contabilidade

Uma tese, compreendida como o resultado de um estudo acadêmico, deve ser elaborada a partir de propósitos científicos, haja vista a necessidade da existência de elementos intrínsecos relacionados à validade, comprovação, entre outros. Assim, estruturar um desenho de pesquisa a partir de elementos epistemológicos, ontológicos e metodológicos (MARTINS, 2012) torna-se essencial para a efetivação de uma pesquisa lógica, coerente e válida.

A geração do conhecimento é um processo retórico, baseado em pressuposições e Teorias compartilhadas por comunidades científicas, utilizadas para comunicar as intenções e formas de abordar a realidade, estando sempre vinculadas a paradigmas (GOIA; PITRE, 1990). Apesar de haver diferentes classificações adotadas nas ciências sociais, no que se refere especificamente aos paradigmas da contabilidade, destacam-se quatro grandes grupos, a saber: Normativismo, Positivismo, Interpretativismo e Crítico (KAM, 1990; IUDÍCIBUS; LOPES, 2004; MARTINS, 2012).

A Contabilidade é multiparadigmática (CHUA, 1986), porém diversos são os paradigmas/terminologias que dialogam com a comunidade acadêmica, uma vez que o mundo social, como amparo da contabilidade, é repleto de estruturas plurais (BISMAN, 2010). Assim, a pesquisa contábil brasileira pode ser trilhada por diversos caminhos epistemológicos e metodológicos, uma vez que está estritamente relacionada aos processos culturais, sociais e políticos (LOURENÇO; SAUERBRONN, 2016).

Frente a essa multiplicidade, não cabe neste trabalho um estudo aprofundado quanto aos paradigmas adotados na pesquisa contábil, nem tampouco analisar as motivações específicas pela utilização de determinada abordagem em detrimento de outra, uma vez que tal escolha refere-se às características particulares, conforme inspiração interna de cada pesquisador. Assim, resta contextualizar alguns aspectos inerentes à dicotomia entre a pesquisa materialista/positivista, de cunho objetivo e a pesquisa idealista/interpretativista, de viés subjetivo, para posteriormente elencar a corrente paradigmática da pesquisa ora apresentada.

O positivismo, de cunho eminentemente realista, destaca-se pela utilização de métodos dedutivos, com epistemologia objetivista, apresentando como vetor norteador que o mundo externo existe independente do sujeito cognoscente, tendo como trabalhos precursores, no âmbito da contabilidade, Ball e Brown (1968) e Watts e Zimmerman (1978). Pode-se definir

como positiva “a Teoria que tem por finalidade fornecer subsídios para explicar e prever determinados fenômenos [...] é fundamentalmente baseada em observações da realidade. Seu princípio básico é testar hipóteses sobre determinados fenômenos, empiricamente” (DIAS FILHO; MACHADO, 2014, p. 16-17).

No que se refere ao idealismo, verifica-se que os comportamentos não são determinísticos, o que representa uma realidade subjetiva, tendo em vista que as várias realidades são construídas socialmente, contudo, as pesquisas em ciências contábeis não estão preocupadas com a explicação, mas sim com a interpretação, a partir do pressuposto de que a contabilidade é subjetiva e construída social e politicamente (BISMAN, 2010).

Em outras palavras, a contabilidade e a tomada de decisão estão diretamente relacionadas com as facetas da cognição humana (BISMAN, 2010). Portanto, os contadores possuem meios para desenvolver uma nova epistemologia da contabilidade que enfatizará o interpretativo como contrário aos aspectos meramente objetivos (MORGAN, 1988).

De acordo com Morgan (1988), não basta notar correlação entre os eventos observáveis para dizer que está praticando ciência, pois a tarefa do pesquisador é descobrir as camadas mais profundas da realidade. Assim, é necessário compreender a existência de múltiplas percepções a respeito de uma única realidade independente da mente, o que de forma ampla vem sendo denominado de realismo crítico (BISMAN, 2010), ou terceiro grande paradigma de pesquisa, cada vez mais articulado (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007).

Ahrens et al. (2008) publicaram um manifesto em formato de artigo, intitulado: O futuro da pesquisa contábil interpretativa: um debate polifônico, em que buscaram estabelecer identidade específica para a pesquisa interpretativa em contabilidade, vinculada à prática, explorando aspectos inerentes à abordagem funcionalista, o que os autores expressaram como debate aberto da pesquisa contábil.

Ao conglomerar os paradigmas positivista e interpretativista, o realismo crítico propicia uma compreensão mais completa diante de qualquer abordagem isolada, através da incorporação da profundidade da vivência dos participantes com os resultados quantitativos mais amplos e generalizados (GUETTERMAN et al., 2019), além de ser um paradigma que pode fundamentar os pontos significativos de cada abordagem, contribuindo assim para a harmonização da pesquisa (BISMAN, 2010).

Desse modo, o conhecimento para os realistas críticos não é totalmente objetivo nem subjetivo, sendo caracterizado pelo resultado da interação entre sujeito e objeto, consequência

de um mundo estruturado na aparência de um mosaico de formas subjacentes e eventos específicos (PROCTOR, 1998).

Os pesquisadores realistas críticos reconhecem que precisam participar da vida no mundo real até certo ponto, a fim de compreender e expressar melhor suas propriedades e características emergentes, tendo por objetivo a transformação dos valores sociais, políticos, culturais, econômicos, étnicos e de gênero (HEALY; PERRY, 2000).

No que se refere à relevância do realismo crítico para a pesquisa contábil, verifica-se que a natureza específica da contabilidade e dos fenômenos contábeis favorece uma justificativa legítima para defender a abordagem crítica frente a uma gama de possibilidades de configurações de pesquisa, não apenas baseadas nas consequências econômicas, mas, sobretudo, nas percepções e vieses dos atores envolvidos no fenômeno social analisado – contadores, gerentes, decisores, entre outros (BISMAN, 2010).

Os fenômenos sociais estudados pela contabilidade são frágeis e complexos, assim considerados a partir de vários contextos e diferentes participantes, o que leva a impactos causais variáveis e dependentes do meio ambiente (HEALY; PERRY, 2000). Assim, o realismo crítico gera oportunidades para o exame de questões contábeis por uma perspectiva diferente, amplamente ignorada e menos ortodoxa (BISMAN, 2010).

O objetivo desta pesquisa não é excludente ou disjunto, conforme já mencionado em momento pretérito. Por outro lado, o que se busca é a complementaridade dos paradigmas, de modo a contribuir para o aprimoramento da pesquisa científica contábil além do *mainstream*, reconhecendo que os fenômenos ora estudados por esse campo particular do saber são sociais, o que requer profunda imersão tanto nos aspectos objetivos como nos subjetivos. São novos tempos para a pesquisa contábil, os quais requerem novas leituras quanto às abordagens epistemológicas, ontológicas e metodológicas, tendo em vista que “uma mudança de postura e comportamento, pressupõe uma mutação de paradigma” (KAM, 1990, p. 489).

Assim, a presente pesquisa adotará a perspectiva paradigmática – realismo crítico – uma vez que busca identificar e verificar estruturas ou mecanismos geradores subjacentes que originam ações e eventos que podem ser experimentados no domínio empírico (WOLLIN, 1996), prezando-se, pois, pela adoção de visões mutuamente conjuntivas, ao invés da perspectiva excludente. Além disso, “Embora pesquisa positivista possa fornecer formas particulares de explicações dos fenômenos contábeis, existem argumentos interpretativistas válidos para sugerir que uma multiplicidade de outras estruturas, variáveis, comportamentos ou influências também sejam importantes” (BISMAN, 2010, p. 3).

Dentro do horizonte ontológico e epistemológico que perpassa a presente tese, o paradigma realista crítico, ao utilizar perspectivas positivistas e interpretativistas, aumenta a amplitude e o grau de profundidade estabelecido para a discussão fundamentada na perspectiva teórica estabelecida, ajudando assim a reduzir o viés individual de cada abordagem, produzindo uma cadeia de evidências para melhor validar as relações observadas entre as variáveis, proporcionando maior garantia de que as ameaças à validade foram combatidas, permitindo assim, maior confiança nos resultados da pesquisa (JUDD; SMITH; KIDDER, 1991).

3.2 Adoção do método misto e delineamento sequencial explanatório

Projetos de métodos mistos podem ser conceituados como aqueles que incluem ao menos um método quantitativo e um qualitativo, nos quais nenhum dos métodos vincula-se a quaisquer paradigmas particulares de investigação (GREENE; CARACELLI; GRAHAM, 1989; CRESWELL, 2007). De acordo com Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007, p. 256), a pesquisa mista “combina elementos das perspectivas quantitativas e qualitativas (por exemplo, o uso de pontos de vista quantitativos ou qualitativos, conjunto de dados, análises, técnicas de inferência) para um propósito amplo e profundo de compreensão e corroboração”.

Para pesquisar os mecanismos subjacentes que impulsionam ações e eventos sociais dinâmicos, na ótica do realismo crítico, metodologias qualitativas e quantitativas são apropriadas (HEALY; PERRY, 2000). Destaca-se ainda, que as variáveis utilizadas em métodos quantitativos (*proxy*) “podem ser confirmadas por meio da abordagem de métodos mistos, aumentando assim a validade, a completude e a confirmação dos achados, minimizando as fraquezas inerentes às abordagens mono-métodos” (DEWASIRI; WEERAKDON; AZEEZ, 2018, p. 1). Em outros termos, a confiabilidade é avaliada pela extensão em que pode ser auditada em virtude das bases de dados mantidas (quantitativo) e do uso de citações dos sujeitos da pesquisa (qualitativo) estruturada com método misto (HEALY; PERRY, 2000).

No desenvolvimento da pesquisa explanatória sequencial busca-se a utilização dos resultados de um método para corroborar outro. A ideia não é medir o mesmo fenômeno simultaneamente, mas sim utilizar as descobertas de uma metodologia para informar as questões a serem tratadas na metodologia subsequente (MORAN, 1987).

A integração de métodos quantitativos e qualitativos em uma única pesquisa pode potencializar as três principais fases de estudo, a saber: *design*, coleta de dados e análise (MADEY, 1982), o que pode gerar metainferências que ultrapassem a utilização de uma

abordagem individualizada (GUETTERMAN, et al., 2019). A fusão dos métodos, que pode ser aplicada ao estudo da contabilidade através das lentes do realismo crítico, une-se à integração de aspectos econômicos em muitas pesquisas contábeis (BISMAN, 2010).

Adotando a proposta delineada por Subedi (2016), no que se refere ao *design* de pesquisa utilizando método misto, com fases sequenciais, a presente pesquisa desenvolveu-se conforme especificado no Quadro 6, considerando as perspectivas coesas e coerentes no que se refere aos aspectos epistemológicos, ontológicos e metodológicos.

Quadro 6 - Delineamento sequencial explanatório da pesquisa

Fases	Estratégia	Produto
Coleta quantitativa de dados	Pesquisa nos relatórios contidos em banco de dados oficiais (relatórios de gestão fiscal e relatórios dos regimes próprios de previdência social). Os dados serão coletados dos seguintes documentos: a) Boletim de finanças públicas dos entes subnacionais, disponibilizado no site do Tesouro Nacional; b) Anuário estatístico dos Regimes Próprios de Previdência Social, disponibilizado no site da Secretaria da Previdência; c) Indicador de situação previdenciária – ISP. A coleta quantitativa de dados também se dará a partir de respostas ao questionário elaborado e aplicado aos gestores dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros.	Dados numéricos
Análise quantitativa dos dados	Estatística multivariada e análise de regressão. A partir das diversas variáveis identificadas na coleta de dados busca-se uma análise correlacional com intuito preparar os dados para um estudo multivariado baseado na análise de componentes principais; tendo por objetivo quantificar a situação dos RPPS dos municípios brasileiros com a criação de um indicador de resiliência financeira dos RPPS, bem como construir um modelo de regressão a partir das respostas coletadas.	Medidas significativas
Conexão entre a fase quantitativa e qualitativa.	Observação quanto aos resultados quantitativos a partir do indicador delineado pela análise multivariada e pela análise de regressão, tendo por finalidade relacionar com as respostas discursivas do questionário enviado aos gestores públicos dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros.	Medidas significativas e dados textuais
Coleta qualitativa dos dados.	Respostas às questões discursivas e comentários escritos quando da análise dos questionários.	Dados textuais
Análise qualitativa dos dados.	Desenvolvimento dos temas, categorização dos dados, mediante análise de conteúdo.	Matriz temática
Integração dos resultados quantitativos e qualitativos	Interpretação, exploração e descrição do fenômeno estudado, a partir de elementos de validade, coesão metodológica, compensação, completude e confiabilidade dos resultados apresentados.	Discussões, implicações e pesquisas futuras.

Fonte: elaborado pelo autor (2023), a partir de Subedi (2016, p. 574)

Em relação aos benefícios da integração das abordagens quantitativa e qualitativa, Bryman (2006) aponta algumas vantagens que merecem destaque, como: (a) a compensação de pontos fracos e fortes dos métodos, que de forma combinada minimize as fraquezas individuais, sobressaindo os pontos fortes de ambos os métodos; (b) a credibilidade da pesquisa, tendo em vista a integridade das descobertas; (c) a utilização de dados qualitativos ilustram as descobertas quantitativas; (d) a completude e a diversidade de pontos de vista, os quais aprimoram e tornam

mais abrangentes a área de investigação; (e) a explicação originada por um método corrobora as descobertas geradas pelo outro método.

3.3 Construção do indicador de resiliência financeira (IRF – RPPS)

A qualidade de uma pesquisa está diretamente relacionada às fases do processo investigativo, porém, a qualidade dos procedimentos de coleta de dados deve ser uma preocupação essencial do pesquisador (BRYMAN, 2012). Por esse motivo, a definição da amostra, das variáveis, e a consequente coleta de dados, representam pressupostos necessários para uma boa pesquisa acadêmica.

A amostragem indica os casos a serem examinados, dentro de uma população, uma vez que o pesquisador busca uma parte a ser estudado, caso contrário estaria no âmbito de um censo. Busca-se, então, selecionar alguns casos a serem examinados detalhadamente, utilizando-se o conhecimento adquirido para a compreensão de um conjunto maior de casos (NEUMAN, 2014). Ao examinar os dados de uma amostra, com nível de detalhes, significância e probabilidade, é possível inferir a generalização para toda a população, o que é comumente utilizado em estudos quantitativos.

Partindo especificamente para a etapa quantitativa desta pesquisa, verifica-se que a Lei nº 9.717/98, que dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos RPPS, determina como competência da União a orientação, o estabelecimento e a publicação de parâmetros que possam identificar a situação financeira dos RPPS, conforme artigo 9º da referida legislação (BRASIL, 1998).

Pautada na referida competência, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho publicou em 19 de junho de 2020, a Portaria nº 14.762/2020, na qual se estabeleceu a composição, a metodologia de aferição e a periodicidade do Indicador de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios Previdenciários (ISP-RPPS), estabelecendo como lapso temporal de posição dos dados do indicador, o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano anterior ao de sua publicação, qual seja, 2019.

Conforme disposições contidas na portaria, não foi calculado e divulgado o ISP-RPPS para os entes federativos cujos RPPS foram classificados como em extinção, nem tampouco serão consideradas as informações relativas aos sistemas de proteção social dos policiais militares dos Estados e Distrito Federal, o que já sinaliza o primeiro recorte no núcleo populacional dos dados pesquisados.

As informações que pautam a construção do ISP-RPPS, conforme contido no artigo 2º da Portaria nº 14.762/2020, consistem em: (a) demonstrativos encaminhados pelos entes federativos, por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, até 31 de julho do ano de publicação do ISP-RPPS; (b) Certificados de Regularidade Previdenciária - CRP emitidos pela Secretaria de Previdência, nos termos do inciso IV do art. 9º da Lei nº 9.717, de 1998, por meio do CADPREV, durante o ano anterior ao ano de publicação do ISP-RPPS; (c) - registros dos critérios no Extrato Previdenciário emitido pelo CADPREV em 31 de dezembro do ano anterior ao ano de publicação do ISP-RPPS; (d) certificações obtidas, até 31 de julho do ano de publicação do ISP-RPPS, no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró Gestão RPPS, de que trata a Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015.

A classificação final do ISP-RPPS é obtida considerando classificações parciais, em que são atribuídos os conceitos A, B e C para os seguintes indicadores: (I) Gestão e Transparência (regularidade, envio de informações e modernização da gestão); (II) Situação Financeira (suficiência financeira e acumulação de recursos); (III) Situação Atuarial (cobertura dos compromissos previdenciários).

Salienta-se a importância do ISP-RPPS, indicador que considera os documentos enviados pelos municípios, especialmente o certificado de regularidade previdenciária junto à Secretaria de Previdência do Governo Federal e os demonstrativos enviados pelos regimes próprios, concluído por uma classificação dos RPPS em quatro níveis: A, B, C e D.

O certificado de regularidade tem por objetivo atestar o cumprimento, pelos municípios, dos critérios e das exigências aplicáveis aos RPPS e aos seus fundos previdenciários, para fins de recebimento de transferências voluntárias de recursos da União, celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União e a realização de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais (BRASIL, 1997).

O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime próprio decorrente de pagamento de benefícios previdenciários (BRASIL, 1997). Desse modo, o indicador criado pelo Governo Federal não classifica os RPPS dos entes municipais brasileiros a partir da correlação entre os resultados do RPPS com a situação financeira dos

municípios. Partindo então da premissa que o ISP-RPPS não é suficiente para demonstrar a correlação entre os resultados do regime próprio com a situação financeira dos municípios, recorreu-se à proposta de criação de um novo indicador que busque classificar os municípios brasileiros a partir de variáveis correlacionadas e interdependentes considerando a situação financeira das cidades e a situação dos RPPS.

Dessa forma, foram consideradas as variáveis contidas no relatório anual dos regimes próprios previdenciários, com a metodologia e principais resultados, bem como a planilha com o resultado individualizado e a memória de cálculo do ISP-RPPS 2020, contemplando assim os resultados do período de 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019. Além disso, foram acrescentados na análise os resultados financeiros das Prefeituras Municipais, da dívida consolidada líquida e receita corrente líquida, bem como o número de habitantes, dados esses obtidos pelo Boletim de Finanças Públicas do ano de 2019. A escolha pelo referido lapso temporal pode ser explicada pelo fato de ser o último relatório que não absorve os efeitos decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19.

A amostra desta pesquisa circunscreve o âmbito dos municípios brasileiros, razão pela qual foram excluídos os resultados dos Estados e do Distrito Federal, tornando a população composta por 2127 RPPS municipais, tendo em vista ser essa a quantidade de cidades brasileiras que possuem regimes próprios previdenciários, conforme ISP-RPPS 2020, fato esse que por si só já resultou na exclusão dos dados relativos aos policiais militares, considerando a vinculação dos mesmos aos Estados e ao Distrito Federal.

A resiliência financeira também deve se referir à vulnerabilidade de uma economia regional frente aos choques (SIMMIE; MARTIN, 2010), uma vez que a grandeza de um choque financeiro pode ser ampliada a partir da constatação de vulnerabilidades junto aos entes estatais (BATISTA; CRUZ, 2019). Assim, buscou-se a construção de um indicador quantitativo que fosse capaz de indicar o padrão de resiliência dos RPPS dos municípios brasileiros com base nos resultados financeiros do ente municipal correlacionados aos resultados dos regimes próprios. Para tanto, recorreu-se às variáveis e dados disponibilizados por órgãos estatais, tanto em âmbito federal quanto municipal.

A necessidade de utilização de dados dos municípios é essencial, uma vez que o ente subnacional possui a obrigatoriedade de compensar eventuais insuficiências financeiras dos regimes próprios (BRASIL, 1997). Ou seja, se a Prefeitura detém tal incumbência, é possível inferir inicialmente que a situação financeira dos entes municipais, medida pela dívida consolidada líquida e pela receita corrente líquida, pode ser analisada em interdependência com

as variáveis dos RPPS, tendo por finalidade encontrar uma estrutura que represente o pleno conjunto das variáveis.

As variáveis foram escolhidas considerando os resultados da abordagem da resiliência financeira dos entes estatais, bem como da interdependência e do coeficiente de correlação apresentados por eles e, considerando também a necessidade de produzir um indicador que demonstre, a partir dos resultados financeiros dos entes municipais, os padrões de resiliência dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros. O Quadro 7 apresenta as variáveis utilizadas na construção do indicador, a fonte de obtenção dos dados secundários e a abordagem teórica que justifica a adoção das referidas variáveis.

Quadro 7 – Variáveis utilizadas na construção do indicador de resiliência financeira

Variável	Fonte de obtenção	Abordagem teórica
Dívida Consolidada Líquida – DCL	Boletim de finanças públicas e relatório de capacidade de pagamento – Tesouro Transparente.	Os estudos empíricos demonstram a existência de variáveis interdependentes que representam fatores de vulnerabilidade para os governos, sendo elas: a) dependência ou incerteza das receitas e redução das transferências (SALITERER; JONES; STECOOLINI, 2017); b) incertezas econômicas e ambientais (PADOVINI; DU BOYS ; MONTI, 2017); c) saldo das reservas financeiras, nível de endividamento e arrecadação, situação dos ativos e as reservas financeiras (BARBERA et al., 2017; DU BOYS, 2017; PADOVANI; DU BOYS; MONTI, 2017); d) saúde financeira (DU BOYS, 2017); e) grau de dependência das transferências obrigatórias entre os governos (AQUINO; CARDOSO, 2017).
Receita Corrente Líquida – RCL		
Número de habitantes do município – NHM		
Receita do RPPS – RRP	Relatório anual com metodologia e principais resultados do ISP-RPPS – Secretaria de Previdência.	
Despesa do RPPS – DRP		
Número de segurados ativos – NSA		
Número de aposentados – NAP		
Número de pensionistas – NPE		
Total de segurados RPPS – TSR (incluindo ativos, aposentados e pensionistas)		
Remuneração média dos servidores ativos – RMS	Anuário Estatístico de Previdência Social do RPPS – Secretaria de Previdência.	
Remuneração média dos aposentados – RMA		
Remuneração média dos pensionistas – RMP		
Total de recursos do RPPS – TRR		

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Após o tratamento dos dados, em que foram excluídas as cidades com informações incompletas ou ausentes, em relação às variáveis analisadas, chegou-se à amostra de 1521 municípios detentores de RPPS com totalidade dos dados. Definidas as variáveis e a amostra da pesquisa, passou-se a elaboração de um indicador social que evidenciasse o padrão de resiliência ao qual estão expostos os regimes próprios previdenciários dos municípios brasileiros.

Partiu-se, então, para a construção do Indicador de Resiliência Financeira dos RPPS dos municípios brasileiros (IRF-RPPS), considerando as variáveis contidas no Quadro 7, a partir de uma análise multivariada de dados, que pode ser compreendida como um conjunto de “todos

os métodos estatísticos que simultaneamente analisam múltiplas medidas sobre cada indivíduo o objeto sob investigação” (HAIR JR. et al, 2005, p. 26).

As técnicas multivariadas estão associadas à utilização de variáveis dependentes ou interdependentes, o que impacta, de forma significativa, a escolha da técnica a ser utilizada. No que se refere à dependência, esta deve ser utilizada quando há variáveis a serem preditas ou explicadas por outras, como ocorre na regressão múltipla (HAIR JR. et al., 2005). Por outro lado, a técnica da interdependência caracteriza-se como “aquela na qual nenhuma variável ou grupo de variáveis é definido(a) com independente ou dependente. Em vez disso, o procedimento envolve a análise simultânea de todas as variáveis no conjunto” (HAIR JR. et al., 2005, p. 35).

Observa-se, que as variáveis constantes na presente tese (Quadro 7) estão em relação de interdependência, haja vista a análise simultânea realizada, bem como o fato de que “a sustentabilidade fiscal do governo mantenedor do fundo previdenciário e a sustentabilidade financeira do fundo previdenciário (solvência financeira e resultado atuarial) são interconectadas” (LIMA; AQUINO, 2019, p. 443), razão pela qual recorre-se a elas para a construção do IRP-RPPS.

Para Soligo (2012), ainda que os estudos no campo social sejam complexos devido à multiplicidade de fatores e à dificuldade de mensuração de fenômenos sociais, cresce a utilização de indicadores para identificar informações relacionadas ao desempenho de órgãos e entidades públicas. Silva et al. (2016) reconhecem que a criação de um indicador se refere a uma tarefa delicada e complexa, sendo necessário garantir uma relação recíproca entre o conceito e o indicador.

A validação de indicadores para mensuração de desempenho público é considerada um importante instrumento para análise da realidade social, permitindo observações quanto à efetividade das políticas governamentais, eficiência dos gastos públicos (PARAHOS et al., 2013) e, conseqüentemente são utilizados para melhorar a qualidade e o desempenho, mediante a comparabilidade realizada ao longo do tempo (TAKASHINA, 1999).

De acordo com Jannuzzi (2002, p. 51-52), um indicador social é

Uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) [...]. É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Para utilização nas pesquisas acadêmicas, um indicador social, nas palavras de Jannuzzi (2002, p.53), deve apresentar certas propriedades observáveis, o que é verificado na construção do IRF-RPPS, conforme discriminado no Quadro 8.

Quadro 8 - Propriedades de validação de um indicador social

Propriedades a serem observadas, quando da construção de um indicador válido	Alinhamento com a proposta da tese, no que se refere à construção de um indicador de desempenho para os RPPS
Relevância para a discussão da agenda da política social, sendo sensível a políticas públicas implementadas e específico a efeitos de programa setoriais.	A previdência social dos servidores públicos remonta à busca pela garantia de um direito social para grande parcela da população brasileira, a qual envolve em específico no trabalho, todo o funcionalismo municipal, o que representa a sua importância na agenda política, bem como a sensibilidade em relação à criação de políticas públicas que possam garantir a solvência dos RPPS.
Confiabilidade dos dados utilizados, com grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta.	A população objeto de estudo é composta por 2154 RPPS municipais, dos quais, após efetivo tratamento dos dados, considerando a exclusão de cidades que apresentaram dados inexistentes ou incompletos, chegou-se a uma amostra de 1521 municípios, o que representa 70% do espaço populacional, demonstrando o grau de cobertura, sendo o mesmo adequado aos propósitos a que se presta. Além disso, as fontes em que os dados secundários foram obtidos retratam a confiabilidade, tendo em vista ser informações prestadas por órgãos e entidades governamentais que detêm, por força de lei, a prerrogativa de transparência e confiabilidade dos dados.
Ser inteligível para os agentes, atualizável periodicamente, a custos razoáveis, e possibilitar comparações ao longo do tempo	A forma com que o indicador foi construído faz com que as cidades estejam posicionadas mediante estrutura de ordenação, com base nas variáveis estudadas, sendo o resultado plenamente compreensível aos agentes públicos que possam trabalhar com políticas públicas específicas para os RPPS. Além disso, trata-se de um indicador que pode ser atualizável periodicamente, tendo em vista que fora construído considerando o ano de 2019, haja vista os resultados disponíveis, bem como ser o último ano antes dos efeitos decorrentes da pandemia Covid-19. Por fim, destaca-se que há possibilidade de comparações ao longo do tempo, caso o indicador seja atualizado ano a ano.

Fonte: elaborado pelo autor (2023), a partir de Jannuzzi (2002, p.53)

Pressupondo que as variáveis examinadas se organizam mediante interdependência, e que a estrutura de relações ocorre entre elas, a técnica pertinente consiste na utilização da estatística multivariada, na perspectiva da análise fatorial, em sua abordagem dos componentes principais, a qual apresenta-se como suficiente à construção do indicador de resiliência financeira dos RPPS, uma vez que na referida técnica cada variável é relacionada com as

demais, a fim de compreender as inter-relações existentes entre elas, o que será obtido a partir da redução dos dados.

Entre as técnicas multivariadas, destaca-se a Análise de Componentes Principais (ACP), que tem por objetivo identificar evidências em muitos dados disponíveis, partindo do estudo de diversas variáveis, o que transforma um conjunto de dados originais em um novo conjunto, sem perdas significativas de informações e com redução de dimensão, sendo denominados componentes principais de dimensões equivalentes, os quais acabam eliminando variáveis originais com informações insignificantes (BOUROCHE; SAPORTA, 1982).

A análise de componentes principais pode ser utilizada para “analisar interrelações entre um grande número de variáveis e explicar essas variáveis em termos de suas dimensões inerentes comuns (fatores)” (HAIR JR. et al., 2005, p. 32), os quais podem ser definidos como os construtos a serem investigados. Um dos principais objetivos da técnica é “reduzir os dados a um pequeno número de componentes principais que capturam tanta informação sobre os dados quanto possível” (VIDAL; SASTRY; MA, 2016, p.45). Ao redefinir as variáveis, as primeiras dimensões encontradas irão explicar o maior número possível de informações (LATTIN; CARROLL; GREEN, 2011).

Para a obtenção dos componentes principais, torna-se essencial: (a) calcular a matriz de variância-covariância ou a matriz de correlação; (b) encontrar os autovalores e autovetores; (c) identificar as novas variáveis, que foram obtidas pelas combinações lineares, pois cada componente principal representa a combinação linear de todas as variáveis originais (REGAZZI, 2001).

Em relação aos requisitos necessários para a utilização da ACP, quando da elaboração de um indicador de desempenho do setor público, Silva e Silva (2015), ao compilar literatura específica sobre o tema, destacaram os principais pressupostos que devem ser observados, os quais estão sintetizados no Quadro 9.

Quadro 9 – Principais pressupostos para a realização de ACP

Amostras grandes com dados altamente correlacionados
Matriz de correlação e de covariância distinta da matriz diagonal e da identidade
Teste de Esfericidade de Barlett deve ser igual a 0,0000 (p-valor) com o qui-quadrado calculado maior que o qui-quadrado da tabela de distribuição (valor crítico)
As variáveis observadas não dependem de qualquer suposição sobre distribuição de probabilidade, podendo ser contínuas e distribuídas normalmente ou não.
Os componentes principais retidos devem ter autovalores maior que um (Regra de Kaiser).
Devem ser utilizados somente os primeiros componentes principais, desde que a soma das variâncias seja uma porcentagem alta, ou seja, acima de 80% ou mais.
As cargas dos componentes principais representam o seu poder de explicação da variância.

Fonte: elaborado pelo autor (2023), a partir de Silva e Silva (2015, p.298)

A estatística multivariada mencionada permitiu criar o IRP-RPPS dos entes subnacionais brasileiros, de modo a medir os padrões de resiliência financeira dos regimes próprios de previdência a partir de variáveis correlacionadas e interdependentes – fatores de vulnerabilidade, desde que respeitados todos os pressupostos inerentes à técnica multivariada, (Quadro 9).

3.4 Aplicação do questionário aos gestores dos RPPS

A indagação central deste estudo consiste na seguinte questão: Como a Teoria da escolha pública pode explicar os padrões de resiliência financeira nos RPPS dos entes subnacionais brasileiros, a partir do processo de tomada de decisão dos gestores públicos? Para responder ao questionamento buscou-se compreender como agem e decidem os gestores dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros, especificamente sob o ponto de vista da coexistência entre interesses privados e coletivos, sendo este o objetivo central da pesquisa.

Para alcançar o objetivo da pesquisa recorreu-se à utilização de um questionário autoaplicável, desprovido de interação entre o pesquisador e o respondente, contendo perguntas objetivas no formato de escalas, respostas múltiplas, bem como questões dicotômicas. A escala tipo Likert foi construída e utilizada com níveis de 1 (um) a 5 (cinco) pontos, em que o gestor público do RPPS (respondente) assinalou uma proposição à medida que, em sua análise, discordasse totalmente, discordasse parcialmente, indiferentemente, ou concordasse parcialmente ou concordasse totalmente.

Com a finalidade de aumentar a eficácia do questionário, Marconi e Lakatos (1999) afirmam que este deve: (a) estar alinhado aos objetivos geral e específicos da pesquisa; (b) ser limitado em sua extensão e finalidade com todas as informações suficientes; (c) conter questões de fácil compreensão, preservados os aspectos estéticos, além de conter orientações para o respondente; (d) estar codificado de forma a facilitar o trabalho de tabulação, sendo tais pressupostos acatados quando da elaboração do questionário desta pesquisa.

A elaboração das perguntas baseou-se na literatura da Teoria da Escolha Pública e na abordagem da resiliência financeira sob a ótica da vulnerabilidade dos fundos de pensão, cujo marco referencial corresponde à questão central do trabalho, aliada aos objetivos geral e específicos. Goode e Hatt (1972) afirmam que não importa quão lógica seja a mente humana e sua consequente compreensão, a complexidade de pensamento não pode substituir a análise empírica, sendo o pré-teste um ensaio geral para a pesquisa a ser realizada.

Finda a etapa de elaboração das perguntas, com a consequente definição da escala a ser utilizada, é recomendável que se faça um pré-teste antes da utilização definitiva do questionário (MARCONI; LAKATOS, 1999), aplicando-o a uma pequena parte da amostra com características semelhantes à população alvo (HAIR, et al., 2005).

Para Gil (1999), o pré-teste visa assegurar validade, clareza dos termos e precisão do questionário. O pré-teste consiste, então, em um estudo piloto em escala reduzida dos procedimentos e método propostos para a pesquisa (MACKEY; GASS, 2005), e verifica se o questionário mede o que se propõe a medir (CANHOTA, 2008), tendo por objetivo o aperfeiçoamento dos instrumentos para corrigir eventuais inadequações despercebidas pelos pesquisadores (MANZATO; SANTOS, 2012).

Marconi e Lakatos (1999) afirmam que o pré-teste tem o propósito de verificar se o questionário apresenta características como: (a) fidedignidade, o que significa dizer que os resultados da pesquisa serão os mesmos, independentemente de quem o aplicou; (b) validade, o que indica que os dados coletados são efetivamente necessários à pesquisa; (c) operatividade, no intuito de verificar a acessibilidade do vocabulário utilizado, bem como sua significação.

Quanto à escolha da amostra para a realização do pré-teste, Aaker, Kumar e Day (1995) afirmam que a amostragem por conveniência é utilizada em pré-testes, uma vez que o objetivo é simplesmente testar o instrumento e não produzir conclusões a partir dos resultados obtidos. Além disso, em relação ao tamanho da amostra utilizada na fase do pré-teste, Canhota (2008), e Gil (1999) afirmam que um número de 10 a 20 respondentes já seria suficiente para a sua realização.

O pré-teste foi realizado com dez respondentes, escolhidos de forma aleatória dentro da amostra dos RPPS. Os respondentes avaliaram o nível de compreensão das perguntas, os aspectos inerentes ao vocabulário, coesão e coerência do texto, bem como apresentaram opinião quanto à extensão das perguntas e tempo gasto para respondê-las, assim como também analisaram as alternativas e questões discursivas. Após a realização do pré-teste, o instrumento recebeu os ajustes devidos e assim foi possível a construção da versão final, a qual está disponível no Apêndice B.

O questionário foi composto por 25 (vinte e cinco) questões, conforme objetivos específicos da pesquisa, e aplicado sem contato do pesquisador com o respondente. Utilizou-se o portal *surveymonkey* para a estruturação e disponibilização das questões, as quais foram elaboradas conforme finalidades e alinhamentos estabelecidos no Quadro 10.

Quadro 10 – Parâmetros observados na elaboração do questionário

Quadro 10				
Questões	Aspectos investigados	Finalidade das perguntas	Alinhamento com os objetivos específicos da pesquisa	Objetivo geral da tese
1 a 5	Perfil do gestor público vinculado ao RPPS	Conhecer o respondente a partir da experiência profissional, do nível de escolaridade e do vínculo trabalhista com o RPPS.	Conhecer as concepções dos gestores públicos dos regimes próprios previdenciários, quanto aos aspectos inerentes à antecipação, absorção e reação a choques financeiros ao longo do tempo.	Compreender como agem e decidem os gestores públicos dos RPPS, especificamente sob o ponto de vista da coexistência entre interesses privados e coletivos e seus reflexos na resiliência financeira dos regimes próprios.
6 a 10	Características básicas do regime próprio previdenciário	Conhecer o RPPS a partir da forma jurídica, do porte do município, da quantidade de servidores, da possibilidade de extinção do regime e utilização de segregação de massa.		
11	Dificuldades na condução da gestão do RPPS	Conhecer os principais desafios na gestão do RPPS.		
12	Resiliência financeira nos fundos de pensão	Captar o nível de influência de determinados sujeitos no processo de tomada de decisão do gestor do RPPS.		
13, 14 e 16		Analisar a percepção dos gestores quanto aos efeitos de um choque e as ações necessárias para a prevenção, antecipação e a recuperação de crises financeiras no RPPS.		
15		Compreender a percepção dos gestores públicos quanto à capacidade antecipatória e de enfrentamento das crises.		
17				
19	Pressupostos da Teoria da escolha pública	Compreender o perfil do gestor e do RPPS quanto aos aspectos relativos aos investimentos dos recursos financeiros.	Identificar o comportamento dos gestores públicos dos RPPS quanto às atividades de investimento dos recursos do fundo de pensão.	
20		Avaliar as pretensões políticas dos gestores dos RPPS e seus reflexos no processo de tomada de decisão.	Verificar se o processo de tomada de decisão dos gestores públicos representa o interesse da coletividade ou se está guiado por outros interesses e influências.	
22 e 23		Investigar a possibilidade de conflito de interesse no processo decisório dos gestores do RPPS.		
21		Captar falha de governo devido à existência de assimetria informacional.		
24 e 25		Avaliar a existência, no processo de tomada de decisão dos gestores dos RPPS, do individualismo metodológico, da escolha racional e da política como troca, do <i>logrolling</i> , de grupo de interesses, burocratas e <i>rent-seenking</i> .	Analisar as percepções dos gestores dos RPPS a partir dos pressupostos da Teoria da escolha pública.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Inicialmente, buscou-se identificar as associações representativas de RPPS municipais, para viabilizar o envio do questionário aos municípios associados. O contato com as referidas associações ocorreu mediante envio de e-mail ou ainda por comunicação telefônica, sendo a Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (ABIPEM) a primeira entidade a ser contatada.

A solicitação de envio do questionário também foi encaminhada para as seguintes associações: (a) AGIP – Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública; (b) AMIPREM – Associação Mineira dos Institutos de Previdência; (c) APEPREV – Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias; (d) ASSIMPASC – Associação dos Institutos Municipais de Previdência e Assistência do Estado de Santa Catarina; (e) APEPP – Associação Pernambucana de Entidades de Previdência Pública; (f) APREMERJ – Associação das entidades de Previdência dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro; (g) ADIMP-MS – Associação dos Institutos Municipais de Previdência de Mato Grosso do Sul; (h) AGOPREV – Associação Goiana de Regimes Próprios de Previdência; (i) ABEPREM – Associação Baiana de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios.

O Anuário Estatístico de Previdência Social do RPPS – AEPS 2021-2022, publicado em novembro de 2022, pelo Ministério do Trabalho e Previdência do Governo Federal, foi consultado com o propósito de catalogar as cidades brasileiras que possuem regime próprio, bem como foram realizadas consultas na internet visando a identificação do contato (e-mail) do RPPS ou do gestor.

Além disso, também foram enviadas comunicações eletrônicas para as prefeituras locais solicitando o encaminhamento para o responsável do RPPS quando não foi possível identificar o endereço eletrônico do próprio instituto previdenciário, tal ação foi realizada como recurso último, conjuntamente aos telefonemas para as prefeituras municipais.

A primeira pergunta do questionário apresentou o termo de livre consentimento e esclarecido, no qual o respondente, após a leitura, manifestou expressamente o aceite ou a recusa em responder ao questionário. Na ocasião, o respondente foi notificado de que todas as respostas seriam analisadas em conjunto, preservando-se o anonimato dos participantes, havendo, portanto, a preservação total da identidade.

As respostas forneceram dados brutos em formato quantitativo e qualitativo, em razão de terem sido extraídas das questões objetivas, discursivas e do registro de dados em escala tipo Likert. No estudo, adotou-se também a metodologia de análise de conteúdo, tendo em vista o

caráter qualitativo da pesquisa proposto na última parte do método misto ora delineado. Bardin (1977, p. 42) define análise de conteúdo como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Considerando que essa técnica permite analisar dados que descrevem e ilustram a realidade, ainda que não de forma quantitativa, optou-se pela sua utilização com a finalidade de sistematizar, explicitar e buscar inferências a partir do conteúdo das mensagens. Segundo Mayring (2000), a análise de conteúdo equivale a todo tipo de comunicação registrada, tendo por vantagens: (a) as comunicações estão contidas em textos; (b) há regras específicas para a análise; (c) a interpretação nasce de categorias definidas com base na literatura existente; (d) existência de critérios de validade e confiabilidade na técnica, permitindo a triangulação das informações.

Bardin (1977) estabelece três fases para a realização de uma análise de conteúdo denominadas polos cronológicos, nos quais são considerados a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, consoante às referidas fases desta pesquisa. A pré-análise versa sobre a etapa de organização dos dados, tendo por finalidade constituir o corpus da pesquisa, assim compreendido como “o conjunto dos documentos obtidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 1977, p. 96).

Nesse procedimento inicial, buscou-se levantar as respostas às perguntas objetivas e discursivas apresentadas pelos gestores dos RPPS municipais, bem como os comentários diversos realizados por eles quando das respostas às questões do tipo Likert. Iniciou-se pela leitura flutuante das respostas, culminando na escolha do universo das respostas, considerando a associação de cada pergunta a um objetivo específico desta pesquisa.

Para a constituição do corpus, buscou-se observar as regras propostas por Bardin (1977), entre elas, a regra da exaustividade, uma vez que não foram excluídas respostas da análise, sendo todas consideradas, respeitando assim a não seletividade. A amostra considerada partiu de 98 (noventa e oito) respondentes, o que concretiza a regra da representatividade, haja vista que a pesquisa obteve resposta de municípios e RPPS de diversos portes, demonstrando assim a representatividade do universo passível de generalização.

A regra da homogeneidade orienta que as respostas a serem analisadas devam obedecer a critérios precisos de escolha, não apresentando singularidade fora dos critérios, sendo tal

princípio observado, uma vez que se buscou uniformidade da análise a partir das respostas coletadas, uma vez que as perguntas foram as mesmas para todos os respondentes. Por fim, observou-se a regra da pertinência, na qual os documentos extraídos devem relacionar-se aos objetivos da pesquisa. O atendimento a essa exigência pode ser verificado conforme demonstrado no Quadro 10.

Finalizada a pré-análise, realizou-se a exploração do material, momento no qual o corpus efetivamente definido deve ser estudado com maior grau de profundidade, situação em que ocorre a sistematização das decisões tomadas na etapa de pré-análise, consistindo, então, na fase das “operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função das regras formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101).

Bauer e Gaskell (2015) destacam que a codificação é responsável pela direção da análise do trabalho e, conseqüente, dos resultados que serão expostos, devendo ser cuidadosa e detalhada, havendo uma relação direta entre codificação e resultados, ou seja, quanto mais assertiva for a codificação, melhores serão os resultados. Segundo Bardin (1977), a codificação consiste na transformação dos dados brutos, mediante recorte, agregação e enumeração, pelos quais se busca atingir uma representação do conteúdo.

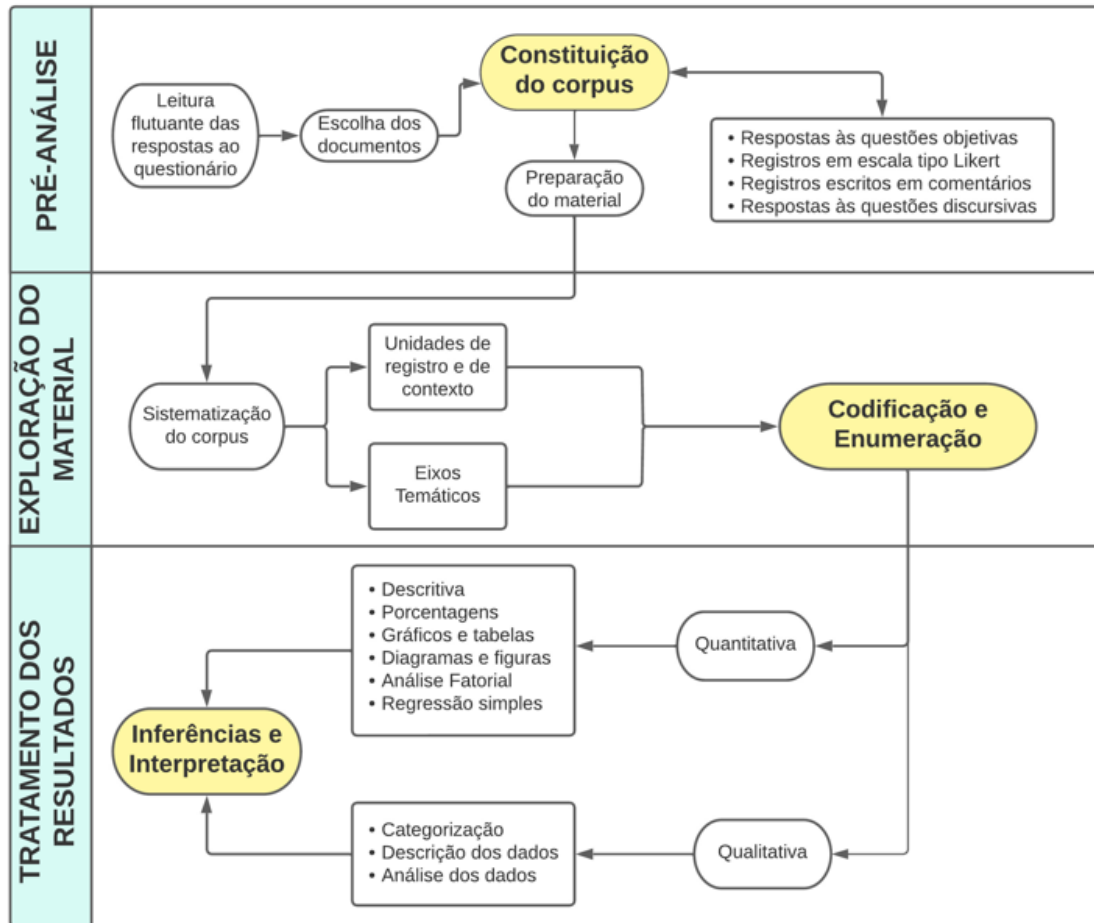
A última fase versa sobre o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, ocasião em que

os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos. Operações estatísticas simples (porcentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise” (BARDIN, 1977, p. 101).

É nessa fase que ocorre a categorização, compreendida como uma operação de classificação de elementos por diferenciação e posterior reagrupamento segundo critérios, compreendendo as etapas de inventário (isolamento de elementos) e classificação (organização das mensagens), produzindo assim um sistema de categorias (BARDIN, 1977).

A última etapa do tratamento dos resultados consiste nas inferências válidas e interpretações possíveis a partir dos dados coletados, tendo em vista que a análise de conteúdo constitui um bom instrumento para se investigar as causas derivadas dos efeitos (BARDIN, 1977). A figura 2 ilustra o desenvolvimento metodológico desta pesquisa fundamentada na análise de conteúdo adotada nesta tese.

Figura 2 – Desenvolvimento da análise de conteúdo



Fonte: elaborado pelo autor (2023), a partir de Bardin (1977)

As questões 1 a 10 e 18 foram estruturadas no formato objetivo, para as quais os respondentes assinalaram opções mediante as indagações realizadas, e estas foram analisadas de forma descritiva nos resultados. As questões 11, 14, 16, 19 e 25 foram elaboradas em forma de pergunta discursiva, para as quais os respondentes digitaram as respostas. As perguntas 12, 13, 15, 17, 20 a 24 foram elaboradas no formato de opções de resposta em escala tipo Likert, contendo cinco opções, a saber: discordo totalmente, discordo parcialmente, indiferente, concordo parcialmente e concordo totalmente, havendo espaço para comentários diversos.

O primeiro bloco de perguntas em escala tipo *Likert* composto pelas questões 12, 13, 15 e 17 foi denominado resiliência financeira dos RPPS, elaborado com base nas variáveis relacionadas aos fatores de vulnerabilidade, choque, capacidade antecipatória e capacidade de enfrentamento dos regimes próprios. O segundo bloco de perguntas em escala tipo *Likert* composto pelas questões 20 a 24 foi denominado Teoria da escolha pública, tendo sido elaborado a partir dos pressupostos fundamentais da Teoria analisada, conforme Quadro 11.

Quadro 11 – Construtos para análise quantitativa

Construto	Questão	Aspectos medidos pelo construto	Referências bibliográficas
Resiliência Financeira dos RPPS	12 e 17	Fatores de vulnerabilidade	Fatores de ordem interna ou externa que podem ser compreendidos como níveis de exposição a determinado choque (SALITERER; JONES; STECCOLINI, 2017), podendo contribuir ainda para o nível de exposição às vulnerabilidades (BARBERA et al., 2015).
	13	Choque	Qualquer evento inesperado que traga impacto significativo e contínuo para as finanças públicas, inclusive podendo ameaçar a sobrevivência do ente estatal (SALITERER; JONES; STECCOLINI, 2017).
	15	Capacidade antecipatória	Desenvolvimento de habilidades que sejam capazes de identificar e gerenciar possíveis vulnerabilidades, reconhecendo de forma tempestiva, os choques potenciais, antes mesmo que eles ocorram (BARBERA et al., 2017).
		Capacidade de enfrentamento	Aprimoramento e desenvolvimento de recursos e habilidades que permitam que os choques sejam enfrentados (BARBERA et al., 2017). A capacidade de resistência aos choques está diretamente relacionada à resiliência (WOLMAN et al., 2017).
Teoria da Escolha Pública	20 e 22	Individualismo metodológico e escolha racional do homem político	O homem olha para si mesmo antes de olhar para os outros (BUCHANAN, 1975). O agente público é egoísta, racional e maximizador de utilidade (MUELLER, 1989). Não há um único interesse público, o que torna a competição de interesses inevitável (BUTLER, 2012). O processo político pode ser utilizado para beneficiar alguns, impondo custos a outros (ALIGICA, 2015). A TEP explica como algumas pessoas são capazes de utilizar a política para se beneficiar (HOLCOMBE, 2018). Não há como diferenciar homem político do homem econômico (TONETO JR, 1996). Homem político e homem econômico são iguais (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2002).
	21	Falhas de governo	Há falhas de governo (BUCHANAN, 1975). Existem falhas na ação dos governos, assim como existem falhas de mercado (BORSANI, 2004). A falha de governo impõe mais custos para o indivíduo do que a falha de mercado (MEADWCROFT, 2013). Os mercados políticos também possuem falhas (DUNLEAVY; OLEARY, 1987).
	23 e 24	Política como troca, grupos de interesse e <i>rent-seeking</i>	Em um processo de decisão aos pares, nem sempre a opção vitoriosa resulta na escolha preferencial do grupo (CONDORCET, 1785). Somente um acordo unânime poderia evitar a exploração realizada pela maioria (WICKSELL, 1896). Os grupos existentes têm vantagens decisivas sobre grupos potenciais na competição por favores políticos (OLSON, 1965). Há uma competição entre diversos grupos de interesses especiais (OLSON, 1982).

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

A partir dos dois construtos buscou-se compreender se a Teoria da escolha pública explica os padrões de resiliência financeira dos RPPS. Para isso, com base em uma amostra de 73 indivíduos, e considerando um questionário com variáveis do tipo escala Likert de 5 pontos (1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente), agrupadas com perguntas segundo esses

dois construtos, foi estimado um modelo de regressão tendo o construto resiliência financeira dos RPPS como variável resposta e a Teoria da escolha pública como variável explicativa.

Como há diversas variáveis que compõem cada um dos dois construtos, para correlacioná-los, aplicou-se uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), criando um escore único para cada construto. Com esses escores estimados, que são variáveis quantitativas, tornou-se possível a construção do modelo de regressão.

A Análise Fatorial (AF) é uma técnica estatística de interdependência que visa determinar o número e a natureza das variáveis latentes ou fatores que explicam a variação e a covariação entre um conjunto de medidas observadas. Na pesquisa aplicada, a AF é comumente empregada para avaliar instrumentos de múltiplos itens, validação de construto e redução de dados (BROWN, 2015).

A AF pode ser de dois tipos: Análise Fatorial Confirmatória (AFC) e Análise Fatorial Exploratória (AFE). As duas têm como objetivo reproduzir as relações observadas entre um grupo de itens em menos variáveis latentes. A AFE é utilizada quando o pesquisador não possui uma clara expectativa, ou quando esta é relativamente incompleta, sobre a estrutura das relações. Comumente, a AFE é empregada como um primeiro passo para determinar o número apropriado de fatores e descobrir quais variáveis observadas são indicadoras das variáveis latentes (BROWN, 2015).

Dentre as técnicas de Análise de Regressão existe a Regressão Linear, na qual a relação entre duas ou mais variáveis sucede de forma linear. Caso se considere apenas uma variável independente tem-se uma Análise de Regressão Simples; caso se use duas ou mais variáveis, tem-se a Análise de Regressão Múltipla. Além disso, para estimação dos coeficientes do modelo utiliza-se algum método de estimação, dependendo do cumprimento de determinadas premissas. Neste trabalho foi abordado o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

A Análise de Regressão Linear parte de uma Análise de Correlação Linear. Segundo Garson (2009), a correlação é uma medida de associação bivariada (força) do grau de relacionamento entre duas variáveis. Para Moore (2007), a correlação mensura a direção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas.

Para quantificar a relação entre duas variáveis quantitativas utiliza-se o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson se essas variáveis seguem uma distribuição normal, caso contrário, pode-se considerar essas variáveis quantitativas como postos e utilizar o Coeficiente de Correlação de Postos de Spearman. Ademais, pode-se representar os valores das variáveis

num gráfico de dispersão. Afirma-se que existe uma relação linear entre as variáveis se os pontos se aproximarem de uma reta (ALDRICH, 1995).

O Coeficiente de Correlação (r) varia de -1 a 1. O sinal indica direção positiva ou negativa do relacionamento e o valor sugere a força da relação entre as variáveis. Uma correlação perfeita (-1 ou 1) indica que o valor de uma variável pode ser determinado exatamente ao se saber o valor da outra. No outro oposto, uma correlação de valor zero indica que não há relação linear entre as variáveis (ALDRICH, 1995).

Para Cohen (1988), valores de correlação entre 0,10 e 0,29 podem ser considerados pequenos; entre 0,30 e 0,49 podem ser considerados como médios; e valores entre 0,50 e 1 podem ser interpretados como grandes. Dancey e Reidy (2005) apontam para uma classificação um pouco diferente: $r = 0,10$ até $0,30$ (fraco); $r = 0,40$ até $0,6$ (moderado); $r = 0,70$ até 1 (forte).

No modelo de Regressão Linear é possível utilizar as variáveis independentes para prever os valores da variável dependente, assim como é possível identificar a contribuição de cada variável independente sobre a capacidade preditiva do modelo como um todo. Tecnicamente, afirmar que o modelo é ajustado utilizando a forma funcional de Mínimos Quadrados Ordinários significa que uma reta que minimiza a soma dos quadrados dos resíduos será utilizada para resumir a relação linear entre Y e X_i (KRUEGER; LEWIS-BECK, 2008).

A regressão, a partir de um método de estimação selecionado, estima a seguinte equação:

$$y_i = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_p x_p + \varepsilon_i, \quad i = 1, \dots, n$$

Onde:

- Y_i representa a variável dependente, ou seja, aquilo que queremos explicar/entender/predizer;
- x , por sua vez, representa a variável independente, aquilo que o pesquisador acredita que pode ajudar a explicar/entender/predizer a variação de Y ;
- O intercepto (β_0), também chamado de constante, representa o valor de Y quando todos os x assumem valor zero. Dito de outra forma, na ausência de variáveis independentes, o intercepto representa o valor da média esperada de Y ;
- Os coeficientes de regressão (β_s) representam a mudança observada em Y associada ao aumento de uma unidade em um determinado X ;
- O termo estocástico (ϵ) representa o erro em explicar/entender/predizer Y a partir dos X s. Em particular, ϵ é a diferença entre os valores observados e os valores preditos de Y , ou seja, os resíduos do modelo. Os resíduos de um modelo de

regressão são parte fundamental para que se avalie a capacidade do pesquisador em produzir um modelo (representação formal do mundo) que represente de forma acurada a realidade estudada (aqui representada pelos dados analisados). É essa abordagem teórica que nos permite afirmar (com bastante cautela) que quanto menores os resíduos encontrados, melhor é o ajuste do nosso modelo à realidade a ser explicada.

O Método dos Mínimos Quadrados consiste na obtenção dos estimadores dos coeficientes de regressão minimizando os resíduos do modelo de regressão linear, ou seja, o MQO propõe, então, encontrar os valores para os quais a soma dos quadrados dos resíduos (SQE) é mínima. Para que a estimação por MQO resulte no Melhor Estimador Linear Não-Viesado (MELNV), algumas premissas devem ser cumpridas, entre os principais pressupostos elencados por Kennedy (2009) estão: (1) Homoscedasticidade, ou seja, a variância do termo de erro é constante para os diferentes valores da variável independente; (2) Assume-se que os resíduos do modelo seguem uma distribuição normal.

A quebra de qualquer uma das premissas acarreta coeficientes estimados erroneamente. A validade das premissas se dá por testes ou meios gráficos, entre eles, os mais importantes a se destacar são: O Teste de Shapiro-Wilk (normalidade), e o Teste de Breusch-Pagan (homoscedasticidade). O Teste de Shapiro-Wilk possui as seguintes hipóteses: (a) H_0 : Os resíduos seguem distribuição normal (hipótese nula); (b) H_1 : Os resíduos não seguem distribuição normal (hipótese alternativa)

A hipótese nula será rejeitada, em um nível de significância estipulado, sempre que o p-valor do teste for menor que essa significância. A significância é uma medida que mensura a probabilidade de se rejeitar a hipótese nula quando ela é verdadeira. O Teste de Breusch-Pagan possui as seguintes hipóteses: a) H_0 : Os resíduos são homocedásticos; b) H_1 : Os resíduos não são homocedásticos.

Em casos em que a homoscedasticidade não é cumprida, pode-se utilizar estimadores robustos que corrigem os problemas na estimação. Além disso, pode-se testar transformações nas variáveis (log, raiz, potência, entre outras) para se alcançar a normalidade ou a homoscedasticidade dos resíduos do modelo.

Para as análises foi utilizado o software estatístico R na sua versão 4.2.1 (2022-06-23 ucrt). Nos testes estatísticos foi considerado um nível de confiança de 95%. Foi aplicado o modelo de Análise Fatorial Exploratória para os itens do questionário referentes ao construto Resiliência Financeira dos RPPS, conforme Quadro 12.

Quadro 12 - Variáveis do construto Resiliência Financeira dos RPPS

Variável	Questão	Descrição
VAR1	12	As decisões dos órgãos colegiados do RPPS são consideradas quando do meu processo de tomada de decisão.
VAR2		Eu considero a manifestação do sindicato dos servidores municipais quando da decisão nos assuntos gerenciais do fundo de pensão.
VAR3		Eu consulto o(a) Prefeito(a) antes de tomar uma decisão gerencial importante para o RPPS.
VAR4		A opinião do(a) Prefeito(a) influencia na minha decisão, quando da gestão do regime previdenciário.
VAR5	13	Percebo que a arrecadação do fundo de pensão diminui durante períodos de crise financeira no Município.
VAR6		Entendo que o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência restou prejudicado com a chegada da pandemia relativa ao coronavírus.
VAR7		Eu vejo que o Município possui dificuldades em realizar o repasse da contribuição patronal ao regime próprio, quando do momento de crises, tal como a decorrente do coronavírus.
VAR8		Acredito que os regimes próprios de previdência social, de um modo geral, não estão preparados para lidar com os possíveis efeitos causados por crises financeiras.
VAR9	15	Enquanto gestor do RPPS, disponho de ferramentas, instrumentos, técnicas e habilidades que me permitem identificar e gerenciar melhor as vulnerabilidades dos fundos de pensão.
VAR10		Trabalho com sistemas de controle e planejamento bem desenvolvidos, sendo que tenho um forte desejo em manter os riscos potenciais sob controle, buscando sempre possuir reservas financeiras para momentos de crise, não dependendo assim da Prefeitura.
VAR11		Em meu RPPS não há planejamento quanto ao recebimento de um choque financeiro, sendo absorvido de forma passiva, o que faz aumentar a dependência de recursos financeiros da Prefeitura para o pagamento dos benefícios dos servidores e dependentes.
VAR12		Tenho absoluta convicção que a Prefeitura Municipal compensará qualquer necessidade financeira do RPPS quanto ao pagamento dos benefícios aos servidores e dependentes.
VAR13	17	Acredito que a Prefeitura acompanha e tem conhecimento dos procedimentos inerentes às aplicações financeiras do RPPS.
VAR14		Eu entendo haver mais riscos investir no exterior, razão pela qual prefiro realizar os investimentos em uma instituição brasileira.
VAR15		Eu decido qual instituição financeira os recursos serão investidos, bem como a forma predominante do investimento (renda fixa ou renda variável).
VAR16		Tenho registrado em meio digital todos os documentos que fundamentam a tomada de decisão quanto à aplicação dos recursos do RPPS.
VAR17		Tenho vontade de realizar diretamente operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações <i>day trade</i>) com os recursos do RPPS, pois acredito que tal operação pode gerar maior rentabilidade para o fundo de pensão.

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Foi igualmente aplicado o modelo de Análise Fatorial Exploratória para os itens do questionário referentes ao construto Teoria da Escolha Pública, conforme Quadro 13.

Quadro 13 - Variáveis do construto Teoria da Escolha Pública

Variável	Questão	Descrição
VAR18	20	Eu não veria problemas em ocupar algum cargo comissionado no Poder Executivo, se convidado, inclusive permanecendo na gestão do RPPS em 2024 ou em 2025.
VAR19		Eu tenho pretensão política em disputar o cargo de vereador em 2024.
VAR20		Eu tenho pretensão política em disputar o cargo de prefeito em 2024.
VAR21		Não tenho pretensão em disputar cargo político, uma vez que pretendo apoiar a reeleição do (a) atual Prefeito(a), ou apoiar o(a) candidato(a) indicado(a) pelo(a) Chefe do Executivo Municipal, caso não seja possível a reeleição do(a) mesmo(a).
VAR22		Acredito que o gestor do RPPS pode ter mais dificuldade em decidir caso tenha intenção de lançar-se candidato.
VAR23	21	Os servidores municipais vinculados ao RPPS possuem pouco conhecimento nas atividades desempenhadas pelo fundo.
VAR24		Os servidores municipais vinculados ao RPPS têm baixo interesse nas informações do fundo previdenciário.
VAR25		Os servidores municipais vinculados ao RPPS participam das decisões quanto à política de investimento.
VAR26		Os servidores municipais vinculados ao RPPS possuem acesso às informações gerenciais do regime.
VAR27		Os servidores municipais vinculados ao RPPS estão organizados em sindicatos que atuam diretamente junto às atividades do RPPS.
VAR28	22	As metas e os resultados a serem alcançados pelo RPPS são definidas pelo(a) Chefe do Executivo Municipal.
VAR29		Eu entendo que as minhas decisões estão alinhadas com as políticas públicas desenvolvidas pelo(a) Prefeito(a) Municipal.
VAR30		A política de investimento do RPPS é definida por mim e pelos servidores públicos, sem a participação do(a) Prefeito(a).
VAR31		Entendo que os aspectos políticos influenciam no processo de tomada de decisão junto aos RPPS.
VAR32		Considero que os sindicatos dos servidores exercem pressão quanto às decisões no RPPS.
VAR33	23	As decisões gerenciais no RPPS são tomadas com a participação coletiva dos servidores públicos.
VAR34		Os sindicatos dos servidores participam ativamente do processo de tomada de decisão gerencial do RPPS.
VAR35		As demandas apresentadas pelos sindicatos dos servidores são atendidas pelo RPPS.
VAR36	24	Eu aceitei ser gestor do RPPS municipal devido às oportunidades de ascensão profissional advindas do cargo.
VAR37		Se eu fosse gestor de um fundo de previdência privada em um grande banco nacional, as minhas decisões gerenciais seriam as mesmas adotadas no RPPS.
VAR38		Ao ocupar o cargo de gestor do RPPS municipal percebo que acabo tendo influência, prestígio e benefícios pessoais em minha cidade.
VAR39		Entendo que as minhas decisões na gestão do RPPS beneficiam a maioria dos servidores e dependentes do fundo previdenciário.
VAR40		Em algumas situações a minha decisão vai de encontro aos anseios dos servidores, ainda sim a minha decisão prevalece, uma vez que sou o gestor do fundo.

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

O modelo de Análise Fatorial Exploratória tem por objetivo verificar a estrutura fatorial, precisão, confiabilidade e replicabilidade da escala, e ao final, estimar os escores fatoriais para aplicação do modelo de Regressão, a partir das variáveis utilizadas para a definição dos dois construtos, sendo os resultados e discussões decorrentes apresentados no Capítulo 4.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Elaboração do indicador IRF-RPPS

Inicialmente, cabe ressaltar o recorte temporal para a construção do IRF-RPPS, uma vez que os dados quantitativos foram obtidos em relação ao ano de 2019, tendo em vista tratar-se do último ano que não houve os impactos decorrentes da pandemia do coronavírus. Não foram utilizadas as variáveis número total de habitantes e de segurados dos RPPS, visto que estas serão empregadas para a padronização, em momento posterior. Foram utilizados os softwares estatísticos *Past 4.06* e *IBM SPSS Statistics*, em sua versão mais atualizada.

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva das principais variáveis utilizadas na construção do indicador, sendo utilizado a unidade monetária reais (em milhões e bilhões) para as variáveis DCL, RCL, RRP, DRP e TRR; a unidade quantidade de pessoas para as variáveis NSA, NAP e NPE e a unidade monetária reais para as variáveis RMS, RMA e RMP.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis do IRP-RPPS

Variáveis	N	Média	Mediana	Coefficiente variação	Mínimo	Máximo
DCL	1521	R\$28,3 mi	-R\$1,7 mi	2989,90	-R\$1,48 bi	R\$29,5 bi
RCL		R\$259,0 mi	R\$51,4 mi	601,86	-R\$9,56 mi	R\$51,9 bi
RRP		R\$30,8 mi	R\$6,2 mi	560,38	R\$2.643,13	R\$4,51 bi
DRP		R\$32,8 mi	R\$4,49 mi	918,48	R\$0,12 bi	R\$9,94 bi
NSA		1434	520	327,00	32	124.999
NAP		492	121	633,85	0	90.706
NPE		115	27	651,56	0	21.894
RMS		R\$2.473,83	R\$2.321,02	30,75	R\$1.081,14	R\$7.277,15
RMA		R\$2.493,27	R\$2.247,93	42,03	R\$951,13	R\$9.396,34
RMP		R\$1.670,56	R\$1.517,09	41,73	R\$399,20	R\$7.103,30
TRR		R\$91,8 mi	R\$24,6 mi	260,64	R\$326,88	R\$3,12 bi

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Devido à heterogeneidade das cidades analisadas, contendo municípios dos mais variados portes, com populações diversas e representatividade nas cinco regiões do país, já era esperada uma alteração considerável no coeficiente de variação, principalmente no tocante às variáveis financeiras (DCL, RCL, RRP, DRP e TRR).

As variáveis NAP e NPE também apresentaram elevado coeficiente de variação, corroborando a já exposta observação, em relação à multiplicidade dos regimes observados, em cidades de diversos portes. Os valores mínimo e máximo confirmaram os altos indicadores em relação ao coeficiente de variação. Observou-se também certa uniformidade em relação às variáveis RRP e DRP, tendo em vista a constatação da média e mediana com valores bem

próximos. A remuneração dos servidores ativos, aposentados e pensionistas mantém certo padrão de uniformidade, inclusive com desvios-padrão próximos e bem abaixo das demais variáveis, o que pode demonstrar certa uniformidade nos valores pagos aos servidores públicos municipais, independente do porte da cidade em que estiverem inseridos.

Houve uma diferença considerável que merece análise, no que se refere à receita e o total de recursos dos RPPS, uma vez que os valores mínimos para essas variáveis se encontram bem distantes dos valores máximos, o que pode indicar resultados de municípios menores, com regimes muito pequenos, em número de contribuintes, pois foi constatado uma cidade com 32 servidores ativos, o que pode explicar esse número reduzido de receita e total de recursos.

Essas considerações identificadas na análise estatística descritiva corrobora a necessidade de transformação das variáveis, quando do momento de comparação, podendo adotar indicadores *per capita*, que tem por finalidade corrigir distorções considerando os tamanhos das cidades e dos RPPS analisados. Procedendo ao cumprimento dos pressupostos inerentes à análise de componentes principais (Quadro 9), efetuou-se o estudo dos dados, tendo por objetivo a construção do IRF-RPPS, começando pela análise de correlação entre as variáveis, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Matriz de correlação das variáveis analisadas

	DCL	RCL	RRP	DRP	NSA	NAP	NPE	RMS	RMA	RMP	TRR
DCL	1,00										
RCL	0,925	1,00									
RRP	0,871	0,933	1,00								
DRP	0,957	0,983	0,952	1,00							
NSA	0,826	0,950	0,947	0,924	1,00						
NAP	0,917	0,961	0,978	0,981	0,950	1,00					
NPE	0,913	0,963	0,971	0,980	0,944	0,990	1,00				
RMS	0,135	0,303	0,321	0,250	0,364	0,269	0,274	1,00			
RMA	0,153	0,313	0,315	0,257	0,367	0,264	0,270	0,758	1,00		
RMP	0,077	0,209	0,224	0,165	0,261	0,181	0,185	0,616	0,694	1,00	
TRR	0,026	0,270	0,326	0,193	0,387	0,222	0,227	0,511	0,489	0,398	1,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Verificou-se que a grande maioria das variáveis apresenta alta correlação (RCL, RRP, DRP, DRP, NSA, NAP, NPE), atendendo, portanto, ao pressuposto para a utilização da ACP. Em relação às variáveis RMS, RMA, RMP e TRR, ainda que tenham apresentado baixa correlação, tal fato por si só não é justificativa para excluí-las da análise, tendo em vista que o

objetivo pretendido é construir um indicador, organizado por grau de importância, a partir da coexistência de variáveis não mais correlacionadas (AYRES, 2012).

O grau de adequação da amostragem, quando obtido mediante uma ACP, será observado a partir da variância dos dados, podendo ser analisado quando do resultado da Medida de Kaiser-Meyer-Olkin (FIELD, 2009). Ademais, a amostra é grande, visto que representa mais de 70% da população estudada.

Por outro lado, o Teste de Esfericidade de Bartlett testa a hipótese nula, de que a matriz das correlações é uma matriz identidade, uma vez que o correto funcionamento da ACP depende da existência de correlações, o que implica dizer que se a matriz de correlações for a matriz identidade, todos os seus coeficientes resultarão em zero (MINGOTI, 2007; FIELD, 2009; SILVA et al., 2016). A Tabela 3 apresenta os resultados do teste de KMO e do Teste de Esfericidade de Bartlett.

Tabela 3 - Teste de KMO e Bartlett

KMO		0,847
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	35338,044
	Grau de liberdade	55
	Significância	0,000

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Sharma (1996) considera que a medida de KMO acima de 0,8 fornece um grau de ajuste à análise fatorial considerado bom, caminhando para muito bom. A saída do software *Past 4.06* informou um resultado excelente para o valor 0,847 obtido. Field (2009) considera valores acima de 0,5 como aceitáveis para ACP. Assim, o resultado obtido é satisfatório e atende aos pressupostos de realização da ACP.

O teste de esfericidade de Bartlett, ao testar a hipótese nula, apresentou um resultado de 35338,044 (qui-quadrado observado com 55 graus de liberdade) com uma probabilidade (de rejeição da hipótese nula) de 0,000, o que implica afirmar que a matriz das correlações não é uma matriz identidade, estando os dados adequados para a elaboração de uma ACP.

Acerca das comunalidades, Hair Jr. et al. (2005), ao compreenderem o instituto enquanto a proporção de variabilidade de cada variável que é explicada pelos fatores, indicam que valores inferiores a 0,5 devem ser observados com a consequente possibilidade de exclusão das variáveis, uma vez que não possuem explicação suficiente para a ACP, sendo que as variáveis serão mais bem explicadas pelos fatores, quanto mais próximo de 1 estiverem as comunalidades. A Tabela 4 apresenta o resultado das comunalidades, demonstrando que todas as variáveis podem ser utilizadas na ACP, uma vez que apresentaram resultados acima de 0,5.

Tabela 4 - Resultado das Comunalidades

	Inicial	Extração
DCL	1,000	0,912
RCL	1,000	0,968
RRP	1,000	0,954
DRP	1,000	0,987
NSA	1,000	0,936
NAP	1,000	0,985
NPE	1,000	0,980
RMS	1,000	0,772
RMA	1,000	0,804
RMP	1,000	0,681
TRR	1,000	0,500

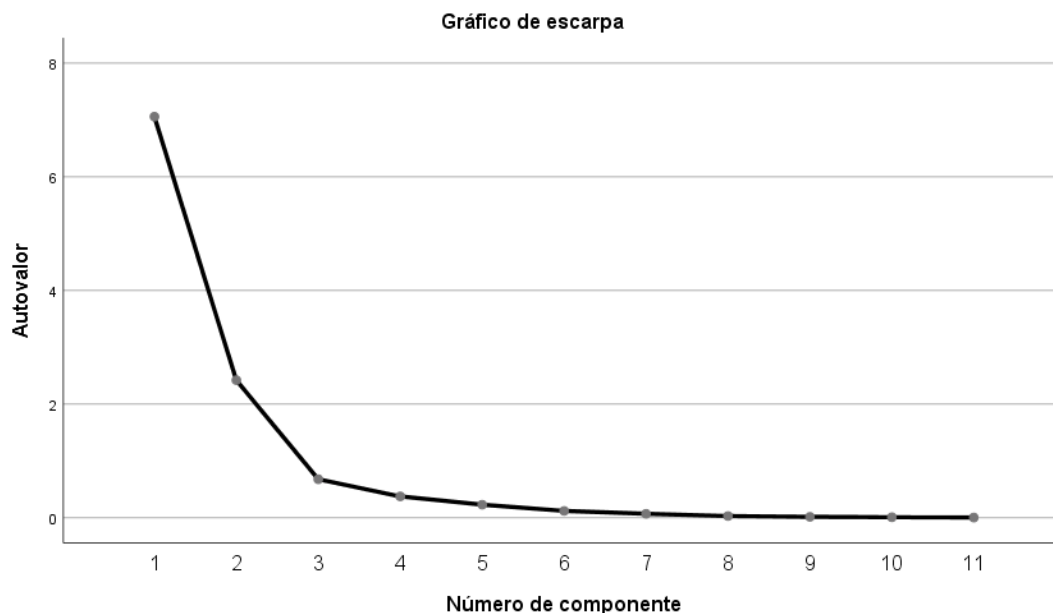
Fonte: dados da pesquisa (2023)

Procedendo a etapa consistente na determinação do número de componentes principais, recorre-se aos critérios relacionados por Reis (2001), estabelecendo-se as possibilidades de observação do(a): (i) gráfico de escarpa, em que se evidencia a representação gráfica da porcentagem de variância explicada por componente, devendo ser considerados os componentes obtidos em momento anterior à redução da curva (que passa a ser quase paralela com o eixo das abscissas), conforme Figura 3; (ii) porcentagem de variância, o que é subjetivo, sendo aceitável quando explicar acima de 60% da variância total, o que pode ser observado na Tabela 5; (iii) critério de Kaiser, que sugere a utilização dos componentes cujos valores próprios (*eigenvalues*) sejam superiores a 1, o que também pode ser observado na Tabela 5.

Tabela 5 - Valores próprios e porcentagem de variância

Componente	Valor Próprio	% de variância	% cumulativa
1	7,058	64,165	64,165
2	2,420	22,002	86,167
3	0,677	6,151	92,318
4	0,374	3,402	95,720
5	0,229	2,080	97,800
6	0,119	1,083	98,883
7	0,069	0,624	99,507
8	0,029	0,265	99,772
9	0,014	0,129	99,902
10	0,008	0,073	99,975
11	0,003	0,025	100,000

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Gráfico 1 - *Scree plot*

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Assim, considerando este e os demais pressupostos analisados, conclui-se pela viabilidade da ACP, frente às variáveis e dados considerados, o que permite executar a verificação dos resultados e discussões concernentes. Desse modo, optou-se por trabalhar com a existência de dois componentes principais, uma vez que ambos são capazes de explicar 86,167% da variância encontrada na análise multivariada, conforme verificado nos autovalores contidos na Tabela 5 (somatório dos componentes 1 e 2), já que representam exatamente as variâncias dos componentes principais de um conjunto de dados (MANLY, 2008; AYRES, 2012).

A baixa representatividade da variável Total de Recursos do RPPS (última posição em relação às comunalidades – Tabela 4) evidencia baixos recursos próprios dos RPPS, sendo que tais recursos podem ser necessários para cobrir déficits previdenciários, considerando ainda que a variável Despesa dos RPPS apresentou o maior valor em se tratando das comunalidades, o que evidencia que o cenário dos RPPS encontra-se com altos dispêndios financeiros (acima das Receitas), com baixa carga de recursos próprios aptos a conferir sustentabilidade aos regimes, o que demonstra indícios de baixo padrão de resiliência financeira.

Em relação aos resultados das comunalidades (Tabela 4), é possível ainda inferir sobre a questão da alta quantidade de servidores aposentados (NPA=0,985) e pensionistas (NPE=0,980) em comparação com os servidores da ativa (NSA=0,936), situação que somada à

questão da remuneração média, que progride no mesmo sentido, com valores mais elevados para aposentados ($RMA=0,804$), tendo as menores remunerações pagas aos servidores da ativa ($RMS=0,772$). Nesse sentido, é possível identificar riscos para os regimes, tendo em vista a existência de entradas financeiras inferiores aos dispêndios, o que acarreta a insustentabilidade dos RPPS.

A obtenção dos autovetores, como escore unitário associado a cada autovalor, bem como representação das direções dos eixos dos componentes principais (MANLY, 2008; AYRES, 2012), pode ser observada na Tabela 6.

Tabela 6 - Autovetores derivados da extração de dois componentes

	CP1	CP2
DCL	0,894	-0,337
RCL	0,974	-0,136
RRP	0,971	-0,101
DRP	0,970	-0,213
NSA	0,967	-0,030
NAP	0,975	-0,187
NPE	0,974	-0,180
RMS	0,422	0,770
RMA	0,428	0,788
RMP	0,323	0,759
TRR	0,356	0,611

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Além disso, conforme Field (2009), a fim de melhorar as cargas fatoriais de cada variável, maximizando a soma das variâncias, torna-se necessária a utilização do método de rotação dos eixos *varimax* com normalização Kaiser (SILVA; SILVA, 2015), razão pela qual o modelo foi adotado neste estudo.

Para a construção do modelo matemático que permita mensurar o indicador de resiliência financeira dos municípios brasileiros, com a posterior classificação de todos os regimes próprios, considerando os componentes principais obtidos, torna-se essencial realizar um preparo das variáveis, tendo por objetivo corrigir distorções causadas pelo tamanho de cada município, o que pode macular o resultado do indicador, considerando a variação verificada no número de segurados dos RPPS, bem como no quantitativo populacional de cada município analisado.

Desse modo, realizou-se a transformação das variáveis originais em variáveis *per capita*, sendo que as variáveis DCL e RCL foram remodeladas a partir da divisão pelo número total de habitantes do município (NHM). Por outro lado, as variáveis RRP, DRP, NSA, NAP, NPE e TRR também foram convertidas a partir da divisão pelo número total de segurados de

cada RPPS (TSR). Por fim, verificou-se que não ocorreram transformações em relação às variáveis RMS, RMA e RMP, tendo em vista se tratar de valores médios, os quais já foram obtidos, de forma original, a partir da divisão *per capita* ora pretendida.

Em sequência ao procedimento ora realizado, todas as variáveis observadas foram padronizadas, mediante o recurso ao *z-score*, transformadas a partir da diferença do valor original observado nas variáveis pela média encontrada, sendo o referido valor dividido pelo desvio padrão. Com isso, obteve-se, para cada variável, o seu valor *per capita* padronizado, o qual foi utilizado para a elaboração do modelo matemático em questão, conforme proposto por Silva e Silva (2015), que será mais bem delineado no Quadro 14.

Quadro 14 - Modelo empírico do cálculo do IRF-RPPS dos municípios brasileiros

$IRF = \left[\frac{\sum(V_n \cdot CP_1) \cdot (A_1) + \sum(V_n \cdot CP_2) \cdot (A_2) + \dots + \sum(V_n \cdot CP_{n-1}) \cdot (A_{n-1}) + \sum(V_n \cdot CP_n) \cdot (A_n)}{A_1 + A_2 + \dots + A_{n-1} + A_n} \right]$	
V_n = Variáveis <i>per capita</i> padronizadas, obtidas pelo quociente entre os valores observados e o quantitativo total de habitantes ou segurados dos RPPS, com posterior padronização mediante a utilização do <i>z-score</i> (variáveis <i>per capita</i> menos a média, divididas pelo desvio-padrão).	
CP_n = Componentes principais extraídos, considerando aqueles com valores próprios maiores do 1.	
A_n = Autovalores que representam a porcentagem da variância explicada, considerando aquelas correspondentes a valores próprios maiores do que 1.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023), a partir de Silva e Silva (2015)

Assim, considerando os dados obtidos na ACP realizada e nas orientações dispostas no Quadro 13, obteve-se o seguinte modelo teórico para a efetivação do indicador de resiliência financeira dos RPPS municipais.

$$\begin{aligned}
 IRF - RPPS = \{ & [(0,894.DCL + 0,974.RCL + 0,971.RRP + 0,967.DRP + 0,975.NAP \\
 & + 0,974.NPE + 0,422.RMS + 0,428.RMA + 0,323.RMP \\
 & + 0,356.TRR). 64,165] \\
 & + [(-0,337.DCL - 0,136.RCL - 0,101.RRP - 0,213.DRP - 0,030.NSA \\
 & - 0,187.NAP - 0,180.NPE + 0,770.RMS + 0,788.RMA + 0,759.RMP \\
 & + 0,611.TRR). 22,002] \div (64,165 + 22,002) \}
 \end{aligned}$$

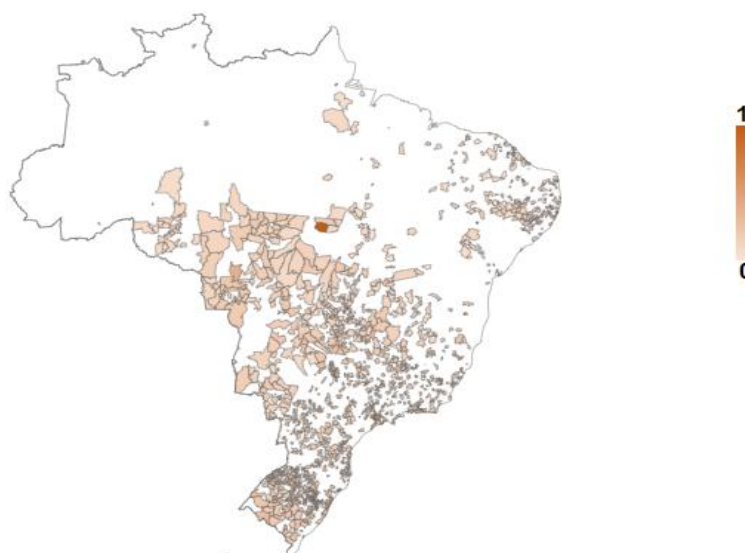
Com esse cálculo, os escores passaram a assumir valores positivos e negativos, variando de - 4,53 até 23,17, razão pela qual adotou-se a utilização da função ORDEM.PORCENTUAL do Excel®, tendo por objetivo a transformação dos valores obtidos para uma faixa de 0 a 1, de

modo a contribuir para as análises e para o procedimento de ranqueamento dos municípios brasileiros que possuem RPPS, conforme amostra já explicitada.

Em relação aos escores finais, observou-se que 887 RPPS apresentaram escores negativos, o que demonstrou que aproximadamente 58% dos regimes próprios municipais analisados obtiveram resultados abaixo da média geral, considerando todas as variáveis estudadas, indicando que mais da metade dos RPPS dos municípios brasileiros estão com baixo padrão de resiliência financeira. Os RPPS das cidades de Confresa – MT, Porto Alegre – RS e Paulínia – SP apresentaram os melhores resultados para o IRF-RPPS, ao passo que as últimas posições do ranking ficaram a cargo dos RPPS dos municípios de Tapiramutá – BA, Umburanas – BA e Solonópole – CE.

A Figura 3 ilustra a distribuição dos RPPS que foram objeto de estudo na análise quantitativa, sendo divididos pelas cidades brasileiras, considerando os resultados obtidos pelo IRF-RPPS, demonstrando número reduzido de regimes próprios nas cidades das Regiões Norte e Nordeste e concentração de municípios possuidores de RPPS nas regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul.

Figura 3 – Distribuição por cidades de acordo com IRF-RPPS

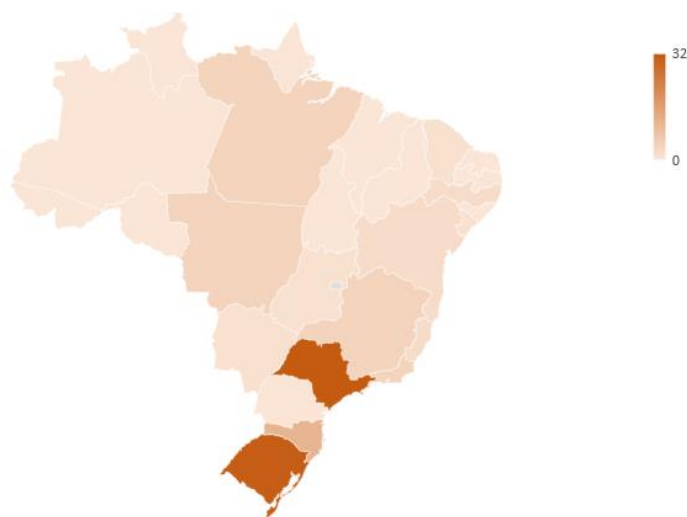


Fonte: dados da pesquisa (2023)

Considerando um recorte amostral em relação aos cem primeiros RPPS, bem como os cem últimos classificados conforme IRF-RPPS, foi possível verificar que 84% dos cem primeiros colocados encontram-se nas regiões Sul e Sudeste. Em sentido oposto, constatou-se que 59% dos cem últimos classificados encontram-se nas regiões Norte e Nordeste. Além disso,

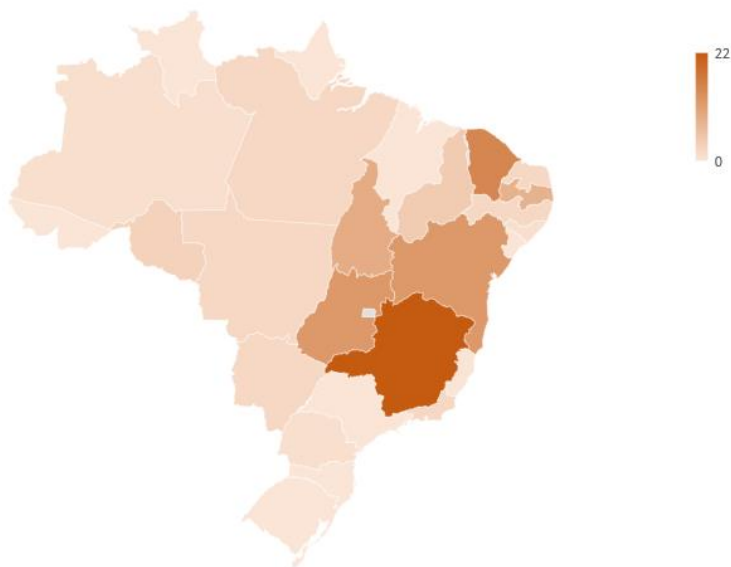
verificou-se um Estado da região Sudeste, que destoa da observação realizada, qual seja, Minas Gerais, que apresentou 22% dos cem últimos posicionados quanto ao IRF-RPPS. As Figuras 4 e 5 corroboram as observações ora realizadas.

Figura 4 – Distribuição por Estados dos cem primeiros RPPS conforme IRF-RPPS



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Figura 5 – Distribuição por Estados dos cem últimos RPPS conforme IRF-RPPS



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Assim, partindo da localização das cidades nos Estados brasileiros, evidenciou-se o Estado de São Paulo como aquele em que há o maior número de cidades com RPPS na lista das cem primeiras posições, a partir da construção do IRF-RPPS, ao passo que o Estado de Minas

Gerais surge como ente federado brasileiro em que se configura a maior quantidade de municípios com RPPS classificados nas últimas cem posições do indicador IRF-RPPS, sugerindo que baixos padrões de resiliência financeira podem ser encontrados nos municípios de Minas Gerais.

De toda forma, um aspecto a ser considerado reside no fato dos Estados das Regiões Sul e Sudeste estarem configurados, em sua grande maioria, na lista com os melhores municípios do IRF-RPPS, ao passo que os Estados das Regiões Norte e Nordeste surgiram em grande maioria na lista dos cem últimos municípios com RPPS observados a partir da análise do IRF-RPPS, demonstrando uma possível carência na gestão dos recursos que conferem sustentabilidade aos RPPS brasileiros, observados a partir das cidade detentoras de RPPS nas Regiões Norte e Nordeste.

Considerando que as propriedades de validação da análise de componentes principais foram observadas, quando da construção do IRF-RPPS, foi possível inferir que o modelo é significativo para representar a realidade, destacando-se que de todos os 1521 RPPS analisados, a cidade de Confresa, no Estado do Mato Grosso obteve o resultado 1; bem como evidenciou-se o resultado 0 para a cidade Solonópole, no Estado do Ceará. Além disso, foram constatados apenas 13 (treze) municípios com indicador acima de 0,5; o que evidencia alta situação de vulnerabilidade dos institutos de previdência municipal.

4.2 Estudo quantitativo a partir da análise das respostas do questionário

O questionário foi composto por 25 (vinte e cinco) questões, estando todas elencadas no Apêndice B. Na primeira etapa de análise foram excluídas as respostas das questões discursivas, bem como os comentários específicos realizados pelos respondentes. Assim, foram analisadas apenas as respostas às perguntas objetivas (múltipla escolha e dicotômicas) e da escala tipo Likert, por análise descritiva de viés quantitativo.

Ao todo, 98 (noventa e oito) respondentes manifestaram interesse em participar da pesquisa, dos quais 97,96% (96 participantes) aceitaram responder o questionário e 2 (dois) assinalaram não aceitar participar da pesquisa. A primeira parte do questionário contemplou as questões de número 1 até 10, sendo que elas objetivaram conhecer o RPPS e o gestor respondente.

Ainda considerando o total de participantes que aceitaram responder ao questionário, alguns ignoraram certas perguntas, tendo sido obtidas 86 respostas válidas nessa primeira etapa

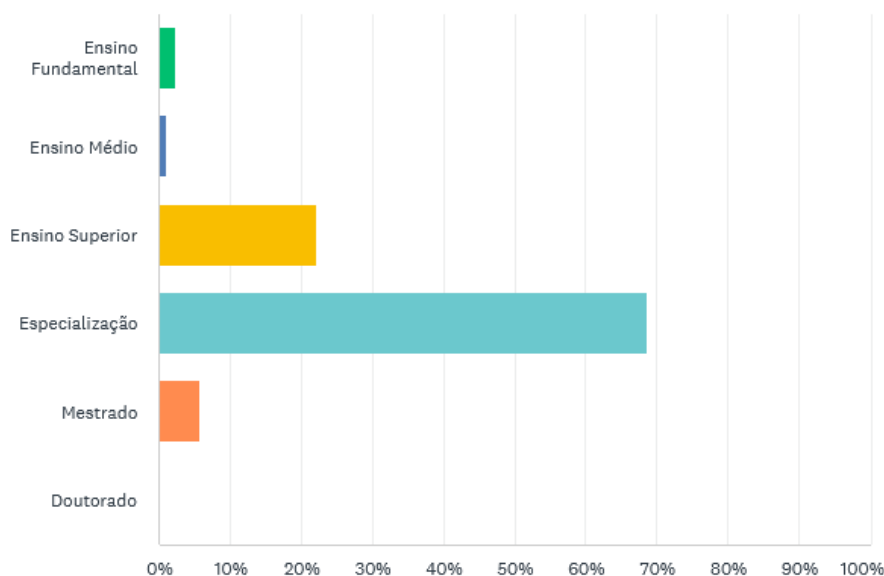
de análise, as quais foram apresentadas de forma descritiva, desprezando-se as casas decimais e utilizando-se o arredondamento superior quando acima de cinco décimos (0,5) e inferior quando abaixo.

No que tange ao tempo de experiência profissional, constatou-se que 86% dos respondentes possuem mais de dez anos de trabalho no setor público, o que demonstra que a maioria dos gestores dos RPPS municipais possui tempo considerável de serviço público. Evidenciou-se ainda que 77% são servidores ocupantes de cargo efetivo municipal, atualmente exercendo o cargo comissionado de gestor do RPPS. Quanto ao tempo de trabalho, especificamente no cargo de gestor, 66% dos respondentes afirmaram possuir mais de cinco anos e, 5% menos de um ano de experiência na gestão do RPPS.

Foi indagado também se o gestor já havia participado de alguma reunião em que se discutia a extinção do RPPS, 25% responderam que já participaram de reunião com a referida temática. Quanto à forma jurídica do RPPS, 90% dos respondentes afirmaram pertencer a autarquia municipal; 7% mencionaram que o regime previdenciário próprio é órgão subordinado à Prefeitura e, 3% mencionaram empresa pública municipal como forma jurídica.

Quanto ao grau de escolaridade dos gestores dos RPPS, constatou-se a concentração em cursos de especialização e mestrado, totalizando 74% dos respondentes, conforme representado no Gráfico 2.

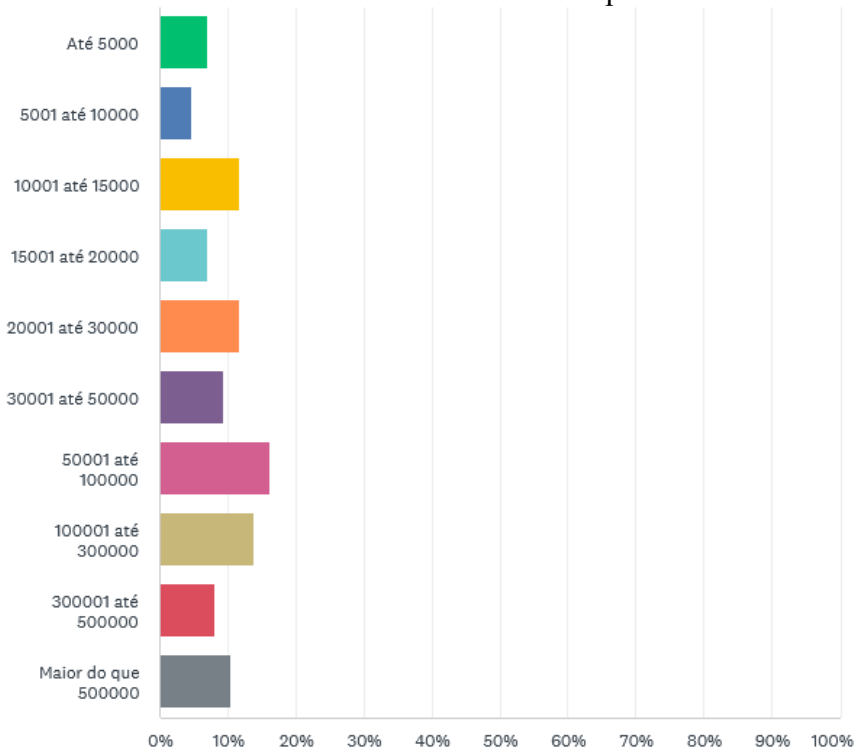
Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos gestores públicos dos RPPS



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Em relação ao porte do município, a amostra coletou respostas bem diversificadas, desde cidades com menos de 5000 habitantes, até municípios com população superior a quinhentos mil munícipes, o que pode ser observado no Gráfico 3.

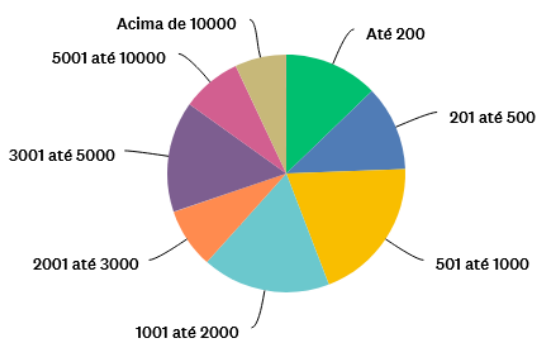
Gráfico 3 – Número de habitantes no município sede do RPPS



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Quanto à quantidade de beneficiários vinculados ao RPPS, as respostas foram diversificadas, contendo regimes próprios com menos de 200 beneficiários até acima de 100.000, o que pode ser observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Quantidade de beneficiários vinculados ao RPPS



Fonte: dados da pesquisa (2023)

A existência de segregação da massa no RPPS foi confirmada por apenas 22% dos respondentes. De acordo com a Portaria MTP nº. 1.467, de 02 de junho de 2022, os entes subnacionais poderão implementar a segregação da massa, dividindo os segurados no fundo de repartição e no fundo de capitalização, tendo por finalizada equacionar o déficit do regime. A segregação somente poderá ser implantada no prazo de 90 (noventa dias) a partir da publicação da lei instituidora. Há evidências, portanto, de que os RPPS brasileiros não estão utilizando da segregação da massa para fins de equacionamento do déficit financeiro e atuarial do regime próprio previdenciário.

Da primeira análise descritiva dos dados, verificou-se que há certa expertise dos gestores públicos dos RPPS, tendo em vista possuírem representativo nível de escolaridade, experiência profissional e considerável tempo de serviço vinculado à gestão, sendo em sua grande maioria servidores efetivos ocupantes do cargo comissionado de gestor. Além disso, foi possível verificar que a pesquisa abrangeu diversos respondentes, considerando que o número de habitantes das cidades e o número de beneficiários do RPPS contemplaram várias faixas populacionais.

Uma vez demonstrado o perfil dos respondentes, bem como as características básicas dos regimes próprios previdenciários, objeto desta investigação, efetuou-se uma segunda análise, que diz respeito aos construtos elaborados, na expectativa de que a Teoria da escolha pública possa explicar os padrões de resiliência financeira dos regimes próprios previdenciários.

Inicialmente, foi testada a premissa da Análise Fatorial de que os dados devem seguir uma distribuição Normal. Submetendo os dados aos testes de Shapiro-Wilk e de Kolmogorov-Smirnov, que possuem a hipótese nula da normalidade dos dados, observou-se que nenhum dos itens do questionário adere adequadamente à uma distribuição normal, pois todos eles apresentaram $p\text{-valor} < 0,001$, rejeitando-se, assim, à hipótese nula de normalidade ($p\text{-valor} < \text{significância}$). Contudo, ao utilizar estimação da análise fatorial por máxima verossimilhança, tal pressuposto foi relaxado.

O pressuposto de normalidade dos dados auxilia a análise, mas não é crítico quando a estimação decorre de mínimos quadrados. Auxilia evitando assimetria e presença de *outliers* que impactam a AFE (MALHOTRA, 2001). Além disso, quando o pressuposto de normalidade não é atendido, pode-se optar por outros métodos de estimação, como, por exemplo, o de Mínimos Quadrados Não Ponderados, já que este método é um dos mais indicados quando os dados não aderem bem à distribuição normal (WOLINS, 1995).

Contudo, por mais que esse método seja apontado por Bollen (1989) como menos sensível ao efeito da falta de normalidade dos dados, ele não apresenta os testes de significância estatística dos parâmetros estimados (Bollen, 1989), e impossibilita o cálculo de diversas medidas aplicadas neste trabalho. Sendo assim, optou-se por utilizar o Método de Estimação de Máxima Verossimilhança, que também considera a falta de normalidade dos dados, e obtém excelentes resultados (MAROCO, 2010).

Para verificar se a Análise Fatorial é adequada para o conjunto de dados, pode-se utilizar a medida de adequacidade da amostra de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). Os valores do índice KMO que indicam que a Análise Fatorial é apropriada varia de autor para autor. Para Hair, Anderson e Tatham (1987), são valores aceitáveis entre 0,5 e 1,0, portanto um valor abaixo de 0,5 indica que a Análise Fatorial é inaceitável. Os autores Kaiser e Rice (1977) indicam que, para a adequação de ajuste de um modelo de análise fatorial, o valor de KMO deve ser maior que 0,8. Além disso, deve-se verificar o Teste de Esfericidade de Bartlett.

Segundo Aaker, Kumar e Day (2001), esse teste serve para examinar a hipótese de que as variáveis não são correlacionadas na população, ou seja, a matriz de correlação da população é uma matriz identidade na qual cada variável se correlaciona perfeitamente com ela própria ($r=1$), mas não apresenta correlação com as outras variáveis ($r=0$), sendo utilizado para testar se a matriz de dados é fatorável, tendo este indício sempre que a hipótese nula do teste é rejeitada.

Para o construto Resiliência Financeira dos RPPS os testes resultaram em: Bartlett p-valor $< 0,001$, KMO = 0,51. A partir desses valores foi possível confirmar que a técnica de Análise Fatorial pode ser empregada aos dados, já que no Teste de Esfericidade de Bartlett, a hipótese nula foi rejeitada em nível de significância de 5% (p-valor $<$ significância) em todas as dimensões, indicando a fatorabilidade da matriz de dados, além disso, o KMO foi acima de 0,5, valor superior ao indicado por Hair, Anderson e Tatham (1987), razão pela qual foi considerado aceitável.

A qualidade dos itens pesquisados foi medida pelo Coeficiente Alfa de Cronbach. De forma ampla, os autores defendem que o valor mínimo aceitável para o alfa é 0,70. Contudo, para DeVellis (2017), pode-se considerar um valor mínimo de 0,60. A consistência interna dos itens da escala é considerada baixa para valores abaixo desse limite.

Por outro lado, o valor máximo esperado para o alfa é 0,90, uma vez que valores maiores podem significar presença de redundância ou duplicação, o que pode significar que vários itens estão medindo exatamente o mesmo elemento de um construto (Streiner, 2003). O Coeficiente

Alfa de Cronbach para a Resiliência Financeira dos RPPS foi de 0,59, bem próximo do valor de referência 0,60, não apresentando problema, pois na redução de variáveis com cargas fatoriais baixas o valor dessa medida aumenta, assim como do KMO.

O pressuposto de ausência de multicolinearidade entre os itens foi avaliado pelo VIF. Pelo fato de o número de itens das escalas ser alto, tornou-se difícil uma inspeção visual da matriz de correlações, portanto, ela não foi analisada. Segundo Field (2013), deve-se retirar da base de dados aqueles itens com VIF acima de 5 ou abaixo de 0,10.

Para as variáveis da escala, o menor VIF encontrado foi do item VAR2 (VIF = 1,390), e o maior foi encontrado no item VAR4 (VIF = 2,107). Como nenhum item apresentou VIF acima de cinco, não parece haver problema de multicolinearidade entre eles, logo, a priori, nenhum item do questionário precisou ser excluído da escala. As cargas fatoriais da AFE unifatorial estimadas por máxima verossimilhança, assim como a variância explicada por variável no fator único, encontram-se na Tabela 7.

Tabela 7 – AFE completa do construto Resiliência Financeira dos RPPS

Item	Carga Fatorial	Variância Explicada
VAR1	-0,11	1,2%
VAR2	0,16	2,7%
VAR3	0,68	46,2%
VAR4	0,84	70,3%
VAR5	0,38	14,7%
VAR6	0,30	8,9%
VAR7	0,41	16,5%
VAR8	0,14	1,9%
VAR9	-0,05	0,2%
VAR10	0,05	0,2%
VAR11	0,32	10,2%
VAR12	0,02	0,0%
VAR13	0,40	15,9%
VAR14	0,16	2,7%
VAR15	0,17	3,0%
VAR16	0,00	0,0%
VAR17	0,15	2,1%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Suprimindo as cargas fatoriais irrelevantes (abaixo de 0,3), tem-se que a escala reduzida para a elaboração do construto resiliência financeira dos RPPS manteve-se somente com as variáveis: VAR3, VAR4, VAR5, VAR6, VAR7, VAR11 e VAR13, o que pode ser verificado na Tabela 8.

Tabela 8 – AFE reduzida do construto Resiliência Financeira dos RPPS

Item	Carga Fatorial	Variância Explicada
VAR3	0,68	46,5%
VAR4	0,83	69,4%
VAR5	0,39	15,1%
VAR6	0,31	9,5%
VAR7	0,40	16,2%
VAR11	0,32	10,4%
VAR13	0,40	15,8%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Na AFE reduzida todos as cargas fatoriais foram significantes (acima de 0,3). Ademais, a variável com maior variância explicada no fator único foi a VAR4, e a menos explicada foi a VAR6. A correlação dos escores fatoriais estimados com o fator único foi alta (0,89), indicando um bom ajuste da Análise Fatorial. Além disso, o Coeficiente de Explicação do fator foi de 80% e a variância total explicada pelo fator único foi de 26%. Reestimando o Coeficiente Alfa de Cronbach, obteve-se um valor de 0,69, e reestimado o KMO o valor passou a ser de 0,66, conforme esperado.

O construto Teoria da Escolha Pública, assim como o construto Resiliência Financeira dos regimes próprios previdenciários, apresentou para os testes de Shapiro-Wilk e de Kolmogorov-Smirnov rejeição à hipótese nula de normalidade dos dados. Contudo, como apontado, a estimação da Análise Fatorial por máxima verossimilhança relaxa os pressupostos da técnica.

Os testes KMO e de Bartlett resultaram em: Bartlett p-valor $< 0,001$, KMO = 0,49. O Coeficiente Alfa de Cronbach para escala foi de 0,67, valor acima do valor de referência 0,60. O KMO foi menor que a referência, mas não é relevante, pois na redução de variáveis com cargas fatoriais baixas o valor dessa medida aumenta. Para as variáveis do construto Teoria da Escolha Pública, o menor VIF encontrado foi do item VAR18 (VIF = 1,498), e o maior foi encontrado no item VAR34 (VIF = 2,994).

Como nenhum item apresentou VIF superior a cinco, não parece haver problema de multicolinearidade entre eles, portanto, a priori, nenhum item do questionário precisou ser excluído da escala. As cargas fatoriais da AFE uni fatorial estimada por máxima verossimilhança, assim como a variância explicada por variável no fator único, encontram-se na tabela 9.

Tabela 9 – AFE completa do construto Teoria da Escolha Pública

Item	Carga Fatorial	Variância Explicada
VAR18	0,31	9,8%
VAR19	0,02	0,0%
VAR20	0,15	2,1%
VAR21	0,61	36,7%
VAR22	0,19	3,8%
VAR23	-0,08	0,7%
VAR24	-0,25	6,4%
VAR25	0,40	15,8%
VAR26	0,13	1,7%
VAR27	0,46	21,5%
VAR28	0,44	19,0%
VAR29	0,50	25,5%
VAR30	-0,02	0,0%
VAR31	0,24	5,7%
VAR32	0,37	13,8%
VAR33	0,26	6,7%
VAR34	0,41	16,4%
VAR35	0,57	32,7%
VAR36	0,35	12,2%
VAR37	0,00	0,0%
VAR38	0,39	15,1%
VAR39	0,14	1,9%
VAR40	0,28	7,6%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Suprimindo as cargas fatoriais irrelevantes (abaixo de 0,3), tem-se que a escala reduzida manteve somente as variáveis: VAR18, VAR21, VAR25, VAR27, VAR29, VAR32, VAR34, VAR35, VAR36 e VAR38. Contudo, a AFE com essas variáveis ainda retornou cargas irrelevantes, que foram retiradas em seguida: VAR18, VAR29, VAR36 e VAR38, conforme tabela 10.

Tabela 10 – AFE reduzida do construto Teoria da Escolha Pública

Item	Carga Fatorial	Variância Explicada
VAR21	0,38	14,0%
VAR25	0,35	12,0%
VAR27	0,72	52,0%
VAR32	0,52	27,0%
VAR34	0,64	41,0%
VAR35	0,57	32,0%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

A correlação dos escores fatoriais estimados com o fator único foi alta (0,86), indicando um bom ajuste da Análise Fatorial, além disso, o Coeficiente de Explicação do fator foi de 75%. A variância total explicada foi de 26%. Reestimando o Coeficiente Alfa de Cronbach, obteve-se um valor de 0,69, e reestimando o KMO o valor passou a ser de 0,72. Com a Análise Fatorial executada foi possível estimar os fatores únicos integrantes do modelo de regressão objetivo, sendo o primeiro denominado Resiliência Financeira dos RPPS e o segundo fator como Teoria da Escolha Pública, indicando uma correlação positiva e moderada entre os dois fatores, conforme elencado na Tabela 11.

Tabela 11 – Resumo dos fatores construídos

Fator	Mediana	Desvio Padrão	Correlações	
			Resiliência Financeira dos RPPS	Teoria da Escolha Pública
Resiliência Financeira dos RPPS	0,25	0,89	--	0,35*
Teoria da Escolha Pública	0,12	0,86	0,35*	--

Fonte: dados da pesquisa (2023). Nota: * Correlações significativas ao nível de 1%.

Para a elaboração do modelo de regressão considerou-se o pressuposto de que a Teoria da Escolha Pública pode explicar os padrões de resiliência financeira dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros. Assim, pretendeu-se avaliar o efeito da Teoria da escolha pública na resiliência financeira dos RPPS, estimando o seguinte modelo:

$$\text{Resiliência Financeira dos RPPS} = \beta_0 + \beta_1 \times \text{Teoria da Escolha Pública} + \varepsilon$$

Em que:

β_0 = intercepto

β_1 = efeito da Teoria da Escolha Pública na Resiliência Financeira dos RPPS

ε = termo de erro aleatório

O modelo, estimado por Mínimos Quadrados Ordinários, foi estabelecido conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Modelo de Regressão

Parâmetro	Coeficiente	Erro padrão	T	P-valor	IC 95% Beta	
					Lim. Inferior	Lim. Superior
Intercepto	0,001	0,104	0,001	0,999	-0,208	0,208
Bloco Amarelo	0,359	0,121	2,968	0,004*	0,117	0,601

Fonte: dados da pesquisa (2023). Nota: * Significativo ao nível de 1%.

Desse modo, o modelo final pôde e ser descrito da seguinte forma:

$$\text{Resiliência Financeira dos RPPS} = 0,001 + 0,359 \times \text{Teoria da Escolha Pública} + \varepsilon$$

Ou seja, houve indícios estatísticos de um efeito de 35,9% da Teoria da Escolha Pública na Resiliência Financeira dos RPPS. Portanto, os indivíduos que concordaram com os itens da TEP, tenderam a concordar com 35,9% dos itens da Resiliência Financeira. Em termos intervalares, esse efeito pode variar entre 11,7% e 60,1% com 95% de confiança. Por fim, o modelo mostrou-se significativo a partir do teste F (p-valor = 0,004), e cumpriu as premissas de normalidade dos resíduos ao nível de significância de 5% (teste de Shapiro-Wilk p-valor = 0,097) e de homoscedasticidade (teste de Breusch-Pagan p-valor = 0,165).

Assim, há indícios significativos de que os pressupostos da TEP, a partir do processo de tomada de decisão dos gestores públicos, podem explicar os padrões de resiliência financeira dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros, o que justifica a necessidade de uma análise qualitativa, mediante análise de conteúdo, a partir das respostas nas perguntas tipo Likert, dos comentários dos respondentes, bem como das respostas às questões discursivas.

4.3 Análise de conteúdo das respostas e comentários dos gestores dos RPPS

O IRF-RPPS demonstrou que mais da metade dos RPPS brasileiros (58%) apresentam baixo padrão de resiliência financeira. O modelo de regressão, obtido a partir da análise fatorial exploratória, comprovou que há indícios estatísticos de um efeito aproximado de 36% da Teoria da Escolha Pública nos padrões de resiliência dos regimes próprios previdenciários, confirmando assim que os pressupostos da TEP explicam os padrões de resiliência dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros.

Desse modo, recorreu-se à análise de conteúdo das respostas e comentários dos gestores dos regimes próprios previdenciários, tendo por objetivo compreender como os gestores públicos dos RPPS agem e decidem, especificamente sob a perspectiva da coexistência entre interesses privados e coletivos e seus reflexos na resiliência financeira dos regimes próprios. Para conhecer as concepções dos gestores públicos quando do processo de tomada de decisão buscou-se explorar os dados obtidos, para a criação de unidades de registro e de contexto e eixos temáticos, considerando as respostas objetivas obtidas no questionário tipo Likert, aliado

Do total de respondentes, 70% afirmaram que consultam o(a) Prefeito(a) quando do processo de tomada de decisão, sendo que tal constatação também foi percebida nos comentários inseridos por eles na questão, dentre os quais destacam-se: “As duas últimas perguntas concordo totalmente porque hoje não podemos caminhar sem a ajuda do prefeito” e “A opinião da Prefeita é considerada sempre oportuna e merecedora de apreciação e avaliação”.

Outro ponto que mereceu observação foi o fato de 25% dos respondentes que inseriram comentários na questão terem afirmado que o RPPS detém autonomia administrativa, orçamentária e financeira. Ainda que os RPPS funcionem com independência conforme mencionado, a percepção dos gestores dos RPPS quando da tomada de decisão está vinculada pela não neutralidade, uma vez que os gestores acabam considerando as decisões dos órgãos colegiados (100%), as manifestações do sindicato (49%), compreendendo ainda que a opinião do(a) Prefeito(a) tem influência na decisão do gestor (57%).

Outra constatação digna de apontamento diz respeito ao número de 31% dos respondentes que afirmaram que a manifestação do sindicato é indiferente para a tomada de decisão junto ao RPPS, sendo que um dos respondentes afirmou que “Não há sindicatos de servidores”. Ora, se o gestor público ao tomar decisão não se pauta pela vontade coletiva dos interessados – servidores públicos, é possível inferir que outros interesses e influências direcionem o processo de tomada de decisão, seja dos órgãos colegiados ou do(a) Prefeito(a).

Foi observado que o gestor do RPPS sofre influência de pelo menos três atores, quando do processo de decisão, quais sejam: os órgãos colegiados do regime próprio, o sindicato dos servidores e o(a) Prefeito(a) Municipal. Tal situação evidencia fatores de vulnerabilidade no contexto da resiliência financeira, principalmente no que se refere às influências políticas.

O elemento político está inserido nos regimes próprios, uma vez que 70% dos respondentes afirmaram que consultam o Executivo para tomada de decisão, sendo este um fator de vulnerabilidade, pois esperava-se que o RPPS tivesse efetiva autonomia para o desempenho das atividades, o que não é observado com esta constatação. A referida evidência também foi colhida junto a um respondente, pelo seguinte comentário: “A gestão do RPPS só funciona quando não há interferência política”.

A pergunta 13 contou com a participação efetiva de 73 respondentes, já que 25 gestores optaram por não responder à questão. Além disso, foram extraídos todos os 15 comentários inerentes aos temas propostos. Assim, foi possível categorizar os enunciados conforme objetivo do questionamento, agrupando as respostas discordo totalmente e discordo parcialmente em

uma categoria negativa (não) e as respostas concordo parcialmente e concordo totalmente em uma categoria positiva (sim), resultando nos dados expressos na Tabela 14.

Tabela 14- Percepção dos fatores de vulnerabilidade em momentos de crise				
	SITUAÇÕES	SIM	NÃO	Indiferente
Nos momentos de choques financeiros [...]	... ocorre a diminuição da arrecadação no fundo de previdência.	36%	43%	21%
	... o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS resta prejudicado, tal como ocorrido na pandemia	56%	33%	11%
	... o Município tem dificuldade de realizar o repasse da cota patronal, tal como ocorrido na pandemia	41%	52%	7%
	... os RPPS não estão preparados para lidar com os possíveis efeitos causados por crises financeiras	71%	24%	5%
Fonte: dados da pesquisa (2023)				

Para aproximadamente metade dos respondentes, a Prefeitura não teria dificuldade para realizar o repasse da cota patronal em momentos de crise como o vivenciado na pandemia, sendo tal evidência confirmada pelos seguintes comentários: “O Município repassa as contribuições patronal e suplementar, religiosamente, estando em crise financeira ou não”, e ainda “A nossa Prefeitura, desde 2009, mesmo em tempo de crise financeira tem honrado todos os compromissos com o seu Regime Próprio de Previdência”.

A maioria dos gestores dos RPPS tem a percepção de que os regimes próprios previdenciários não estão preparados para lidar com possíveis efeitos decorrentes das crises financeiras (71%), o que foi constatado mediante os seguintes comentários: “Apesar de instituídos em 1988, a maior parte dos regimes ainda estão caminhando de forma lenta”. O equilíbrio financeiro e atuarial restou prejudicado com a chegada de uma crise, tal como a pandemia, para 56% dos gestores públicos, tendo sido observado por um respondente que a “crise financeira afeta diretamente o patrimônio devido aos baixos rendimentos de algumas carteiras”.

Indagou-se aos respondentes, na questão 14, com respostas discursivas, quais ações do gestor de um RRPS seriam essenciais para o enfrentamento de crises financeiras, tal como a ocorrida em decorrência da pandemia do coronavírus, sendo as ações categorizadas a partir de todas as 57 respostas obtidas, uma vez que nem todos os gestores optaram por responder à questão 14. Os resultados encontram-se no Gráfico 5.

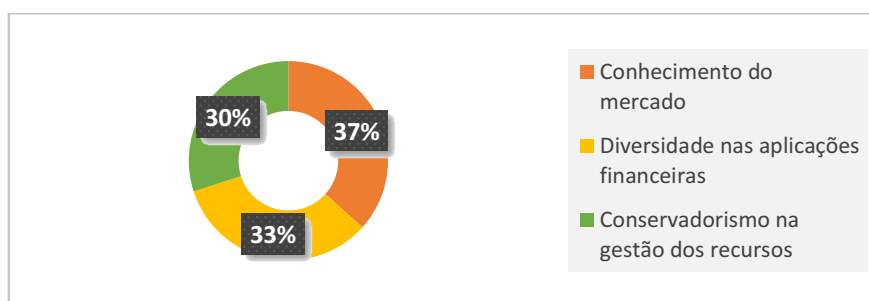
Gráfico 5 – Ações essenciais para antecipação, absorção e reação às crises



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Para 53% dos respondentes, as ações efetivas na área econômica são responsáveis pelo enfrentamento de crises financeiras, dentre elas destacam-se: (a) boa percepção do cenário econômico; (b) a diversificação das aplicações financeiras; (c) o perfil conservador na gestão dos recursos, conforme Gráfico 6.

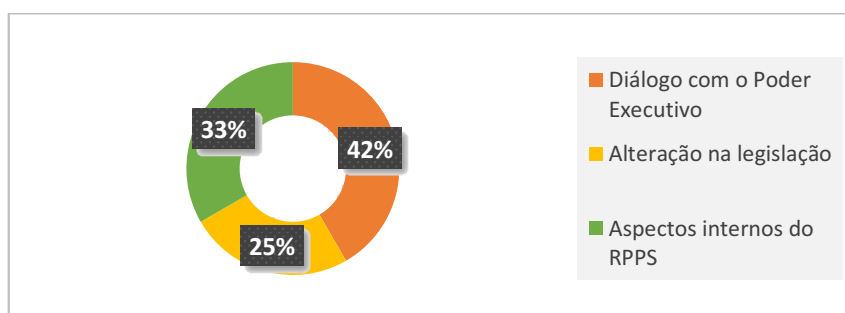
Gráfico 6 – Ações na área econômica para o enfrentamento de crises



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Os respondentes que consideraram as ações de ordem política, jurídica e sociais essenciais para o enfrentamento de crises financeiras (47%), destacaram os seguintes aspectos a serem observados: (a) necessidade de diálogo com o Poder Executivo; (b) alteração na legislação previdenciária; (c) aspectos internos do RPPS, conforme Gráfico 7.

Gráfico 7 – Ações nas áreas política, jurídica e social para o enfrentamento de crises



Fonte: dados da pesquisa (2023)

As evidências encontradas na questão objeto de análise indicam que o gestor acredita que o conhecimento do mercado, a diversidade das aplicações dos recursos financeiros e o perfil conservador na gestão dos recursos constituem ações essenciais a serem executadas pelo gestor público do regime próprio previdenciário, tendo por objetivo o alcance de um bom padrão de resiliência financeira dos RPPS, sendo tais evidências passíveis de serem observadas em respostas como:

Não existe ação que se tome diante de algo complexo que desestabilizou a economia do mundo todo, porém tem como se proteger sempre, prevendo e avaliando os investimentos e acompanhando os cenários macro e microeconômico. [...] Não arriscar nunca, manter os investimentos aplicados sem resgates, para evitar maiores prejuízos. [...] Realizar aplicações diversificadas e estar sempre atento ao mercado. [...] Diversificação da carteira, dentro de um perfil mais conservador, para evitar perdas financeiras em aplicações. [...] Manter a política de investimento em modo conservador. (RESPONDENTES Nº 06, 29, 37 e 57, INFORMAÇÃO VERBAL, 2023).

Além das condutas efetivas na área econômica, a percepção dos gestores quanto às ações na área política, jurídica e social está fundamentada na necessidade de diálogo constante com o Poder Executivo em busca de soluções como atualização da legislação previdenciária, como verificou-se na resposta: “Buscar junto ao Poder Público soluções para a melhor gestão do RPPS, tais como atualização da Legislação Previdenciária, aplicação de forma eficiente dos recursos do RPPS etc.”.

São necessários ainda procedimentos internos e externos quanto à alteração da legislação e ações específicas relativas aos aspectos internos do RPPS, conforme observado por um respondente:

Boa gestão financeira e atuarial. Interlocução proativa com a Chefia do Poder Executivo e Secretários Municipais. Observância dos critérios legais para se otimizar a arrecadação e a gestão do RPPS. Revisão de leis, realização de auditorias e gestão total, com envolvimento das equipes, bem como melhoria do capital intelectual, por meio de cursos e concursos para cargos de analistas das profissões técnicas adequadas à gestão, como economistas, administradores, atuários, tecnologia da informação, contadores, especialistas em benefícios, dentre outros. (RESPONDENTE Nº 32, INFORMAÇÃO VERBAL, 2023).

A pergunta 15 contou com a participação efetiva de 72 respondentes, uma vez que 26 gestores optaram por não responder à questão. Além disso, foram extraídos todos os 11 comentários inerentes aos temas tratados. Assim, foi possível categorizar os enunciados conforme o objetivo do questionamento, agrupando as respostas discordo totalmente e discordo parcialmente em uma categoria negativa (não) e as respostas concordo parcialmente e concordo totalmente em uma categoria positiva (sim), que originaram a Tabela 15.

Tabela 15 - Percepção quanto às ferramentas disponíveis para utilização nas crises

	CONCEPÇÕES	SIM	NÃO	Indiferente
Percepções dos gestores quanto às ferramentas e possibilidades para utilização em momentos de crise financeira.	Disponho de ferramentas, instrumentos, técnicas e habilidades que me permitem identificar e gerenciar as vulnerabilidades	85%	14%	1%
	Trabalho com sistemas de controle e planejamento bem desenvolvidos, o que me permite manter os riscos potenciais sob controle	79%	21%	0%
	Em meu RPPS não há planejamento quanto ao recebimento de choque, o que faz aumentar a dependência do Poder Executivo.	24%	63%	13%
	Tenho absoluta convicção que a Prefeitura Municipal compensará qualquer necessidade financeira do RPPS	63%	32%	5%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Os gestores públicos, normalmente, acreditam que detêm capacidade antecipatória e capacidade de enfrentamento aos choques, uma vez que 85% dos respondentes afirmaram que possuem ferramentas, instrumentos, técnicas e habilidades para identificar e gerenciar as vulnerabilidades dos regimes próprios previdenciários e 79% afirmaram que trabalham com sistemas de controle e planejamento bem desenvolvidos, que permitem manter os riscos potenciais sob controle.

A percepção do gestor indica que ele está preparado para antecipar e enfrentar crises. Contudo, para 71% dos respondentes, o RPPS não está preparado para gerenciar os efeitos decorrentes de uma crise financeira, conforme já demonstrado no Quadro 15. Além disso, para 63% dos respondentes, no RPPS não há planejamento para a gestão do choque, aumentando assim a dependência do Poder Executivo. Há entendimento de que a Prefeitura compensará qualquer deficiência financeira nos RPPS, o que se mostrou em concordância para 63% dos gestores públicos, podendo ser corroborado pelos seguintes comentários:

Mesmo conhecendo os gargalos e os acompanhando somos insuficientes para solucionar os déficits pois dependemos da boa vontade da Câmara e Governo que trabalham politicamente para se elegerem e não querem causar mal-estar com os servidores. [...] Eu mantenho uma boa relação com o prefeito e isso nos dá uma certa segurança quanto a questão dos repasses para a instituição, isto é, estamos sempre em dia com os repasses tanto laboral quanto patronal. [...] Conforme lei, o ente é responsável em caso de insuficiência financeira. (RESPONDENTES N° 33, 49 e 82, INFORMAÇÃO VERBAL, 2023).

A certeza de que o ente municipal cobrirá o déficit em caso de insuficiência financeira, aliada à percepção de que o gestor público detém de instrumentos, técnicas, habilidades, planejamento e sistema de controle que permitem gerenciar melhor as vulnerabilidades, ainda que os RPPS não estejam preparados para lidar com crises financeiras ao longo do tempo e que não disponham de planejamento quanto ao recebimento do choque, são ferramentas à disposição dos gestores dos regimes próprios para antecipar e enfrentar crises.

A questão 16, que contou com todas as 59 respostas válidas, uma vez que nem todos gestores optaram por responder à questão, buscou captar quais decisões gerenciais o gestor considera fundamentais para que o RPPS não seja prejudicado com os efeitos de uma crise financeira, fazendo com que o regime próprio consiga produzir bons indicadores econômicos e financeiros similares aos verificados no período anterior a uma crise financeira, medindo assim as ações necessárias para alcançar a resiliência financeira do RPPS, conforme Gráfico 8.

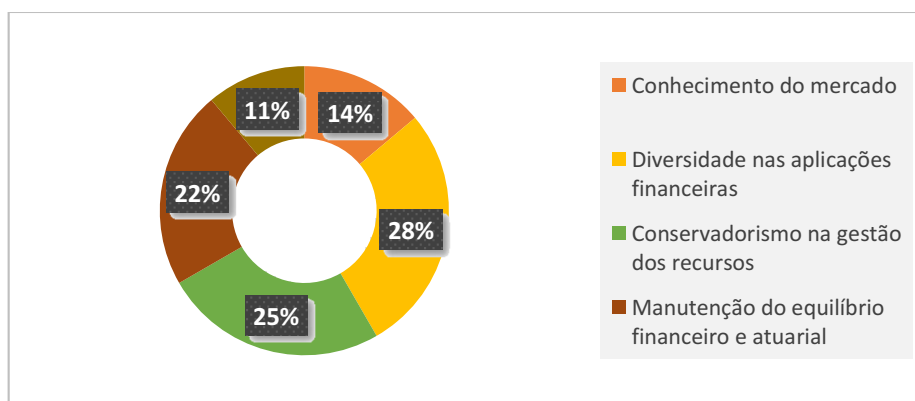
Gráfico 8 – Ações necessárias para que o RPPS alcance a resiliência financeira



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Especificamente em relação às ações na área econômica, as respostas foram categorizadas em cinco grandes grupos, conforme Gráfico 9.

Gráfico 9 – Ações na área econômica para o alcance da resiliência financeira



Fonte: dados da pesquisa (2023)

O conhecimento do mercado, a diversidade das aplicações financeiras e o conservadorismo na gestão dos recursos são citados pela maioria dos respondentes (67%) como ações de ordem econômica para que o RPPS consiga reproduzir bons indicadores econômicos e financeiros similares aos verificados no período anterior a uma crise financeira, ou seja, para que o regime próprio tenha um padrão adequado de resiliência financeira.

Em relação às ações no campo político, jurídico e/ou social temas como capacitação dos agentes públicos vinculados ao RPPS e ações junto ao Poder Executivo foram citados, conforme se depreende das respostas transcritas no Quadro 15.

Quadro 15 – Ações no campo político, jurídico e/ou social para o alcance da resiliência

Capacitação dos agentes públicos	Ações do Poder Executivo
“Capacitando os membros do comitê de investimento, para saber melhor onde investir e quando investir”	“Não vejo como o fundo não ser prejudicado. O que é possível fazer é agir com cautela e controle em todos os aspectos gerenciais do regime”
“A preparação técnica e a educação continuada para criar expertise dos dirigentes, dos membros do comitê de investimento e dos conselheiros”	“Alteração na legislação vigente. Cumprimento integral das metas atuariais. Repasses em dia. Não aceitação de interferência política partidária”
“Possuir conhecimento no processo de gestão financeira/Educação Financeira”	“Prefeitos Municipais devem se inteirarem mais sobre os RPPS”
“Preparo da equipe”	“Novos segurados ou aporte da prefeitura”
“Maior especialização de gestores e conselheiros”	“Ter o repasse das contribuições em dia”

Fonte: dados da pesquisa (2023)

É possível inferir que a concepção dos gestores quanto à necessidade de capacitação, educação, preparação da equipe e especialização seja elemento central para que o RPPS consiga reproduzir bons indicadores econômicos e financeiros similares aos verificados no período anterior a uma crise financeira. Isso demonstra a quão necessária é a formação continuada dos agentes públicos que trabalham diretamente com os recursos financeiros da coletividade dos servidores.

As questões 17 a 19 teve por objetivo compreender o perfil do gestor e do RPPS quanto aos aspectos relativos aos investimentos, estando alinhadas ao objetivo específico de identificar o comportamento dos gestores públicos dos RPPS quanto às atividades de investimento dos recursos dos fundos de pensão.

A pergunta 17 contou com a participação efetiva de 72 respondentes, visto que 26 gestores optaram por não responder à questão. Além disso, foram extraídos todos os 16 comentários inerentes aos temas propostos. Assim, foi possível categorizar os enunciados conforme objetivo do questionamento, agrupando as respostas discordo totalmente e discordo

parcialmente em uma categoria negativa (não) e as respostas concordo parcialmente e concordo totalmente em uma categoria positiva (sim), cujos resultados expõe-se no Tabela 16.

Tabela 16 – Decisões dos gestores quanto às aplicações financeiras do RPPS

	CONCEPÇÕES	SIM NÃO Indiferente		
Ações dos gestores públicos quanto às aplicações financeiras	Acredito que a Prefeitura acompanha e tem conhecimento dos investimentos do RPPS.	58%	35%	7%
	Prefiro realizar investimento do RPPS no Brasil, pois entendo haver mais riscos quando investido no exterior.	56%	37%	7%
	Eu decido qual instituição financeira os recursos serão investidos, bem como a forma de investimento.	46%	52%	2%
	Tenho registrado em meio digital todos os documentos que fundamentam a tomada de decisão quanto aos investimentos	98%	1%	1%
	Tenho vontade de realizar <i>day trade</i> com os recursos do RPPS, pois acredito que tal operação pode gerar mais rentabilidade.	10%	80%	10%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, estabelece a obrigatoriedade de o RPPS manter registro, por meio digital, de todos os documentos que suportem a tomada de decisão na aplicação dos recursos, sendo que tal dever imposto ao regime próprio foi constatado quando da coleta de dados, uma vez que 98% dos respondentes afirmaram ter os referidos documentos registrados.

O perfil conservador também foi mencionado concernente às decisões quanto à aplicação de recursos do RPPS, dado que 56% dos respondentes afirmaram a preferência para investimento no Brasil, bem como 80% dos respondentes afirmaram ausência de vontade para a realização de *day trade* com os recursos. Cabe ressaltar que a prática de operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia é vedada aos RPPS, por imposição do artigo 28 da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963, de 25 de novembro de 2021.

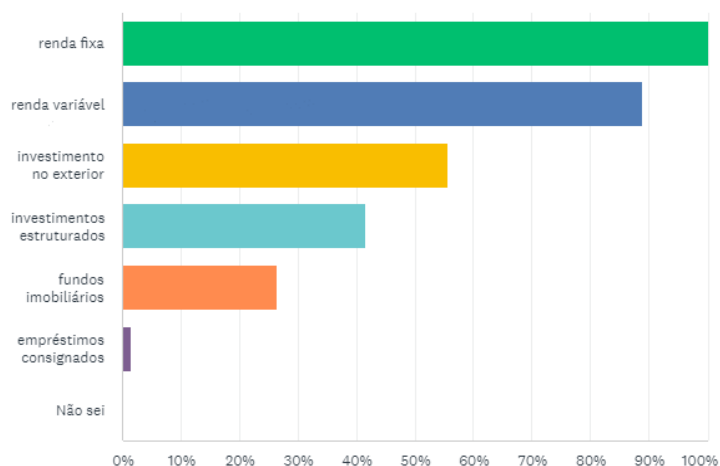
Os comentários obtidos com a questão 17 evidenciaram que o gestor público do RPPS não detém poder decisório quanto aos aspectos inerentes aos investimentos dos recursos financeiros do RPPS, tendo sido manifestado pelos respondentes, de forma geral, que eles não decidem no âmbito de investimento, sendo que tal competência recai sobre Comitê de Investimento com aprovação do Conselho Deliberativo. Os gestores também evidenciaram

contar com apoio de assessoria e consultoria na área econômica para fins de orientação quanto aos investimentos.

Ainda que as respostas contidas nos comentários tenham apontado neutralidade do gestor quanto aos aspectos de investimento, a referida conduta não foi confirmada quando da análise objetiva, pois para 46% dos respondentes, é o próprio gestor que decide em qual instituição financeira os recursos serão aplicados, bem como o segmento de aplicação.

A pergunta 18 versou sobre os segmentos de aplicação financeira que são utilizados pelo RPPS, tendo a participação efetiva de 72 respondentes, os quais assinalaram uma ou mais opções quanto aos segmentos escolhidos pelo RPPS para aplicar os recursos financeiros, uma vez que 26 gestores optaram por não responder à questão. Foi permitido assinalar mais de uma resposta, à medida que o regime próprio fizesse uso de dois ou mais segmentos de aplicações financeiras, sendo o resultado apresentado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Aplicações financeiras do RPPS por segmento



Fonte: Dados da pesquisa

Todos os respondentes afirmaram realizar investimentos em renda fixa, sendo que grande parcela dos respondentes (89%) confirmaram a realização de investimentos em renda variável. A opção por segmentos de renda fixa e variável corrobora os achados inerentes ao perfil conservador do gestor público.

Apenas um respondente (1%) afirmou utilizar o segmento de empréstimos consignados para aplicação dos recursos financeiros do RPPS. A modalidade de empréstimos consignados como segmento de investimento foi criada mediante entrada em vigor da Emenda Constituição nº 103/2019, a qual estabeleceu que os recursos de RPPS podem ser aplicados na concessão de

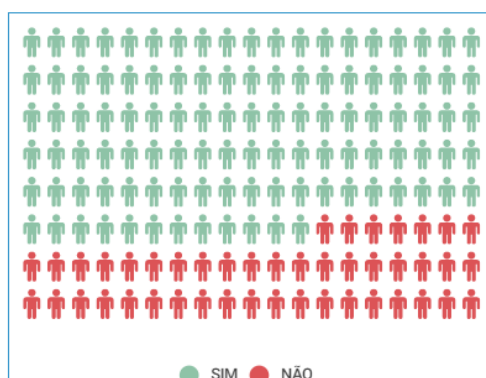
empréstimos a seus segurados, na modalidade de consignados, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (BRASIL, 2019).

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4963, de 25 de novembro de 2021, ao dispor sobre as aplicações dos regimes próprios de previdência, regulamentou o segmento empréstimo consignado, estabelecendo como limite máximo permitido de 10% dos recursos do RPPS, para aplicação no referido segmento de investimento. Para a realização de empréstimos consignados aos aposentados e pensionistas, somente é possível a concessão, de acordo com a citada resolução, para aqueles RPPS que tiverem capacidade de pagamento classificado como A, quando da direficação do ISP-RPPS pelo Tesouro Nacional.

Trata-se de uma constatação, o fato de apenas um respondente ter afirmado que aplica recursos financeiros no segmento de empréstimos consignados. Desse modo, é possível inferir que a baixa expressividade possa estar associada à necessidade de formação e capacitação dos gestores públicos em relação ao tema, ou ao fato de ser um instituto relativamente novo, tendo entrado em vigor em 2019.

A pergunta 19 contou com a participação efetiva de 57 respondentes, sendo que 41 ignoraram responder à questão. O questionamento consistiu em captar se a ação do gestor, ao realizar investimento com os recursos do RPPS, se iguala à conduta quando inserido no mercado privado realizando investimentos com recursos próprios, conforme a seguinte indagação: “Se todos os recursos financeiros do RPPS fossem seus, você aplicaria da mesma forma como vem fazendo no fundo previdenciário?”. O Gráfico 11 indica as respostas.

Gráfico 11 – Pergunta 19



Fonte: dados da pesquisa (2023)

Para 70% dos respondentes, a forma de aplicar os recursos pessoais seria análoga à maneira atual de aplicação dos recursos pertencentes aos servidores do RPPS do qual ele é

gestor, demonstrando assim que o comportamento do gestor no mercado público seria idêntico caso estivesse inserido no mercado privado. É possível inferir que, para a maioria dos gestores públicos, a decisão quanto aos segmentos de aplicações financeiras seria exatamente a mesma, seja no setor público seja no ambiente da vida privada.

Os gestores que responderam adotar estratégias de aplicações financeiras diferentes (30%) justificaram a escolha embasados, principalmente, na possibilidade de incorrer em maiores riscos, os quais estariam impedidos de fazer quando estão no cenário público. E isso corrobora com os achados no tocante às ações essenciais na área econômica para o enfrentamento de crises financeiras, bem como as decisões fundamentais que devem ser tomadas para retornar os resultados do RPPS após período de crise, uma vez que os respondentes afirmaram o perfil conservador nos investimentos como elemento justificante.

O Quadro 16 registra algumas justificativas apresentadas pelos respondentes, quando indagados sobre realizar aplicações financeiras na vida privada da mesma forma como fazem no RPPS.

Quadro 16 – Justificativas apresentadas quanto ao agir de forma idêntica no mercado político e no mercado privado

SIM (70%)	NÃO (30%)
“Sim. Pois tenho que ter segurança financeira independente se é órgão público ou privado”.	“Não, porque eu posso absorver riscos que o RPPS não pode”.
“Sim. Porque demonstra uma diversificação em várias carteiras e instituições financeiras diferentes”.	“Não, se fosse meu faria aplicação em outros vertentes do mercado, pois me permitiria correr maior risco para ganhar mais”.
“Sim, aplicaria. Pois também tenho um perfil conservador”.	“Não. Em sendo meus, eu aplicaria os recursos em segmento de maior risco”.
“Sim, porque acredito que estamos tomando as melhores decisões devido a atual situação do mercado financeiro”.	“Não. Se os recursos fossem meus, eu diversificaria um pouco mais minha carteira de investimentos. Opção esta que ainda causa receio no comitê de investimentos dos RPPS”.
“Sim, porque o histórico dos resultados de nossas aplicações tem mostrado assertividade. Acredito que estamos no caminho certo, ponderando risco x retorno”.	“Não. Pois sendo de minha responsabilidade, seriam geridos com uma estratégia menos conservadora, uma vez que a legislação permitiria isso e eventuais perdas impactariam apenas em minha vida financeira e não dos demais servidores”.

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Foi possível verificar que grande parte dos respondentes possui perfil conservador, agindo de igual forma na vida privada como no mercado político, pois as decisões de investimento tomadas no âmbito dos RPPS se equiparam às decisões em âmbito da vida privada dos gestores. Ao responder que aplicariam os recursos financeiros da vida privada da mesma forma como fazem no RPPS, fica evidenciado que o agir do gestor é o mesmo, independentemente do ambiente no qual esteja inserido.

Assim, os achados evidenciaram alinhamento com os pressupostos da Teoria da Escolha Pública, uma vez que: a) o comportamento do *homo politicus* e do *homo economicus* são iguais, visto que pessoas são pessoas independente do ambiente em que estejam inseridas (TULLOCK; SELDON; BRADY, 2002); (b) não há como diferenciar o homem político e o homem econômico, uma vez que as motivações de ambos são as mesmas (TONETO JR., 1996); (c) há boas razões para acreditar que a motivação dos agentes no mercado privado e no mercado político sejam semelhantes (GWARTNEY; WAGNER, 1988); (d) observa-se a existência de individualismo metodológico, tendo em vista que apenas os indivíduos são capazes de fazer escolhas, sendo que grupo de pessoas não realizam escolhas (BUCHANAN, 1998).

A questão 20 buscou avaliar as pretensões políticas dos gestores dos RPPS e seus reflexos no processo de tomada de decisão. Ela contou com a participação efetiva de 71 respondentes, em razão de 27 gestores optarem por não responder à questão. Além disso, foram extraídos 8 comentários inerentes aos temas tratados. Assim, foi possível categorizar os enunciados conforme objetivo do questionamento, agrupando as respostas discordo totalmente e discordo parcialmente em uma categoria negativa (não) e as respostas concordo parcialmente e concordo totalmente em uma categoria positiva (sim), conforme Tabela 17.

Tabela 17 – Pretensões políticas dos gestores dos RPPS			
CONCEPÇÕES	SIM	NÃO	Indiferente
Não veria problema em ocupar cargo comissionado no Poder Executivo, inclusive permanecendo na gestão do RPPS em 2024 ou 2025.	47%	38%	15%
Tenho pretensão de disputar o cargo de vereador em 2024.	4%	93%	3%
Tenho pretensão de disputar o cargo de prefeito(a) em 2024.	4%	93%	3%
Não tenho pretensão política em 2024, mas pretendo apoiar o(a) atual prefeito(a) na reeleição ou ainda apoiar o(a) candidato(a) indicado(a) pelo(a) Prefeito(a).	40%	33%	27%
Acredito que o gestor do RPPS pode ter mais dificuldade em decidir caso tenha intenção de lançar-se candidato.	63%	22%	15%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Foi observado que a maioria dos respondentes (93%) não tem interesse em disputar cargos políticos em 2024, seja para vereador ou prefeito. Porém, 47% dos respondentes afirmaram não haver problema em ocupar um cargo comissionado no Executivo, inclusive permanecendo na gestão do RPPS, inclusive 40% dos respondentes afirmaram que estão inseridos em ambiente de apoio político, uma vez que pretendem apoiar o grupo político da

situação. Os próprios respondentes (63%) reconhecem que fatores de ordem política podem dificultar a decisão, quando da gestão do RPPS.

Esses achados corroboram os aspectos já observados quanto à não neutralidade inerente à decisão, uma vez que 57% dos respondentes afirmaram, quando da questão 12, que a opinião do(a) Prefeito(a) influencia a tomada de decisão. Desse modo, os gestores reconhecem que há interesses e influências no processo de tomada de decisão, e reconhecem também que tais fatores de ordem política podem impactar a decisão. Há evidências, portanto, que as decisões dos gestores podem representar outros interesses ou influências, caso eles estejam inseridos em atividades políticas, tais como a de apoio à reeleição de prefeito.

Os respondentes consideraram a participação política do gestor do RPPS como dificultador no processo decisório, conforme se verifica nos seguintes comentários:

Gestor precisa cumprir a lei e não fazer política. [...] Acho temerária a relação que poderia surgir entre um gestor com pretensões políticas e os distribuidores de fundos de pensão. Acredito que possibilidade de direcionamento na alocação de recursos em fundos com objetivo de repartição dos ganhos com *spreed* pode ocorrer. [...] Não tenho pretensões políticas, mas acredito que o gestor de RPPS não deve se lançar candidato a nada, a não ser que deixe a gestão do RPPS, pois não terá como se dedicar 100% ao RPPS, além de não ser moralmente ético. (RESPONDENTES Nº 49, 52 e 84, INFORMAÇÃO VERBAL, 2023).

Assim, os resultados evidenciaram alinhamento com os pressupostos da Teoria da Escolha Pública, uma vez que: (a) o homem olha para si mesmo antes de olhar para os outros (BUCHANAN, 1975); (b) é verificada a racionalidade dos agentes públicos, tendo em vista que há uma simetria vocacional dos atores políticos e econômicos não necessariamente benevolentes e altruístas (BUCHANAN, 1998); (c) as pessoas não são guiadas principalmente por seus próprios interesses e em seguida, orientados pelo interesse público na participação em decisões coletivas, portanto o *homo politicus* e *homo economicus* são iguais (BUCHANAN, 1998); (d) o agente público é egoísta, racional e maximizador da utilidade (MUELLER, 1989).

A questão 21 buscou avaliar a participação dos servidores nas atividades do RPPS, captando possíveis falhas de governo devido à assimetria informacional. Ela contou com a participação efetiva de 68 respondentes, uma vez que 30 gestores optaram por não responder à questão. Além disso, foram extraídos todos os 13 comentários inerentes aos temas trabalhados. Assim, foi possível categorizar os enunciados conforme objetivo do questionamento, agrupando as respostas discordo totalmente e discordo parcialmente em uma categoria negativa (não) e as respostas concordo parcialmente e concordo totalmente em uma categoria positiva (sim), de acordo com o exposto na Tabela 18.

Tabela 18 – Participação dos servidores nas atividades do RPPS

CONCEPÇÕES	SIM	NÃO	Indiferente
Os servidores possuem pouco conhecimento nas atividades desempenhadas pelo fundo.	88%	11%	1%
Os servidores têm baixo interesse em relação nas informações do fundo.	84%	13%	3%
Os servidores participam das decisões quanto à política de investimento.	66%	28%	6%
Os servidores possuem acesso às informações gerenciais do regime.	97%	3%	0%
Os servidores estão organizados em sindicatos que atuam diretamente junto às atividades do RPPS.	63%	28%	9%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Restou confirmado para 97% dos gestores públicos que as informações gerenciais dos RPPS estão disponíveis para os servidores. Porém, os servidores têm baixo interesse em relação às informações do fundo, o que foi confirmado por 84% dos respondentes, o que pode ser observado no comentário:

Mantemos um site totalmente transparente onde informamos todas nossas ações, disponível para todos os interessados. As decisões sobre investimentos dos recursos não passam pelos servidores, e sim pela diretoria, comitê de investimento e conselho fiscal, mas os dados são informados no nosso site. Acredito que os servidores ativos deveriam ter mais consciência da importância do acompanhamento dos atos do seu RPPS, afinal, é sua aposentadoria que está em jogo, mas infelizmente, não é assim que funciona. (RESPONDENTE Nº 52, INFORMAÇÃO VERBAL, 2023)

Quando o gestor público afirma “não é assim que funciona”, o contexto sugere que os servidores possuem pouco conhecimento das atividades e baixo interesse nas informações do fundo de pensão, o que foi confirmado por 88% e 84% dos respondentes, respectivamente. Desse modo, verifica-se o fenômeno da assimetria da informação, pois evidenciou-se que uma parte (Estado exteriorizado pelo gestor e/ou Prefeito) detém mais informações do que a parte interessada (servidores públicos).

Assim, os resultados evidenciaram alinhamento com os pressupostos da Teoria da Escolha Pública, visto que: (a) os mercados políticos também possuem falhas (DUNLEAVY; OLEARY, 1987); (b) não somente os mercados fracassam, mas também os governos (MEADOWCROFT, 2013); (c) o homem é maximizador de utilidade, sendo que as categorias de falha de mercado são muito mais evidentes nos mercados políticos do que nos mercados privados, devido ao individualismo metodológico (BUCHANAN; TULLOCK, 1962); (d) há falhas de governo, o que leva às restrições constitucionais (BUCHANAN, 1975).

As questões de número 22 e 23 buscaram investigar a possibilidade de conflito de interesse no processo decisório dos gestores públicos. Ambas contaram com a participação efetiva de 68 respondentes, uma vez que 30 gestores optaram por não responder às questões. Além disso, foram extraídos todos os 11 comentários inerentes aos temas trabalhados. Assim, foi possível categorizar os enunciados conforme objetivo do questionamento, agrupando as respostas discordo totalmente e discordo parcialmente em uma categoria negativa (não) e as respostas concordo parcialmente e concordo totalmente em uma categoria positiva (sim), resultando na síntese da Tabela 19.

Tabela 19 – Possibilidade de conflito de interesse

CONCEPÇÕES	SIM	NÃO	Indiferente
As metas e os resultados a serem alcançados pelo RPPS são definidos pelo(a) Chefe de Poder Executivo.	7%	91%	2%
Eu entendo que as minhas decisões estão alinhadas com as políticas públicas desenvolvidas pelo(a) Prefeito(a) Municipal.	63%	28%	9%
A política de investimento é definida por mim e pelos servidores públicos, sem a participação do(a) Prefeito(a) Municipal.	81%	18%	1%
Fatores políticos influenciam no processo de tomada de decisão	58%	34%	8%
Sindicatos dos servidores exercem pressão quanto às decisões	40%	45%	15%
As decisões do RPPS são tomadas com a participação coletiva dos servidores públicos.	63%	32%	5%
Os sindicatos dos servidores participam ativamente do processo de decisão gerencial do RPPS.	40%	50%	10%
As demandas apresentadas pelos sindicatos dos servidores são atendidas pelo RPPS.	61%	20%	19%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Ao analisar as respostas que mencionam ações específicas em relação às situações que envolvam o Prefeito Municipal, foi possível inferir que, para 58% dos respondentes, a percepção dos gestores públicos dos regimes próprios previdenciários, quanto aos fatores de ordem política, consiste no fato de que os fatores típicos do mercado político influenciam o processo de tomada de decisão dos gestores dos regimes próprios previdenciários dos entes subnacionais brasileiros. A maioria dos gestores afirma que as metas e os resultados a serem alcançados pelo RPPS e a definição da política de investimento não são estipuladas pelo Prefeito Municipal.

Corroboram com as evidências mencionadas os seguintes comentários:

A Prefeita Municipal como Ente Mantenedora do RPPS delega ao seu gestor a administração do Instituto acompanhando permanentemente as atividades, mesmo porque o RPPS é responsável pela manutenção do CRP- Certidão de Regularidade Previdenciária mínima semestralmente pela SPREV. [...] O sindicato infere na medida de decisões contra alterações na legislação que interfere diretamente na estabilidade financeira do Instituto. [...] As decisões são tomadas pelo Conselho Deliberativo formados por servidores públicos municipais. [...] Dentre os membros dos conselhos temos representantes dos sindicatos, que são servidores efetivos. No comitê de investimentos temos um membro que é vice-presidente do sindicato dos professores.; (RESPONDENTES Nº 33, 49, 57 e 66, INFORMAÇÃO VERBAL, 2023)

Não foi observado um consenso em relação à participação dos sindicatos dos servidores públicos, tendo 40% dos respondentes afirmado que o sindicato participa ativamente do processo gerencial do RPPS, exercendo pressão quanto às decisões, tendo afirmado também que as demandas apresentadas pelo sindicato são atendidas pelo RPPS, conforme afirmação de 61% dos gestores.

Ainda assim, foi possível inferir que o sindicato detém certa influência sobre o processo de tomada de decisão dos RPPS, posto que RPPS tendem a atender as demandas apresentadas pelos sindicatos enquanto órgãos de representação coletiva dos servidores públicos.

Assim, os resultados evidenciaram alinhamento com os pressupostos da Teoria da Escolha Pública, uma vez que: (a) a política é concebida como um sistema de troca em que as pessoas barganham sobre a distribuição de custos e benefícios (BUCHANAN, 1998); (b) o processo político pode ser utilizado para beneficiar alguns, enquanto impõe custos para outros (ALIGICA, 2015); (c) a política é considerada como um tipo de transação entre pessoas e agentes, sendo que os programas apresentados pelos partidos políticos são efetivamente considerados para conceder uma recompensa particular a cada grupo de eleitores (UDAGAWA, 1993); (d) os grupos existentes têm vantagens decisivas sobre grupos potenciais na competição por favores políticos (OLSON, 1965).

A questão 24 buscou avaliar a existência dos pressupostos básicos da TEP quando do processo de tomada de decisão dos gestores dos RPPS. A questão contou com a participação efetiva de 68 respondentes, pois 30 optaram por não responder às questões. Além disso, foram extraídos todos os 9 comentários inerentes aos temas trabalhados. Assim, foi possível categorizar os enunciados conforme objetivo do questionamento, agrupando as respostas discordo totalmente e discordo parcialmente em uma categoria negativa (não) e as respostas concordo parcialmente e concordo totalmente em uma categoria positiva (sim), resultando na Tabela 20.

Tabela 20 – Pressupostos básicos da TEP

CONCEPÇÕES	Pressuposto básico da TEP verificado	SIM	NÃO	Indiferente
Aceitei ser gestor devido às oportunidades de ascensão profissional advindas do cargo.	Escolha Racional e <i>Rent-seeking</i>	48%	42%	10%
Se eu fosse gestor de um fundo de previdência privada em um grande banco nacional, as minhas decisões gerenciais seriam as mesmas adotadas no RPPS.	Individualismo metodológico	78%	16%	6%
Ao ocupar o cargo de gestor do RPPS municipal percebo que acabo tendo influência, prestígio e benefícios pessoais em minha cidade	Escolha Racional	19%	56%	25%
Entendo que as minhas decisões na gestão do RPPS beneficiam a maioria dos servidores e dependentes do fundo previdenciário.	Política como troca e <i>Logrolling</i>	88%	6%	6%
Em algumas situações a minha decisão vai de encontro aos anseios dos servidores, ainda sim a minha decisão prevalece, uma vez que sou o gestor do fundo.	Individualismo metodológico	59%	33%	8%

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Quase metade dos respondentes (48%) afirmou ter aceito o cargo de gestor do RPPS devido às oportunidades de crescimento que o cargo oferece, demonstrando nesse aspecto que a motivação dos gestores pode estar relacionada aos interesses particulares. Essa característica está estritamente vinculada à escolha racional dos agentes públicos que buscam maximizar os interesses, bem como está alinhado ao conceito de *rent-seeking* uma vez que o dado evidencia que os agentes governamentais são uma fonte de privilégios diferenciados que leva à ineficiência do sistema econômico.

Para 19% dos respondentes, o cargo de gestor do RPPS implica influências, prestígio e benefícios pessoais na cidade, o que demonstra sintonia com os aspectos da racionalidade do agente público, ainda que em baixa porcentagem, o dado não deixa de ser um indicativo. No que se ao pressuposto do individualismo metodológico, é possível verificar que 78% dos gestores afirmaram que tomariam decisões gerenciais de igual forma se estivessem inseridos em um fundo de previdência privado, corroborando o achado de que o *homo politicus* e o *homo economicus* são iguais.

O individualismo metodológico também foi observado quando os respondentes afirmaram que a própria decisão prevalece, ainda que seja contrária aos interesses dos servidores, o que foi confirmado por 59% dos gestores, comprovando o pressuposto de que os seres humanos individuais é que tomam decisões e não um grupo de pessoas.

A questão 25 contou com a participação de 53 respondentes, sendo que 45 gestores ignoraram responder à questão, tendo sido indagado o seguinte: “Você entende que o RPPS busca lucro financeiro em seus investimentos, atuando assim como se fosse uma empresa particular? E você como gestor desse fundo público, age e decide como se estivesse em um setor privado? Explique suas respostas”.

Para 64% dos respondentes, o RPPS busca o lucro financeiro em seus investimentos, como se empresa privada fosse, bem como os gestores públicos agem e decidem como se estivessem em um setor privado. O Quadro 17 exibe algumas das justificativas apresentadas pelos respondentes, quando indagados sobre o tema.

Quadro 17 – Agir e decidir do gestor do RPPS como se estivesse no setor privado

SIM (64%)	NÃO (36%)
“Sou servidora efetiva e cuido do RPPS como garantia da minha aposentadoria”.	“Não entendo assim, objetivos totalmente diferentes”.
“Sim. Tudo que eu busco para o meu RPPS é como se estivesse buscando para mim mesmo, pois nosso futuro depende do ótimo andamento do fundo”.	“O RPPS não tem finalidade de lucro e sim manter o equilíbrio atuarial e financeiro. Deve ter o valor necessário para o pagamento de aposentadorias e pensões”.
“Buscamos rendimentos como se fôssemos privados, cumprindo regras e normas públicas”.	“O Gestor do RPPS deve buscar o equilíbrio financeiro e atuarial e não lucro”.
“Sim, agimos como se estivéssemos em uma empresa particular porque entendemos que o fundo é a garantia do nosso futuro”.	“O RPPS busca lucro financeiro para atingir a meta atuarial, mas não podemos decidir e agir como empresa particular, porque há normas específicas para alocação dos recursos das receitas, apesar do prefeito e de alguns conselheiros acharem que pode”.

Fonte: dados da pesquisa (2023)

O agir e o decidir do gestor do RPPS frente a um cenário de equiparação com o setor privado avança de forma similar segundo 64% dos respondentes, sinalizando e reforçando que o gestor, ainda que inserido no ambiente público, age e decide como *homo economicus*, uma vez que é racional, egoísta e maximizador das utilidades.

Os trechos “cuido do RPPS como garantia da minha aposentadoria [...] tudo que busco para o meu RPPS [...] garantia do nosso futuro” evidenciam que o gestor público está atuando de igual maneira como se estivesse no setor privado, inclusive buscando interesses próprios, os quais são superiores aos interesses da coletividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo consistiu em compreender como os gestores públicos dos RPPS agem e decidem, especificamente sob o ponto de vista da coexistência dos interesses privados e coletivos, e seus reflexos na resiliência financeira dos regimes próprios. Para tanto, iniciou-se a pesquisa buscando medir o padrão de resiliência financeira dos regimes próprios de previdência dos municípios brasileiros, mediante a construção do Indicador de Resiliência Financeira.

Partindo da constatação que compete aos Municípios cobrir eventuais insuficiências financeiras dos regimes próprios, o indicador social IRF-RPPS foi construído a partir das variáveis econômicas dos municípios (dívida consolidada líquida e receita corrente líquida), juntamente com variáveis indicativas dos resultados financeiros dos regimes próprios, uma vez que se apresentam em uma relação de interdependência e correlação, as quais representam fatores de vulnerabilidade para a sustentabilidade dos regimes.

Os resultados obtidos, quando da construção do indicador, apresentam evidências de que os RPPS se encontram em altos dispêndios financeiros, com valores superiores às despesas, apresentando-se com baixa carga de recursos próprios aptos a conferir sustentabilidade aos regimes. Tal situação caracteriza indícios de baixo padrão de resiliência financeira, sendo que os dados considerados para a construção do indicador foram extraídos do ano de 2019, antes mesmo da absorção dos efeitos da crise financeira decorrentes da pandemia.

Considerando todas as variáveis utilizadas para a construção do indicador IRF-RPPS, o estudo comprovou que mais da metade dos regimes próprios analisados (58%) obtiveram resultados abaixo da média geral, evidenciando assim que a maioria dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros apresentam baixo padrão de resiliência financeira, o que pode levar ao aumento dos fatores de vulnerabilidade quando dos momentos de antecipação, absorção e reação dos choques financeiros.

Foi constatado ainda, que existem poucos municípios com RPPS nas regiões Norte e Nordeste, sendo a concentração dos regimes e dos melhores resultados do indicador nos municípios pertencentes à região Sul e Sudeste. A cidade de Confresa-MT obteve o melhor resultado do indicador, ao passo que o município de Solonópole-CE ocupou a última posição no ranking criado pelo IRF-RPPS. Assim, foi cumprido o primeiro objetivo específico desta tese, qual seja, a criação de um indicador, a partir de fatores de vulnerabilidade, que pudesse medir os padrões de resiliência financeira nos RPPS municipais.

Partindo para a segunda parte do estudo, buscou-se inicialmente conhecer as concepções dos gestores públicos dos RPPS quanto à antecipação, absorção e reação a choques financeiros ao longo do tempo. Para tanto, identificou-se o perfil do gestor público vinculado ao regime próprio, bem como as características básicas do RPPS.

Os achados indicaram certa expertise profissional dos gestores, tendo em vista que a grande parte dos gestores públicos são servidores efetivos, ocupantes de cargo comissionado (77%), contando com mais de dez anos de atuação no serviço público (86%) e mais de cinco anos à frente do RPPS (66%). Em relação ao grau de escolaridade, ficou evidenciado que 74% dos respondentes possuem curso de especialização ou mestrado. Especificamente sobre os RPPS, restou comprovado que a forma jurídica predominante é a autarquia (90%), sendo que pequena parcela dos respondentes afirmou que o regime próprio possui segregação de massa (22%).

Quanto ao porte do município, a pesquisa abarcou diversas cidades brasileiras, contando com municípios até 5000 habitantes, desde cidades com mais de quinhentos mil munícipes, demonstrando assim boa amplitude da amostra. O estudo demonstrou também que o principal problema enfrentado na condução da gestão dos RPPS consiste no equacionamento do déficit financeiro e, sobretudo, atuarial, sendo esses os principais desafios informados pelos gestores públicos dos regimes próprios previdenciários.

Uma vez constatados o baixo padrão de resiliência financeira dos regimes próprios previdenciários dos entes subnacionais brasileiros, o perfil dos gestores públicos, as características básicas do RPPS e o principal desafio na gestão do regime próprio, buscou-se verificar se os pressupostos da Teoria da Escolha Pública seriam suficientes para explicar os padrões de resiliência financeira dos RPPS.

Para tanto, recorreu-se à elaboração de dois construtos: o primeiro capaz de medir fatores de vulnerabilidade, choque, capacidade antecipatória e capacidade de enfrentamento; o segundo foi elaborado para captar os pressupostos da TEP, isto é, individualismo metodológico, escolha racional do homem político, falhas de governo, política como troca, grupos de interesse e *rent-seeking*.

A Análise Fatorial foi executada respeitando todos os pressupostos e parâmetros da técnica estatística multivariada, mostrando-se significativa para estimar os fatores únicos destinados a composição do modelo de regressão, sendo o primeiro denominado Resiliência Financeira e o segundo Teoria da Escolha Pública, os quais advieram dos construtos elaborados a partir das variáveis fundamentadas no referencial bibliográfico específico. O modelo de

regressão mostrou-se significativo, demonstrando que há indícios estatísticos de um efeito de 35,9% dos pressupostos da Teoria da Escolha Pública nos padrões de resiliência financeira dos RPPS.

Uma vez comprovado que os regimes próprios dos entes subnacionais brasileiros apresentam baixos padrões de resiliência e que a Teoria da Escolha Pública pode explicar esses padrões, o estudo avançou no sentido de identificar as concepções dos gestores públicos dos RPPS quanto aos aspectos inerentes à antecipação, absorção e reação a choques financeiros ao longo do tempo.

Há evidências de que o processo de tomada de decisão dos gestores públicos dos RPPS brasileiros sofre influência dos órgãos colegiados, do(a) Prefeito(a) e dos sindicatos, não se mostrando uma decisão neutra, conforme concepção dos próprios gestores. Do total de respondentes, 70% afirmaram que consultam o(a) Chefe do Executivo para a tomada de decisão junto ao regime próprio. Assim, há indícios da existência de outros interesses ou influências que podem estar associados aos padrões de resiliência financeira dos RPPS, inclusive o elemento político.

Em relação à percepção dos fatores de vulnerabilidade em momentos de crise, restou evidenciado para 71% dos respondentes que os gestores públicos percebem que os RPPS não estão preparados para lidar com os possíveis efeitos causados por crises financeiras, tal como a vivenciada na pandemia decorrente do Covid-19, expondo assim fragilidade quanto à característica de reação aos choques financeiros ao longo do tempo.

Na visão dos gestores públicos dos RPPS, em momento de antecipação, absorção e reação a choques, tal como o vivenciado na pandemia, são necessárias ações pontuais na área econômica, política, jurídica e social dos regimes próprios, sendo essencial o conhecimento do mercado, a diversidade nas aplicações financeiras, conservadorismo na gestão dos recursos e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Além disso, os gestores indicam como ações principais o diálogo com o Poder Executivo, as possíveis alterações na legislação previdenciária e os aspectos internos organizacionais do próprio RPPS. É possível inferir também, de acordo com a percepção dos gestores, que há necessidade de capacitação, educação, preparação da equipe e especialização dos gestores, no que se refere ao mercado econômico.

Em relação à capacidade antecipatória e de enfrentamento das crises, há indícios de que os gestores públicos acreditam estar preparados para prever e enfrentar as crises financeiras ao longo do tempo, o que não é esperado dos RPPS, já que na visão dos gestores, os regimes

próprios não estão preparados para lidar com os efeitos causados por crises, bem como não detém instrumentos de planejamento capazes de antecipar os choques financeiros.

Considerando as constatações a respeito das concepções dos gestores quanto aos aspectos de antecipação, absorção e reação a choques financeiros, buscou-se identificar o comportamento dos gestores quanto às atividades de investimentos e recursos do fundo previdenciário. Quase a totalidade dos respondentes, ou seja, 98% afirmaram ter registrado todos os documentos que fundamentam a tomada de decisão quanto aos investimentos, cumprindo assim a determinação contida na Resolução nº 4963/2021 do Conselho Monetário Nacional.

A maioria dos gestores prefere investir os recursos do RPPS em instituições financeiras brasileiras, sendo que eles acreditam que a Prefeitura Municipal acompanha e tem conhecimento dos investimentos do RPPS. Todos os respondentes afirmaram utilizar renda fixa para as aplicações financeiras.

Apenas um respondente (1%) afirmou utilizar a nova modalidade de segmento de aplicação, o empréstimo consignado junto aos servidores. O número estritamente baixo em relação ao segmento empréstimo consignado pode ser explicado pelo fato de ser uma modalidade nova, pois entrou em vigor em novembro de 2019, ou ainda pela ausência de conhecimento dos gestores para a sua utilização.

Especificamente sobre o comportamento dos gestores públicos dos RPPS quanto às aplicações financeiras foi constatado, por 70% dos respondentes, que a forma de aplicar os recursos pessoais seria exatamente a mesma com que o RPPS vem aplicando os recursos pertencentes aos servidores. Assim, há evidências de que a conduta dos gestores no mercado público é idêntica à conduta no mercado privado, demonstrando assim indícios de que o gestor público, como homem político, age e decide como se homem econômico fosse, evidenciando certo alinhamento com os pressupostos da Teoria da Escolha Pública.

A pesquisa progrediu com o objetivo de verificar se o processo de tomada de decisão dos gestores públicos representava o interesse da coletividade ou se era guiado por outros interesses ou influências. Para tanto, foram avaliadas as pretensões políticas dos gestores públicos, o que demonstrou evidências de que os gestores não têm pretensão política para disputar cargo de vereador ou prefeito, sendo tal constatação confirmada por 93% dos respondentes.

Ainda que não tenham interesse em lançar-se candidatos, os gestores não veriam problema em ocupar cargo comissionado, inclusive permanecendo na gestão do RPPS nos

próximos anos, o que foi confirmado por 47% dos respondentes. Os gestores (63%) acreditam que teriam mais dificuldade de decidir caso tivessem a intenção de se candidatar a cargo político, mesmo assim pretendem apoiar o candidato indicado pelo prefeito para concorrer às eleições municipais, o que foi confirmado por 40% dos respondentes.

Desse modo, foi possível inferir que os gestores reconhecem a existência de interesses ou influências no processo de tomada de decisão no RPPS, bem como sabem que fatores de ordem política podem trazer dificuldades à gestão, havendo, portanto, evidências de que as decisões dos gestores no âmbito do RPPS podem estar revestidas de outros interesses ou influências, caso estejam inseridos nas atividades políticas, sendo um exemplo confirmado por 57% dos respondentes quando afirmaram que a opinião do(a) Prefeito(a) influencia a decisão do gestor público.

Esses achados evidenciam alinhamento com os pressupostos da TEP, uma vez que foi possível observar elementos da racionalidade do agente público, que se volta para os interesses privados antes de agir e decidir em favor da coletividade, uma vez que os homens políticos, tal como os homens econômicos, não são benevolentes. E isso conduz os comportamentos dos gestores ao revestimento esperado do “homem econômico”, qual seja, são racionais, egoístas e maximizadores da utilidade.

A pesquisa também buscou analisar as percepções dos gestores dos RPPS a partir dos pressupostos da Teoria da escolha pública. Para tanto, recorreu à verificação da existência de assimetria informacional junto aos atores envolvidos nos RPPS. Na visão dos gestores, 97% dos servidores públicos possuem acesso às informações gerais. Contudo, ter acesso não significa que os servidores tenham interesse nas informações, sendo constatado que 84% dos agentes públicos não possuem desejo de conhecer as informações do fundo, nem tampouco desejam ter conhecimento das atividades desempenhadas pelo regime próprio, o que foi confirmado por 88% dos respondentes.

Assim, os gestores dos RPPS reconhecem a existência de assimetria informacional junto aos regimes próprios, sendo que tal constatação leva à inferência de que assim como os mercados privados falham devido à assimetria, o mesmo se verifica no mercado político, pois os governos também falham, sendo este um pressuposto basilar da Teoria da escolha pública, o que foi verificado empiricamente na percepção dos gestores.

Partindo da constatação de que fatores políticos influenciam o processo de tomada de decisão, o que foi confirmado por 58% dos respondentes, e, considerando que 63% dos gestores públicos entendem que as decisões tomadas por eles estão em alinhamento com as políticas

públicas do(a) Prefeito(a) e que as demandas apresentadas pelos sindicatos são atendidas pelo RPPS, informação confirmada por 61% dos respondentes, bem como pelo fato do sindicato exercer pressão no RPPS, é possível inferir que há indícios da utilização do processo político para beneficiar determinadas categorias e/ou pessoas em detrimento do custo coletivo, o que se aproxima dos elementos da TEP na vertente política como troca, grupos de interesse e *rent-seeking*.

Os gestores públicos também possuem uma percepção quanto à prevalência da decisão sobre o interesse dos servidores, visto que 59% dos respondentes afirmaram que as decisões dos gestores prevalecem, ainda que contrárias aos interesses dos servidores, o que comprova a existência de individualismo metodológico dos gestores, e leva a inferir que a decisão no ambiente público é individual e não de ordem coletiva, demonstrando que o interesse privado se sobressai ao interesse de ordem coletiva.

Há indícios dos pressupostos da escolha racional quando 48% dos respondentes afirmaram ter aceitado o cargo de gestor do RPPS devido às oportunidades de ascensão profissional advindas dele, tendo inclusive 19% dos gestores afirmado a percepção que o fato de ocupar o cargo de gestor do RPPS acarreta influência, prestígio e benefícios pessoais na cidade, evidenciando assim os elementos da escolha racional, a política como troca e do *rent-seeking*.

A maioria dos gestores públicos (64%) afirmaram que agem e decidem no RPPS de igual forma caso estivesse em uma empresa privada, o que leva à inferência de que os gestores estão agindo e decidindo, no âmbito do mercado político como se fossem homem econômico, ocasionando as falhas de governo tal como ocorre com as falhas de mercado.

Além disso, há evidências de elementos da Teoria da escolha pública como o individualismo metodológico, a escolha racional, a política como troca, os quais foram observados nas concepções e percepções dos gestores, o que leva à inferência de que os gestores públicos dos RPPS dos entes subnacionais brasileiros se comportam como homens econômicos, tomando decisões a partir de outros interesses ou influências, uma vez que se são racionais, egoístas e maximizadores das utilidades, sendo que esta situação contribui para os baixos padrões de resiliência financeira dos regimes próprios previdenciários.

Para futuras pesquisas, esperam-se estudos que explorem a capacidade dos governos quanto à reação decorrente de choques financeiros, especialmente medindo os efeitos pós-pandemia, os quais podem ser analisados com a replicação do IRF-RPPS, considerando os resultados de 2023 ou ainda medindo o desempenho dos municípios ano a ano com posterior

análise quantitativa de dados em painel. Sugere-se ainda identificar a concepção dos prefeitos quanto aos padrões de resiliência financeira observados nos RPPS, o que poderá ser feito mediante análise qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com o(a) Chefe do Executivo Municipal. Além disso, é possível investigar a situação dos municípios que não aderiram aos regimes próprios, objetivando compreender os padrões de resiliência financeira desses municípios, considerando que estão inseridos no Regime Geral de Previdência, o que poderá ser feito com uma análise quantitativa e a construção de modelo econométrico pertinente.

REFERÊNCIAS

AAKER, D.A., KUMAR, V., DAY, G.S. **Pesquisa de Marketing**. Atlas, São Paulo, 2001.

AHRENS, T. et al. The future of interpretive accounting research-A polyphonic debate. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 19, n. 6, p. 840–866, set. 2008.

Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2006.07.005>. Acesso em: maio 2022.
<https://doi.org/10.1016/j.cpa.2007.02.009>

AQUINO, A. C. V.; CARDOSO, R. L. Financial resilience in Brazilian municipalities. In **Governmental Financial Resilience**. Edited by Ileana Steccolini, Martin Jones, Iris Saliterer; Emerald, v. 27, p. 53-71, 2017. DOI: 10.1108/S2053-769720170000027004.

ALDRICH, J. H. **Correlations genuine and spurious in pearson and yule**. Statistical Science, 1995. DOI: 10.1214/ss/1177009870.

ALIGICA, P. D. Public Administration, Public Choice and The Ostroms: the achievements, the failure, the promise. **Public Choice**, New York, v. 163, p. 111-127, 2015. DOI 10.1007/s11127-014-0225-8.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO RPPS 2021-2022. Base de Dados Históricas. Disponível em <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/estatisticas-e-informacoes-dos-rpps-1/estatisticas-e-informacoes-dos-rpps>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ANGELI, E. Os usos do individualismo por James Buchanan. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 1 (65), p. 53-70, 2019.

ARAÚJO, A. H. D. S.; SANTOS FILHO, J. E. D.; GOMES, F. G. Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-10. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 739-759, 2015.

ARROW, K. J. Alternative approaches to the Theory of Choice in risk-taking situations. **Econometrica**, v. 19, n. 4, p. 404-437, 1963 [1951]. DOI: 10.2307/1907465.

ARROW, K. J. **Social choice and individual values**. New York: John Wiley & Sons, 1951.

AYRES, M. **Elementos da bioestatística: a seiva do açaizeiro**. 2. ed. Belém: Supercorres, 2012.

BARBERA, C.; JONES, M.; SALITERER, I.; STECCOLINI, I. **European local authorities' financial resilience in the face of austerity: a comparison across Austria, Italy and England**, 2014. DOI: 10.1108/S2053-769720170000027008.

BARBERA, C.; JONES, M.; KORAC, S.; SALITERER, I.; STECCOLINI, I. Bouncing back and bouncing forward – Applying an alternative perspective on European municipalities' responses to financial shocks. EGPA Annual Conference, Toulouse, France, PSG VI: **Governance of Public Sector Organizations**, August 26-28, 2015.

BARBERA, C. et al. Governmental financial resilience under austerity in Austria, England and Italy: How do local governments cope with financial shocks? **Public Administration**, v. 95, n. 3, p. 670–697, set. 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 1997. Tradução de: L'Analyse de Contenu.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Makron, 2007.

BATISTA, A. P.; CRUZ, C. F. Resiliência financeira governamental: evidências nos estados brasileiros. **XLIII Encontro Da ANPAD - EnANPAD**, 1–16, 2019. <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2019.65>.

BEETSMA, R. M. W. J. Hoofdstuk 6 na de crisis: begrotingsbeleid en institutionele aanpassingen in de Europese Unie. In: **Wim Drees Stichting voor Openbare Financiën**. Jaarboek overheidsfinanciën. Den Haag: SDU Uitgevers, 2011.

BHAMRA, R.; DANI, S.; BURNARD, K. Resilience: the concept, a literature review and future directions. **International Journal of Production Research**, v. 49, p. 5375–5393, 2011. <https://doi.org/10.1080/00207543.2011.563826>.

BISMAN, J. Postpositivism and accounting research: a (personal) primer on critical realism. **Australasian Accounting Business and Finance**. v. 4. n. 4, 2010.

BISPO, H. S. **O desafio da sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social: uma análise a partir da situação de oito municípios baianos**. 2004. 199f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador.

BOGONI, N. M.; FERNANDES, F. C. Gestão de risco nas atividades de investimento dos regimes próprios de previdência social (RPPS) dos municípios do estado do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 17, n. 1, p. 117-148, 2011.

BOIN, A.; VAN EETEN, M. J. G. The resilient organization. **Public Management Review**, v. 15, n. 3, p. 429–445, mar. 2013. DOI: 10.1080/14719037.2013.769856.

BOIN, A.; LODGE, M. Designing resilient institutions for transboundary crisis management: a time for public administration. **Public Administration**, n. 94, p. 289-298, 2016. <https://doi.org/10.1111/padm.12264>

BOIN, A.; COMFORT, L.; DEMCHAK, C. “The rise of resilience”, In: Comfort, L.; Boin, A.; Demchak, C. (Eds). **Designing resilience: preparing for extreme events**. University of Pittsburgh: Pittsburgh Press, 2010, p. 1-12.

BORGES, A. Democracia vs. eficiência: a Teoria da escolha pública. **Lua Nova**, São Paulo, n. 53, p. 159-179, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452001000200008>.

BOROUCHE, J. M.; SAPORTA, G. **Análise de dados**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 116 p.

BORSANI, H. Relações entre política e economia: Teoria da escolha pública In: ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. (Org.). **Economia do setor público**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 103-126.

BRASIL. Constituição (1981) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Diário Oficial da União, 1981.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2019.

BRASIL. Lei Nº. 9.717, de 27 de novembro de 1998. Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1998.

BRASIL. Lei Complementar Nº. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2000.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Secretaria da Previdência. **Portaria nº 14.762, de 19 de junho de 2020**. Brasília, 2020.

BRISTOW, G. Resilient regions: re-‘place’ing regional competitiveness. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, Volume 3, Issue 1, March 2010, Pages 153–167. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsp030>

BROWN, T. A. **Confirmatory factor analysis for applied**. 2. ed. New York, NY: The Guilford Press, 2015.

BRYMAN, A. Integrating quantitative and qualitative research: How is it done? **Qualitative Research**, v. 6, n. 1, p. 97-113, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468794106058877>. Acesso em: ago. 2021.

BRYMAN, A. **Social research methods**. 4. Ed. Oxford University Press, 2012.

BUCHANAN, J. M. Politics without Romance: A Sketch of positive public choice Theory and its normative implications. In: BUCHANAN, J. M.; TOLLISON, R. D. (Org.). **The Theory of Public Choice – III**. The University of Michigan Press: Estados Unidos da América, 1984.

BUCHANAN, J. M. **The logical foundations of constitutional liberty**. Indianapolis: Liberty Fund, 1998.

BUCHANAN, J. M. **Public choice: the origins and development of a research program**. Fairfax, Va.: Center for Study of Public Choice, George Mason University. 2003.

BUCHANAN, J. M. **Same players, different game: how better r politics.** Constitucional Political Economy, 2008.

BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The Calculus of consent: the logical foundations of constitutional democracy.** Ann Arbor: Ther University of Michigan Press, 1962.

BUCHANAN, J. M.; MUSGRAVE, R. Public Finance and Public Choice, Public Choice, 1989.

BUTLER, E. **Public choice: a primer.** 6 ed. London: Institute of Economic Affairs, 2012.

CAETANO, M. A. R. Solvência fiscal de longo prazo dos regimes próprios de previdência dos estados e municípios. Texto para discussão. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, n. 2195, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6638/1/td_2195.pdf. Acesso em: jun. 2021.

CANHOTA, Carlos. Qual a importância do estudo piloto? In: SILVA, E. E. (Org.). Investigação passo a passo: perguntas e respostas para investigação clínica. Lisboa: APMCG, 2008. p. 69-72.

CALAZANS, F. F. et al. A importância da unidade gestora nos regimes próprios de Previdência Social: análise da situação dos estados e do Distrito Federal. **RAP: Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000200001>.

CASTRO, C. A. P.; LAZZARINI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário.** 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

CEPIKU, D.; SAVIGNON, A. B. Governing cutback management: is there a global strategy for public administrations? **International Journal of Public Sector Management** 25 (6/7), 428-436, 2012.

CHRISTOPHERSON, S; MICHIE, J; TYLER, P. Regional resilience: theroretical and empirical perspectives. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 3, p. 3-10, 2010.

CHUA, W. F. Radical developments in accounting thought. **The Accounting Review**, v. 61, n. 4, p. 601-632, 1986.

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences.** Hillsdale, NJ, Erlbaum, 1988.

CONGLETON, R. D. The politics of government growth. In: SHUGHART, W. F. II.; RAZZOLINI, L. (Org.). **The Elgar companion to public choice.** Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001.

CONGLETON, R. D.; GROFMAN, B.; VOIGT, S. (Eds.). **The Oxford handbook of public choice.** Oxford University Press, 2019.

CORREA, C. S. **Tamanho populacional e aleatoriedade de eventos demográficos na solvência de RPPS municipais capitalizados**. 2014. 252 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COSTA, G. P.C. L. et al. As escolhas públicas orçamentárias federais no PPA 2008-2011: uma análise da perspectiva do modelo principal-agente. **Revista Administração Pública**, v. 47, n. 5, p. 1089, 2013.

COSTANZI, R. N.; FERNANDES, A. Z.; ANSILIERO, G. **O princípio constitucional de equilíbrio financeiro e atuarial do regime geral de previdência social: tendências recentes e o caso da regra 85/95 progressiva**. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, F. et al. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada: lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

DANCEY, C.; REIDY, J. **Estatística Sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows**. Porto Alegre, Artmed, 2006.

DAVIES, S. Regional resilience in the 2008-2010 downturn: Comparative evidence from European countries. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 4, n. 3, p. 369–382, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsr019>. Acesso em: jun. 2021.

DEWASIRI, N. J.; WEERAKOON, Y. K. B.; AZEEZ, A. A. Mixed methods in finance research: The rationale and research designs. **International Journal of Qualitative Methods**, Dec. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1609406918801730>. Acesso em: maio 2021.

DIAS, M. A. James Buchanan e a “Política” na escolha pública. **Rev. Ponto e Vírgula**, São Paulo, v. 6, p. 201-217, 2009.

DIAS FILHO, J. M.; MACHADO, L. H. B. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: NIYAMA, J. K. **Teoria Avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2014, p. 15-69.

DUIT, A. Resilience Thinking: Lessons for Public Administration. **Public Administration**, v. 94, n. 2, p. 364–380, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/padm.12182>. Acesso em: out. 2021.

DUNLEAVY, P.; OLEARY, B. **Theories of state: the politics of liberal democracy**. London: MacMillan Education, 1987.

DU BOYS, C. Resilience patterns of french municipalities: a case study. In: STECCOLINI, I.; JONES, M.; SALITERER, I. (Orgs.). **Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance)**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. v. 27. p. 93–113.

DU BOYS, C.; MONTI, A.; PADOVANI, E. **Vulnerability factors shaping municipal resilience throughout the global financial crisis: comparing Italy and France**. EGPA Annual conference, Milan, Italy. 2017.

FÉLIX, C. L.; SILVA, L. M. da. Regime Próprio de Previdência e Assistência Social: uma análise do grau de conhecimento que o servidor público do município do Rio de Janeiro detém em relação às informações gerenciais do regime previdenciário municipal. **Pensar Contábil**, v. 11, n. 44, p. 23–31. 2009.

FERRARI, A.T.; FREITAS, W.; GUSHIKEN, L. **Previdência Complementar e Regime Próprio: complexidade e desafios**. Indaiatuba, Instituto Integrar Integração. 2002, 210p.

FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando SPSS**. Tradução de Lorí Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARSON, G. D. **Statnotes: topics in multivariate analysis**. 2009.

GASS, S.; MACKEY, A. Common data collection measures. In: _____. **Second Language Research: methodology and design**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2005. p.43-99.

GIAMBIAGI, F.; PINTO, F.; ROTHMULLER, L. Reforma previdenciária em 2019: elementos para uma tomada de decisão. Brasília: **BNDES**, out. 2018. (Texto para discussão, 127).

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOES, H. D. **Manual de Direito Previdenciário**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2016.

GOIA, D. A.; PITRE, E. Multiparadigm perspectives on Theory Building. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 4, p. 584-602, 1990.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

GORA, M.; PALMER, E. **The generic old-age pension scheme**. Social Protection and Jobs Discussion Paper, n. 1907. Washington, D.C. : World Bank Group.

GREENE, J.; CARACELLI, V.; GRAHAM, W. Toward a Conceptual Framework for Mixed-method Evaluation Designs. **Educational Evaluation and Policy Analysis**, v. 11, n. 3, p. 255–74, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/01623737011003255>. Acesso em: maio 2021.

GUETTERMAN, T. C.; BABCHUK, W. A.; SMITH, M. C. H.; STEVENS, J. Contemporary Approaches to Mixed Methods–Grounded Theory Research: A Field-Based Analysis. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 13, n. 2, p.179-195, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1558689817710877>. Acesso em: jun. 2021.

GWARTNEY, J. D. et al. **Microeconomics: private and public choice**. 16 ed. Boston, MA: Cengage Learning, 2016.

HAIR JUNIOR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HEALY, M.; PERRY, C. Comprehensive criteria to judge validity and reliability of qualitative research within the realism paradigm, **Qualitative Market Research – An International Journal**, v. 3, n. 3, p. 118-126, 2000.

HENDRICK, R. M. **Managing the fiscal metropolis**: the financial policies, practices, and health of suburban municipalities. Washington, DC: Georgetown University Press, 2011.

HOLCOMBE, R. G. Public choice and public finance. In: SHUGHART, W. F. II; RAZZOLINI, L. (Orgs.). **The Elgar companion to public choice**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001.

HOLCOMBE, R. G. **Advanced Introduction to public choice**. Elgar Advanced Introductions. Cheltenham, UK; Northampton, MA, 2016.

HOLCOMBE, R. G. Checks and Balances: Enforcing Constitutional Constraints. **Economies**, v. 6, p. 12-23, 2018.

HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 4, p. 1–23, 1973.

HOOD, C. A public management for all seasons? **Public Administration**, v. 69, p. 3-19, 1991.

IKEDA, M. NAJBERG, S. **Previdência no Brasil: Desafio e Limites**. Rio de Janeiro. BNDS. 2002.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

JANNUZZI, P. D. M. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

JONAS, J. **Great recession and fiscal squeeze at US subnational government level**. Washington: International Monetary Fund, 2012.

JONES, M. English resilience in the face of austerity. In: STECCOLINI, I.; JONES, M.; SALITERER, I. (Orgs.). **Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance)**. Bingley: Emerald Publishing Limited, v. 27. p. 73–91, 2017.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a definition of mixed methods research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 1, n. 2, p. 112-133, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1558689806298224>. Acesso em: jun. 2021.

JUDD, C. M.; SMITH, E. R.; KIDDER, L. H. **Research methods in social relations**, 6th edn, Harcourt Brace Jovanovich, Fort Worth, 1991.

KAM, V. **Accounting theory**. New York: Wiley, 1990.

KENNEDY, P. **A Guide to econometrics**. Boston: MIT Press, 2009.

KIRCHNER, C. Public Choice and New Institutional Economics: A Comparative Analysis in Search of Co-operation Potentials. In: BAAKE, P.; BORCK, R. (Orgs.). **Public economics and public choice**. Berlim, Germany: Springer, 2007.

KONING, F. M. de. Financial Resilience: research on financial resilience at Dutch local government in times of austerity. Dissertation (Master in Public Management). Utrechtse School, Utrechtse, 2015.

KORAC, S. Austria – Building Capacities Versus Resting on Laurels. In: STECCOLINI, Ileana; JONES, Martin; SALITERER, Iris (Orgs.). **Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance)**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. v. 27. p. 17–33.

KRUEGER, J. LEWIS-BECK, M. **Is OLS Dead?** The Political Methodologist, v. 15, 2008.

KULAWIK, J. Public Choice Theory as a tool for explaining genesis and development of social insurance. Ubezpieczenia w Rolnictwie – Materiały i Studia, v. 2, n. 74, p. 143–168, 2020. Disponível em: DOI: 10.48058/urms/74.2020.3 Acesso em: out. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LATTIN, J.; CARROLL, J. D.; GREEN, P. E. **Análise de dados multivariados**. Tradução de Harue Avritscher. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LIMA, D. V.; AQUINO, A. C. B. Resiliência financeira dos fundos de regimes próprios de previdência em municípios. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, v. 30, n. 81, p. 425-445, 2019.

LIMA, D. V.; GUIMARÃES, O. **Contabilidade Aplicada aos Regimes Próprios de Previdência Social**. Brasília: MPS, 2009. 160 p. – (Coleção Previdência Social, Série Estudos; v. 29, 1. Ed.)

LIMA, D. V.; REICHERT, E. A.; OLIVEIRA, R. **Efeitos da Covid-19 na Resiliência Financeira dos Regimes de Previdência Municipais**, São Bernardo do Campo, ISS/ISBN. 9786580027019, 2019.

LIMA, M. R. dos S. **Gestão do Regime Próprio da Previdência Social: uma investigação sobre o acesso e a compreensão dos servidores frente às informações gerenciais dos municípios do Estado de Pernambuco**. Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Recife, Pernambuco, Brasil, 2006.

LODGE, M.; HOOD, C. Into an age of multiple austerities? Public management and public service bargains across OECD countries. Governance: An **International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v. 25, n. 1, p. 79-101, 2011.

LOURENÇO, R. L., SAUERBRONN, F. F. Revistando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n. 28, p. 99-122, 2016.

MADEY, D. L. Some benefits of integrating qualitative and quantitative methods in program evaluation, with illustrations. **Educational Evaluation and Policy Analysis**, v. 4, n. 2, p. 223-236, 1982. Disponível em: <http://doi:10.3102/01623737004002223>. Acesso em: maio 2021.

MADRID, R. M. L. Análise do regime próprio de previdência social dos servidores públicos efetivos do município de Candelária/RS. 2012. 50f. Trabalho de conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/71496>. Acesso em: fev. 2023.

MAHER, C.; DELLER, S. Measuring municipal fiscal condition: do objective measures of fiscal health relate to subjective measures? **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 23, n. 3, p. 455-478, 2011.

MANLY, B. J. F. **Métodos Estatísticos multivariados**: uma introdução. Tradução de Sara Ianda Carmona. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MANZATO, A.J.; SANTOS, A.B. **A Elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística–Universidade de Santa Catarina, 2012.

MAROCO, J. **Análise Estatística – Com utilização do SPSS**. 2. Ed., Edições Sílabo, 2003.

MARTINS, E. A. Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica. 2012. 283f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Universidade de São Paulo, São Paulo.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEADOWCROFT, J. **James M. Buchanan**. 3. ed. New York: Bloomsbury Academic; London: Bloomsbury Academic, 2013.

MILHOMEM, A. O. A Teoria da escolha pública e a dívida pública federal: uma análise histórica do endividamento brasileiro na nova República. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte**, v. 37, n. 1, p. 12-27, jan./jun. 2019.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. 1. reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MIXON JR, F. G.; SANKARAN, C.; UPADHYAYA, K. P. Is political ideology stable? Evidence from Long-Serving Members of the United States Congress. **Economies**, v. 6, p. 69-87, 2018.

MYRRHA, L. J. D.; OJIMA, R. Dinâmica demográfica, gestão pública e regimes próprios de previdência social: oportunidades e desafios para os servidores e municípios. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 17, n. 1, 2016.

MOORE, D. S. **The basic practice of statistics**. New York, Freeman, 2007.

MORAES, L. P. **Isomorfismo institucional nos regimes próprios de previdência social em municípios de minas gerais**. 2021. 198 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

MORAN, T. K. Research and managerial strategies for integrating evaluation research into agency decision making. **Evaluation Review**, v. 11, n. 5, pg. 612-630, 1987. Disponível em: <http://doi:10.1177/0193841X8701100503>. Acesso em: maio 2021.

MORGAN, G. Accounting as reality construction: towards a new epistemology for accounting practice. **Accounting Organizations and Society**, v. 13, n. 5, p. 477-485, 1988.

MOTTY, A. M. B. Q.; SANCHES, S. L. R. **Quebra de paradigmas na pesquisa contábil: oportunidade para compreender a IFRS 15**. In: Congresso ANPCONT – Belo Horizonte/MG, 2017.

MUELLER, D. D. **Public Choice II**: a revised edition of public choice. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

MUELLER, D. C. Public choice: a survey. **Journal of Economic Literature**, v. 14, n. 2, p. 395-433, 1976.

MUELLER, D. C. Public choice: early contributions. In: CONGLETTON, R. D. et al. (Ed.). **The Oxford handbook of public choice**. Oxford University Press, 2019.

NEUMAN, W. L. **Social Research Methods**: qualitative and quantitative approaches. 7. ed. Pearson New International Edition, 2014.

NISKANEN, W. A. **Bureaucracy and representative government**. Chicago, Aldine-Atherton, 1971.

NOGUEIRA, N. G. **O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS**: de princípio constitucional a política pública de estado. Coleção Previdência Social, Ministério da Previdência Social, v. 34, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, M. D.; BUENO, N. P. Gerenciamento de resultados nos fundos de pensão dos Regimes Próprios de Previdência Social. **Pensar Contábil**, v. 22, n. 78, 2020.

OLIVEIRA, J. A. d. A.; TEIXEIRA, S. M. F. (In) **Previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985. (Coleção Saúde e Realidade Brasileira).

OLSON, M. **The logic of collective action. Public goods and the theory of groups**. Massachusetts, Harvard University Press, 1965.

OVERMANS, J. F. A; NOORDEGRAAF, M. Managing austerity: rhetorical and real responses to fiscal stress in local government. **Public Money & Management**, v. 34, n. 2, p. 99-106, 2014.

PALACIOS, R.; WHITEHOUSE, E. **Civil-service pension schemes around the world**. Social Protection Discussion Paper, 602. Washington, DC: World Bank, 2006.

PASSOS, I, C. et al. **A relação entre o desempenho da gestão fiscal e o desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Rio de Janeiro de 2006 a 2013**. In: XV Congresso USP de Iniciação científica em contabilidade. São Paulo, 2018.

PATTON, M. Q. **Qualitative Research & Evaluation Methods**. SAGE Publications, Inc, 2015.

PARAHOS, R. et al. Construindo indicadores sociais: uma revisão da bibliografia especializada. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 44, 2013.

PEREIRA, P, T. A Teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, v. XXXII (141), p. 419-442, 1997.

PEREIRA, R. C. M.; DA SILVA, F. F.; SAUERBRONN, F. F.; MACEDO, M. A. S. Pesquisa qualitativa em contabilidade: um panorama de sua evolução no congresso ANPCONT à luz da literatura internacional. **Revista contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 41, p. 204-224, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n41p204>. Acesso em: jun. 2021.

PEREIRA, R. J. P. **Estudo das oportunidades de aplicação financeira dos recursos do Regime de Previdência Social do Estado de Santa Catarina**. 2008. 89f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123463>. Acesso em: fev. 2023.

PIKE, A.; DAWLEY, S.; TOMANEY, J. Resilience, adaptation and adaptability. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 3, p. 59–70, 2010.

POLLIT, C. Cuts and reforms – public services as we move into a new era. **Society and Economy**, v. 32, n. 1, p. 17-31, 2010.

PORTO, V.; CAETANO, M. A. **A previdência dos servidores públicos federais: um regime sustentável?** VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília/DF – Centro de Convenções Ulysses Guimarães. 26, 27 e 28 de maio de 2015. <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2236/1/015.pdf>. Acesso em 10/06/2020.

PROCTOR, J. The social construction of nature: relativist accusations, pragmatist and critical realist responses. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 88, n. 3, p. 352–376, 1988.

REGAZZI, A. J. **INF 766 - Análise Multivariada**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. Departamento de Informática. 2001. 166p.

REIS, E. **Estatística Multivariada Aplicada**. 2. ed. Lisboa: Silabo, 2001.

REIS, C. E.; LIMA, D. V.; WILBERT, M. D. Impacto do Registro Contábil da Provisão Matemática Previdenciária dos Servidores Públicos Federais no Balanço Geral da União. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 14, núm. 31, 2017. Santa Catarina.

ROCHA, R. R.; CAETANO, M. A. O sistema previdenciário brasileiro: uma avaliação de desempenho comparada. Texto para Discussão, 1331. Brasília: Ipea, 2008.

ROUZET, D.; SÁNCHEZ, A. C.; RENAULT, T.; ROEHN, O. Fiscal challenges and inclusive growth in ageing societies. **OECD Economic Policy Paper**, v. 27, 2019.

ROWLEY, C. K.; SCHNEIDER, F.; TOLLISON, R. D. The next twenty-five years of public choice. **Public Choice**, v. 77, n. 1, 1993.

SALITERER, I.; JONES, M.; STECCOLINI, I. Introduction: Governments and Crises. In: STECCOLINI, I.; JONES, M.; SALITERER, I. (Orgs.). **Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance)**. Bingley: Emerald Publishing Limited, v. 27. p. 1–16, 2017.

SANDMO, A. Buchanan on political economy: a review article. **The journal of economic literature**, v. XXVIII, 1990.

SANTOS, C. L. T. **A influência da governança previdenciária no desempenho financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência social**: uma análise empírica com uso de regressão múltipla. 2021. 153 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, H. **As reformas da previdência no Brasil e o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência social (RPPS), dos entes federados estaduais da região sudeste**. 2014. 72f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Ebape, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11867?show=full>. Acesso em: fev. 2023.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais**. Brasília, 2019.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais**. Brasília, 2020.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais**. Brasília, 2022.

SCHETTINI, B. P. **Ensaio sobre a previdência e as finanças públicas dos municípios brasileiros**. 2018. 143f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília.

SHARMA, S. **Applied multivariate techniques**. New York: John Wiles & Sons, 1996.

SHAW, K. The rise of the resilient local authority? **Local Government Studies**, v. 38, n. 3, p. 281–300, 2012.

SHUGHART, W. F. II. Teaching public choice at the master's level. **Journal of Economics and Finance Education**, v. 14, n. 2, 2015.

SHUGHART, W. F. II; RAZZOLINI, L. **The Elgar companion to public choice**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2001.

SILVA, M. F. G. Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas de escolha pública-II. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 36, n. 4, p. 38-50, 1996.

SILVA JUNIOR, F. F. S. **Os efeitos da mudança de regime previdenciário nas dívidas dos municípios cearenses**. 2018. 41f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/35107>. Acesso em: fev. 2023.

SILVA, M. C.; SILVA, J. D. G. Análises de componentes principais para elaborar indicadores de desempenho no setor público. **Revista Brasileira de Biometria**. São Paulo, v. 33, n. 3, p. 291-309, 2015.

SILVA, M. C. et al. Indicador de desempenho social com base nas funções sociais: ranking de desempenho dos Estados e do Distrito Federal. **Boletim Governnet de Orçamento e Finanças**, n. 140, v. único, 2016.

SILVEIRA, M. A. C. da. **Eficiência alocativa de investimentos do regime próprio de previdência social dos entes federativos brasileiros**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 49. 2013.

SIMMIE, J.; MARTIN, R. L. A resiliência econômica das regiões: para uma abordagem evolutiva. **Cambridge Journal of Regions, Economia e Sociedade**, v. 3, p. 27–43, 2010.

SODERSTROM, N. S.; SUN, K. J. IFRS adoption and accounting quality: a review. **European Accounting Review**, v. 16, n. 4, p. 675-702, 2007.

SOLIGO, V. Indicadores: conceito e complexidade de mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Estudos em Avaliação Educacional**, p. 12-15, 2012.

SUBEDI, D. Explanatory sequential mixed method design as the third research community of knowledge claim. **American Journal of Educational Research**. v. 4, n. 7, p. 570-577, 2016. Disponível em: <http://pubs.sciepub.com/education/4/7/10>. Acesso em: maio 2021.

SUBSECRETARIA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. Secretaria da Previdência. Ministério da Economia. **Relatório do Indicador de Situação Previdenciária – ISP**, Brasília, 2020.

TAKASHINA, N. T. **Indicadores de qualidade e do desempenho**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

THE ENCYCLOPEDIA OF PUBLIC CHOICE. New York, Boston, Dordrecht, London, Moscow: Kluwer Academic Publishers, 2004. 1144 p. v. 1.

TONETO JR, R. Buchanan e a análise econômica da política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 38, p. 125-145, dez. 1996.

TULLOCK, G. The welfare costs of tariffs, monopoly and theft. **Western Economic Journal**, v. 3, p. 223-233, 1967.

TULLOCK, G.; BRADY, G. L.; SELDON, A. **Government failure:** a primer in public choice. Cato Institute, Washington, 2002.

VIDAL, R.; SASTRY, S. S.; MA, Y. **Generalized Principal Component Analysis.** Nova York: Springer, 2016.

VOLPATO, G. **Ciência:** da filosofia à publicação. 6. ed. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2013.

WOLLIN, D. **Rigor in theory-building from cases**, presented at ANZAM 96 CONFERENCE, Wollongong, NSW, 6-8 December 1996.

WOLMAN, H.; WIAL, H.; CLAIR, T. St.; HILL, E. **Coping with Adversity:** regional economic resilience and public policy. Ithaca; London: Cornell University Press, 2017.

**APÊNDICE A - Ranking dos Municípios Brasileiros Ordenados pelo
Indicador de Resiliência Financeira (IRF-RPPS)**

ENTE	IRF-RPPS
CONFRESA - MT	1
PORTO ALEGRE - RS	0,750119244
PAULÍNIA - SP	0,73137875
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP	0,582712021
SÃO PAULO - SP	0,578389296
CAMPINAS - SP	0,578267203
JUNDIAÍ - SP	0,561812775
RIBEIRÃO PRETO - SP	0,559481638
ALTAMIRA DO PARANÁ - PR	0,541825213
DUQUE DE CAXIAS - RJ	0,519702803
SERRA NEGRA - SP	0,519005666
TRIUNFO - RS	0,509584072
CUBATÃO - SP	0,507122461
CANOAS - RS	0,48615915
BERTIOGA - SP	0,481253386
ARROIO DO MEIO - RS	0,479935718
SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP	0,475703612
RIO DE JANEIRO - RJ	0,468815889
NOVO HAMBURGO - RS	0,467364603
SANTOS - SP	0,4643434
FLORIANÓPOLIS - SC	0,461288863
NITERÓI - RJ	0,446399279
MOGI DAS CRUZES - SP	0,43426328
BOA ESPERANÇA - MG	0,433802438
CURITIBA - PR	0,432679394
SÃO SEBASTIÃO - SP	0,431395548
JOINVILLE - SC	0,429001933
CARLOS BARBOSA - RS	0,427086241
CANDEIAS - MG	0,426116633
ITAPEMIRIM - ES	0,426078675
CAXIAS DO SUL - RS	0,424321619
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP	0,424018791
GUARUJÁ - SP	0,423233309
BOA VISTA DO SUL - RS	0,420160348
SOROCABA - SP	0,417242131
CANDIOTA - RS	0,40871703
ITAJAÍ - SC	0,40595087
PIRACICABA - SP	0,401842293
PASSO FUNDO - RS	0,396300674
GUARULHOS - SP	0,388877617
SANTA MARIA - RS	0,388800144
ARAUCÁRIA - PR	0,38714207
IÇARA - SC	0,385375037
BELO HORIZONTE - MG	0,38324708
LONDRINA - PR	0,380924531

ENTE	IRF-RPPS
CAMPO NOVO DO PARECIS - MT	0,378035758
MONTENEGRO - RS	0,376670755
FARROUPILHA - RS	0,373496704
SANTO ANDRÉ - SP	0,371541801
IPOJUCA - PE	0,371151822
SÃO FRANCISCO DO CONDE - BA	0,370009213
BLUMENAU - SC	0,369213544
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - SP	0,366850371
GOIÂNIA - GO	0,366357671
ANGRA DOS REIS - RJ	0,365202746
GUAÍBA - RS	0,364493283
TRÊS ARROIOS - RS	0,363389785
AMERICANA - SP	0,361681117
ARACAJU - SE	0,359732897
RECIFE - PE	0,356126292
JABOTICABAL - SP	0,354811332
CRICIÚMA - SC	0,353922167
RIO GRANDE - RS	0,353335673
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC	0,353064797
SUMARÉ - SP	0,351787247
TAUBATÉ - SP	0,351684811
SALVADOR - BA	0,350899561
BARUERI - SP	0,350791293
GARIBALDI - RS	0,345218082
LOUVEIRA - SP	0,344780405
ARATIBA - RS	0,341226776
FORTALEZA - CE	0,341223567
OSÓRIO - RS	0,3401597
JARAGUÁ DO SUL - SC	0,339670639
BENTO GONÇALVES - RS	0,335386651
SALVADOR DAS MISSÕES - RS	0,335145869
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP	0,334371193
VOTORANTIM - SP	0,333938755
ITAPOÁ - SC	0,331236313
CONGONHAS - MG	0,329847099
VITÓRIA - ES	0,329517092
RONDONÓPOLIS - MT	0,32906366
VENÂNCIO AIRES - RS	0,325083352
BAURU - SP	0,325051453
IJUÍ - RS	0,321985022
SILVEIRA MARTINS - RS	0,319867326
DOIS LAJEADOS - RS	0,318571147
NOVA ROMA DO SUL - RS	0,317261884
GARRUCHOS - RS	0,315066109
SÃO VENDELINO - RS	0,313073664
DIADEMA - SP	0,312546082
SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO - RS	0,312284732
CHAPECÓ - SC	0,306884418
CORONEL PILAR - RS	0,305508728
CUIABÁ - MT	0,305077244
CAJAMAR - SP	0,302714846

ENTE	IRF-RPPS
CAMPO GRANDE - MS	0,30137199
CATANDUVA - SP	0,301057636
SERTÃOZINHO - SP	0,300831497
JOAÇABA - SC	0,300789984
SÃO PEDRO DO BUTIÁ - RS	0,30049312
ANÁPOLIS - GO	0,300468765
EUGÊNIO DE CASTRO - RS	0,3003088
JOÃO NEIVA - ES	0,300013376
PRINCESA ISABEL - PB	0,298220315
MARÍLIA - SP	0,298192575
NÃO-ME-TOQUE - RS	0,297989969
MAFRA - SC	0,29772782
VALINHOS - SP	0,2948385
JUIZ DE FORA - MG	0,294807733
AGUDO - RS	0,294413683
OLINDA - PE	0,294050364
CAMAÇARI - BA	0,293552687
MORRINHOS DO SUL - RS	0,292999088
CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE	0,292779592
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE - PE	0,291682207
INDAIATUBA - SP	0,291279635
LENÇÓIS PAULISTA - SP	0,288276302
CAIEIRAS - SP	0,288142976
TUCUNDUVA - RS	0,286940673
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR	0,285146341
ENCANTADO - RS	0,284049838
HORIZONTINA - RS	0,283351821
TERESINA - PI	0,2820067
PASSA SETE - RS	0,281525678
SÃO LUÍS - MA	0,281312987
SAPUCAIA DO SUL - RS	0,281211415
VILA FLORES - RS	0,280462737
POMERODE - SC	0,2803158
MAGDA - SP	0,280066164
ENGENHO VELHO - RS	0,280051873
SALTO VELOSO - SC	0,279876689
DIVINÓPOLIS - MG	0,279684308
MACAÉ - RJ	0,279217225
NOVA FRIBURGO - RJ	0,279111433
HERVAL D'OESTE - SC	0,278045897
CACHOEIRA DOURADA - GO	0,278034072
SÃO VICENTE - SP	0,277977158
TIBAGI - PR	0,275830489
CERRO GRANDE - RS	0,274897435
VARGEM ALTA - ES	0,274779829
SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	0,274021236
VIAMÃO - RS	0,273871832
SANTA LUZIA - MG	0,273250531
FLORES DA CUNHA - RS	0,272848869
FELIXLÂNDIA - MG	0,272245443
UBATUBA - SP	0,272192452

ENTE	IRF-RPPS
CERQUILHO - SP	0,272046147
IGARASSU - PE	0,271402094
GENERAL SALGADO - SP	0,270977976
NATAL - RN	0,270879904
SERRA DA SAUDADE - MG	0,270566992
VERANÓPOLIS - RS	0,269601728
NOVO MACHADO - RS	0,269049441
CARAZINHO - RS	0,268553887
CANDELÁRIA - RS	0,2683113
BARRA DO RIO AZUL - RS	0,268046171
NOVA PÁDUA - RS	0,26796622
SANTA ROSA - RS	0,26774252
GUAÍRA - SP	0,266536218
OUVIDOR - GO	0,266349154
TRÊS PASSOS - RS	0,266174765
VÁRZEA PAULISTA - SP	0,265821565
LAGES - SC	0,265321673
ESTÂNCIA VELHA - RS	0,264643345
BETIM - MG	0,264341938
RIO DO CAMPO - SC	0,263453235
VOLTA REDONDA - RJ	0,262830736
PRESIDENTE PRUDENTE - SP	0,261969239
FOZ DO IGUAÇU - PR	0,261917732
LIMEIRA - SP	0,260593122
MACATUBA - SP	0,260293149
UNIÃO DA VITÓRIA - PR	0,2596339
SÃO LEOPOLDO - RS	0,259140371
HORTOLÂNDIA - SP	0,257791018
ESTAÇÃO - RS	0,255500515
BRUSQUE - SC	0,25483734
GRAMADO DOS LOUREIROS - RS	0,254775009
EREBANGO - RS	0,25374476
XANGRI-LÁ - RS	0,253284959
SÃO JOSÉ DO HERVAL - RS	0,252987883
UBIRETAMA - RS	0,252772923
PORTO VERA CRUZ - RS	0,252393215
CONSTANTINA - RS	0,252071837
ITAGUAÍ - RJ	0,251897554
HARMONIA - RS	0,251875794
SANTA VITÓRIA - MG	0,251795977
FAGUNDES VARELA - RS	0,251220464
OUROESTE - SP	0,251079155
TOLEDO - PR	0,250960535
FLOREAL - SP	0,250068393
SALETE - SC	0,25002036
PALMEIRA DAS MISSÕES - RS	0,249694122
CAMPO MOURÃO - PR	0,249575048
SALDANHA MARINHO - RS	0,249515883
ITAPIRA - SP	0,249440022
DOURADOS - MS	0,249397177
CÂNDIDO MOTA - SP	0,249259568

ENTE	IRF-RPPS
ALECRIM - RS	0,248883838
BROCHIER - RS	0,247378521
CATALÃO - GO	0,246859013
NOVA SANTA RITA - RS	0,246617936
SÃO BORJA - RS	0,246568789
NOVA PRATA - RS	0,246260698
JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	0,245912592
LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS	0,245429066
CUSTÓDIA - PE	0,244424661
SÃO JOSÉ DO INHACORÁ - RS	0,244185648
RIO VERDE - GO	0,243725445
CORONEL BARROS - RS	0,243433618
CAMARAGIBE - PE	0,24282927
ROLÂNDIA - PR	0,242680957
VIADUTOS - RS	0,242282769
SÃO NICOLAU - RS	0,241532277
NOVA IGUAÇU - RJ	0,241210274
MATO LEITÃO - RS	0,241157151
ITUIUTABA - MG	0,240015441
PATOS DE MINAS - MG	0,239908756
CRAVINHOS - SP	0,239579948
ITAPECERICA DA SERRA - SP	0,239001705
PORTO VELHO - RO	0,238871077
COLORADO - RS	0,238798589
ARROIO TRINTA - SC	0,237733802
SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES - RS	0,237351339
SALTO DE PIRAPORA - SP	0,236349729
CAÇADOR - SC	0,236204697
SERRANOS - MG	0,235935737
PEJUÇARA - RS	0,235887616
PEDRO CANÁRIO - ES	0,235753872
CHAPADÃO DO CÉU - GO	0,235530294
EXTREMA - MG	0,23551276
MURIAÉ - MG	0,234612337
BAMBUÍ - MG	0,234517091
TURIÚBA - SP	0,23425222
SÃO BENTO DO SUL - SC	0,234214184
SÃO LOURENÇO DA MATA - PE	0,233883929
ITAQUI - RS	0,233632016
ANTA GORDA - RS	0,233429038
IBIAÇÁ - RS	0,233290062
SARANDI - RS	0,232858105
CACHOEIRINHA - RS	0,232543884
NOVA CASTILHO - SP	0,231939615
ITABIRA - MG	0,231663925
PORTO FERREIRA - SP	0,231435065
APARECIDA DO TABOADO - MS	0,231368654
JALES - SP	0,23118798
RANCHO ALEGRE D'OESTE - PR	0,231028099
ASSIS - SP	0,230883218
ARVOREZINHA - RS	0,230702518

ENTE	IRF-RPPS
CHAPADÃO DO SUL - MS	0,230608794
MERIDIANO - SP	0,230580705
CRISTAL - RS	0,230543126
IBIRUBÁ - RS	0,23022447
TRÊS DE MAIO - RS	0,229843213
PORTO LUCENA - RS	0,229780227
CORDEIRO - RJ	0,229599244
UBERLÂNDIA - MG	0,229347347
BIRIGUI - SP	0,229002673
SÃO JOSÉ - SC	0,228697602
ORLÂNDIA - SP	0,228283802
PERUÍBE - SP	0,2280586
SÃO MARCOS - RS	0,227639783
NONOAI - RS	0,227338826
CARAGUATATUBA - SP	0,227252987
QUEVEDOS - RS	0,226706041
VILA MARIA - RS	0,226387462
PALOTINA - PR	0,225548436
SERRA - ES	0,224561796
CAMPINA DAS MISSÕES - RS	0,224297407
NOVA BOA VISTA - RS	0,224281121
NOVA BRÉSCIA - RS	0,224113294
QUINZE DE NOVEMBRO - RS	0,223896425
COIMBRA - MG	0,223886593
NOVA CANDELÁRIA - RS	0,223829298
AREAL - RJ	0,223424961
ENTRE-IJUÍ - RS	0,223362353
ILHA SOLTEIRA - SP	0,223322781
CONDOR - RS	0,2230996
SANTO ÂNGELO - RS	0,223072324
ITANHAÉM - SP	0,223028819
LEANDRO FERREIRA - MG	0,222889732
BOM JARDIM - RJ	0,222887436
JACAREÍ - SP	0,222834887
PALMAS - TO	0,222400688
RONDINHA - RS	0,221002244
MACAPÁ - AP	0,220941114
NOVA OLÍMPIA - MT	0,220570515
TURMALINA - SP	0,220393487
TAPIRATIBA - SP	0,219781124
TIJUCAS - SC	0,21950192
JÓIA - RS	0,219185517
RIO DO SUL - SC	0,219065047
OSASCO - SP	0,218949665
TIMBÓ - SC	0,218926482
DONA FRANCISCA - RS	0,218896636
SALTO DO JACUÍ - RS	0,218393564
JAGUARIÚNA - SP	0,218386472
ALEGRETE - RS	0,217939995
UMUARAMA - PR	0,217743036
ANTÔNIO PRADO - RS	0,217548396

ENTE	IRF-RPPS
FEIRA DE SANTANA - BA	0,21722037
TARUMÃ - SP	0,217144136
PASSO DO SOBRADO - RS	0,217122823
BOQUEIRÃO DO LEÃO - RS	0,217075007
ITUVERAVA - SP	0,217001808
MIRASSOL D'OESTE - MT	0,216657925
MARICÁ - RJ	0,216537102
IVORÁ - RS	0,21620407
LUCAS DO RIO VERDE - MT	0,216110995
ITAQUAQUECETUBA - SP	0,216110176
BARÃO - RS	0,216053927
ESTEIO - RS	0,215960892
DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO - RS	0,215906899
VERA CRUZ - RS	0,215760544
RANCHO QUEIMADO - SC	0,215586722
POPULINA - SP	0,215414994
PARNAÍBA - PI	0,214767655
VIDEIRA - SC	0,214516995
PORTO RICO - PR	0,214459893
PALMEIRA - PR	0,214455916
BOM JESUS DOS PERDÕES - SP	0,214219089
GUANHÃES - MG	0,214164161
NOVA BASSANO - RS	0,213895415
GUARANTÃ DO NORTE - MT	0,213698587
SANTIAGO - RS	0,213684497
TUPANDI - RS	0,21348172
GETÚLIO VARGAS - RS	0,213216438
PORTÃO - RS	0,213049429
ESCADA - PE	0,213046092
PRAIA GRANDE - SP	0,213035669
RIO BRANCO - AC	0,212801779
SÃO MANUEL - SP	0,212602432
CIRÍACO - RS	0,212487027
MANAUS - AM	0,212459715
PINHAIS - PR	0,212354995
FORTALEZA DOS VALOS - RS	0,212327371
CORUMBÁ - MS	0,212225205
SÃO JOSÉ DOS AUSENTES - RS	0,212150103
JARDIM OLINDA - PR	0,211734057
SÃO MATEUS DO SUL - PR	0,211643861
JOÃO PESSOA - PB	0,211395211
JACUTINGA - RS	0,210603563
TANGARÁ DA SERRA - MT	0,210582324
CAMPOS BORGES - RS	0,210518322
JARDIM - MS	0,210331274
PORCIÚNCULA - RJ	0,210086162
IBIRAIARAS - RS	0,209818144
CHARQUEADAS - RS	0,20969907
SÃO GONÇALO - RJ	0,209658368
ANTÔNIO CARLOS - SC	0,209497179
GRAVATAÍ - RS	0,209340592

ENTE	IRF-RPPS
SALVADOR DO SUL - RS	0,209177315
CANGUÇU - RS	0,208783826
IPÊ - RS	0,208341186
RENASCENÇA - PR	0,208308995
JAQUIRANA - RS	0,207929843
SANTA RITA DO PASSA QUATRO - SP	0,207329478
GOIANDIRA - GO	0,207258652
ANCHIETA - ES	0,207221994
ALTA FLORESTA - MT	0,207200334
CAIUÁ - SP	0,206950551
CAMBÉ - PR	0,206679622
MOSSORÓ - RN	0,206345608
PINHAL GRANDE - RS	0,206328196
DOM PEDRO DE ALCÂNTARA - RS	0,206312874
RESTINGA SECA - RS	0,206307454
IGARAPAVA - SP	0,206178455
PIRAÍ - RJ	0,205751411
IGREJINHA - RS	0,205566092
SERRANÓPOLIS - GO	0,205215457
CONTAGEM - MG	0,205206115
CARAÁ - RS	0,204978109
ÁGUA SANTA - RS	0,20480098
ITAMBÉ - PE	0,20467216
HUMAITÁ - RS	0,204640856
VICTOR GRAEFF - RS	0,20457273
SERAFINA CORRÊA - RS	0,204562141
MARIANA - MG	0,204307269
TAQUARITINGA - SP	0,204049508
BALNEÁRIO BARRA DO SUL - SC	0,203503964
PAULISTA - PE	0,203378639
TAPEJARA - RS	0,203192068
BOTUCATU - SP	0,203113786
IPIAÇU - MG	0,203031255
MIGUELÓPOLIS - SP	0,202937059
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO - PR	0,202895257
CAPIVARI - SP	0,202833378
OURINHOS - SP	0,202793274
DOIS IRMÃOS - RS	0,202643849
FREDERICO WESTPHALEN - RS	0,202550904
FERNANDÓPOLIS - SP	0,202432264
ALVORADA - RS	0,202227273
BILAC - SP	0,202149491
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES	0,202067304
SOLEDADE - RS	0,202006466
VILA LÂNGARO - RS	0,201547862
NOVO TIRADENTES - RS	0,200665992
MESÓPOLIS - SP	0,20058854
ITAJOBÍ - SP	0,200573434
PELOTAS - RS	0,200412741
CAÇAPAVA DO SUL - RS	0,200276072
SÃO GABRIEL DA PALHA - ES	0,200254481

ENTE	IRF-RPPS
EMBU DAS ARTES - SP	0,199989965
SÃO JOÃO DEL REI - MG	0,199968333
PORTO FELIZ - SP	0,198658391
INÁCIO MARTINS - PR	0,198216171
INDEPENDÊNCIA - RS	0,19789121
GASTÃO VIDIGAL - SP	0,197541606
ÁGUIA BRANCA - ES	0,197415944
VARGINHA - MG	0,197365155
BARRA DO BUGRES - MT	0,196985537
NOVA PALMA - RS	0,19697163
ZACARIAS - SP	0,196966118
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE	0,196516607
PONTÃO - RS	0,196457522
ARROIO GRANDE - RS	0,19595852
NAVEGANTES - SC	0,19585626
TRÊS PALMEIRAS - RS	0,195477907
SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - RS	0,195469708
CÂNDIDO GODÓI - RS	0,19523473
GIRUÁ - RS	0,195112288
MUNDO NOVO - MS	0,194958626
MEDIANEIRA - PR	0,194773322
SÃO JOÃO DA BARRA - RJ	0,194571035
PORTO MAUÁ - RS	0,194459777
MARINGÁ - PR	0,194290527
JUAZEIRO - BA	0,194151115
MARACANAÚ - CE	0,193971535
BOM PRINCÍPIO - RS	0,193786411
BALNEÁRIO PIÇARRAS - SC	0,193681196
SÃO VALENTIM DO SUL - RS	0,193630935
ARCOVERDE - PE	0,193540014
PANTANO GRANDE - RS	0,193505502
SINOP - MT	0,193005548
ERNESTINA - RS	0,192968813
GARÇA - SP	0,192883452
GRAVATÁ - PE	0,192660871
SANTO CRISTO - RS	0,192502692
TAQUARA - RS	0,192362394
ROQUE GONZALES - RS	0,192292112
JERÔNIMO MONTEIRO - ES	0,192170954
LEME - SP	0,191931592
IRATI - PR	0,191842198
ITAÚNA - MG	0,191657922
CURITIBANOS - SC	0,191506671
SÃO LUIZ GONZAGA - RS	0,19096247
CAMPO LARGO - PR	0,19079743
ARAQUARI - SC	0,190710778
ESTRELA D'OESTE - SP	0,190450791
MAMPITUBA - RS	0,190418157
VIANA - ES	0,190352915
POXORÉO - MT	0,190236868
LAMBARI D'OESTE - MT	0,190232414

ENTE	IRF-RPPS
ITAÍ - SP	0,189888772
TUPANCIRETÃ - RS	0,189562075
ITAIÓPOLIS - SC	0,189557577
PARANAÍBA - MS	0,189525431
AVARÉ - SP	0,18935703
FAXINAL DO SOTURNO - RS	0,189270615
ONÇA DE PITANGUI - MG	0,188799361
PRIMAVERA DO LESTE - MT	0,188608881
ROCA SALES - RS	0,188192362
SANTA BÁRBARA DO SUL - RS	0,18770225
ESTRELA DO INDAIÁ - MG	0,187694263
CANARANA - MT	0,187527123
CIANORTE - PR	0,187418231
CARPINA - PE	0,187303683
MUTUNÓPOLIS - GO	0,187224534
COLORADO - PR	0,186822969
ANDIRÁ - PR	0,186821176
CIDREIRA - RS	0,186673458
TRAMANDAÍ - RS	0,186399783
SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA - GO	0,186203416
DILERMANDO DE AGUIAR - RS	0,18612151
TEUTÔNIA - RS	0,185686654
CHAPADA - RS	0,185660636
PALMARES - PE	0,185605109
FRANCISCO BELTRÃO - PR	0,185602803
SÃO LOURENÇO DO SUL - RS	0,185221099
TRÊS LAGOAS - MS	0,185185516
NOVA AURORA - PR	0,184952664
MONTE MOR - SP	0,18454754
MONÇÕES - SP	0,184501712
BIGUAÇU - SC	0,184388278
ANITÁPOLIS - SC	0,184145031
NOVA SANTA HELENA - MT	0,18411184
COTIA - SP	0,183971324
PIRAPÓ - RS	0,183929889
ARAPOTI - PR	0,183925903
MARACAJU - MS	0,183913619
GUARATUBA - PR	0,183746212
TRÊS MARIAS - MG	0,183679896
CACIQUE DOBLE - RS	0,183310845
CONCHAL - SP	0,183217839
IBIPORÃ - PR	0,183169285
POUSO ALEGRE - MG	0,183103474
CORONEL BICACO - RS	0,182771194
PARECI NOVO - RS	0,18244481
NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR	0,182295637
BARRA FUNDA - RS	0,182182738
TRÊS CORAÇÕES - MG	0,181080977
SORRISO - MT	0,180955356
AMETISTA DO SUL - RS	0,180937549
JACIARA - MT	0,180889955

ENTE	IRF-RPPS
SÃO FRANCISCO - SP	0,180781252
PARAÍSO DO SUL - RS	0,180608969
BOM DESPACHO - MG	0,180249529
MINDURI - MG	0,180199009
SÃO PAULO DAS MISSÕES - RS	0,179979998
BOM SUCESSO - MG	0,179910569
RIO NEGRINHO - SC	0,179531515
CARUARU - PE	0,179490991
CÁCERES - MT	0,178959158
PARAOPEBA - MG	0,178883257
ORINDIÚVA - SP	0,17886095
LAGOA VERMELHA - RS	0,17863032
COXIM - MS	0,178592413
RONDA ALTA - RS	0,178542409
ARAGUAÍNA - TO	0,178515336
MACIEIRA - SC	0,178508726
MUITOS CAPÕES - RS	0,17837488
DOM PEDRITO - RS	0,178216086
SÃO JOÃO DE IRACEMA - SP	0,178164852
SETE DE SETEMBRO - RS	0,178051277
SANTO AUGUSTO - RS	0,178048654
VILA RICA - MT	0,178044089
PARANAIGUARA - GO	0,178032099
TAIAÇU - SP	0,177874852
GUIRATINGA - MT	0,177819855
BOSSOROCA - RS	0,177593358
ITAPETININGA - SP	0,177506326
ITU - SP	0,177346307
PALHOÇA - SC	0,177340484
CONCÓRDIA - SC	0,177273122
ICAPUÍ - CE	0,177254485
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS	0,17703995
TAPERA - RS	0,17701145
PETROLINA - PE	0,17696944
MOSTARDAS - RS	0,176916224
LAVÍNIA - SP	0,176867999
PIRACEMA - MG	0,176839965
ESTRELA VELHA - RS	0,176722828
ILHOTA - SC	0,176480098
SÃO GABRIEL - RS	0,176411021
PARANAPOEMA - PR	0,176249339
PANAMBI - RS	0,176121254
UBÁ - MG	0,175974375
CERQUEIRA CÉSAR - SP	0,175888933
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES - RS	0,175720129
CARIACICA - ES	0,175390738
GURINHATÃ - MG	0,174991382
JARU - RO	0,174747462
MARATÁ - RS	0,174610222
PITANGA - PR	0,17439902
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS - MG	0,174056132

ENTE	IRF-RPPS
NOVA LUZITÂNIA - SP	0,174047265
VALE DO SOL - RS	0,174009056
PATROCÍNIO - MG	0,173875405
ARARAS - SP	0,173603616
MARIÓPOLIS - PR	0,173520573
DIRCE REIS - SP	0,173368758
VESPASIANO - MG	0,17336171
ILÓPOLIS - RS	0,173282699
MINAÇU - GO	0,17327443
ANHANGUERA - GO	0,173228655
SANANDUVA - RS	0,173139821
MIMOSO DO SUL - ES	0,173077024
NILÓPOLIS - RJ	0,172977824
MACAÍBA - RN	0,172905125
PAROBÉ - RS	0,172818595
CAXAMBU - MG	0,172773481
UBERABA - MG	0,172769139
TABOÃO DA SERRA - SP	0,172662118
REDENTORA - RS	0,172622335
GUAPORÉ - RS	0,172560532
TRÊS PONTAS - MG	0,172121228
LOBATO - PR	0,171928324
ALMIRANTE TAMANDARÉ - PR	0,171850991
CAIÇARA - RS	0,171718874
JAGUARI - RS	0,171715682
ALTO ALEGRE - RS	0,171455544
UNAÍ - MG	0,17126768
OLÍMPIO NORONHA - MG	0,171065627
PORTO ESPERIDIÃO - MT	0,170881111
PASSA QUATRO - MG	0,170722201
DEZESSEIS DE NOVEMBRO - RS	0,170524996
ARACATI - CE	0,170438952
CAIBATÉ - RS	0,170355325
ROSÁRIO DO SUL - RS	0,170298538
SÃO SEPÉ - RS	0,170030405
VILA NOVA DO SUL - RS	0,169874922
PARANAVAÍ - PR	0,169482907
RESENDE - RJ	0,168999111
ENCRUZILHADA DO SUL - RS	0,168901491
LAMBARI - MG	0,168588281
PONTA PORÃ - MS	0,168506348
JANIÓPOLIS - PR	0,168260459
CACHOEIRA DO SUL - RS	0,168050675
SEGREDO - RS	0,168004324
CAFELÂNDIA - PR	0,16787082
CERRO BRANCO - RS	0,167849385
PARAGUAÇU PAULISTA - SP	0,167687467
PARAGOMINAS - PA	0,167649227
POSSE - GO	0,167577137
CAMPINA DO SIMÃO - PR	0,167348814
MORRO AGUDO - SP	0,167206117

ENTE	IRF-RPPS
VIÇOSA - MG	0,166911057
JATEÍ - MS	0,166706917
PRATINHA - MG	0,166644274
SÃO FRANCISCO DO SUL - SC	0,16660852
NERÓPOLIS - GO	0,166461962
ARRAIAL DO CABO - RJ	0,166356297
ARACRUZ - ES	0,166340333
CRISTALINA - GO	0,16624507
PARACATU - MG	0,166031418
OURIZONA - PR	0,166002302
DOUTOR SEVERIANO - RN	0,165968886
PEDRAS ALTAS - RS	0,165664054
UNIÃO PAULISTA - SP	0,165281214
PARAÍ - RS	0,165176617
LAPA - PR	0,16514936
ITAPAGIPE - MG	0,16505128
FELIZ - RS	0,164929591
TELÊMACO BORBA - PR	0,164922208
PINHEIRO PRETO - SC	0,164713416
BOA VISTA - RR	0,164712349
JUARA - MT	0,164661298
SEVERÍNIA - SP	0,164647969
CAMAQUÃ - RS	0,164515972
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE	0,164325842
JAURU - MT	0,164320252
TEIXEIRA SOARES - PR	0,164025928
PAPANDUVA - SC	0,163510608
LIBERATO SALZANO - RS	0,163336178
IBIRAPUITÃ - RS	0,163219286
SEBERI - RS	0,163140424
SETE QUEDAS - MS	0,162891112
ANGELINA - SC	0,162765784
NOBRES - MT	0,162765403
APARECIDA DO RIO DOCE - GO	0,162753899
CHOROZINHO - CE	0,162604878
ALTO ARAGUAIA - MT	0,162041062
ARAPONGA - MG	0,161999051
CAFEARA - PR	0,161975754
CAMPANHA - MG	0,161662006
REGISTRO - SP	0,161480559
PORTO MURTINHO - MS	0,161256056
RIBEIRÃO - PE	0,160704886
CASCADEL - PR	0,1604887
ITACURUBA - PE	0,160373827
PORTO UNIÃO - SC	0,159846574
LEOBERTO LEAL - SC	0,159829728
SÃO ROQUE - SP	0,159505733
PASSA TEMPO - MG	0,159420603
PALMARES DO SUL - RS	0,159338959
GUARAPUAVA - PR	0,159260554
PIÊN - PR	0,159220606

ENTE	IRF-RPPS
BARRA VELHA - SC	0,15914645
VASSOURAS - RJ	0,158816696
ITABORAÍ - RJ	0,158702739
FORMIGUEIRO - RS	0,158572195
RIO AZUL - PR	0,158517479
SÃO TOMÉ - PR	0,158134146
BELA VISTA DO PARAÍSO - PR	0,15812786
ITAGUAJÉ - PR	0,15799395
CURVELÂNDIA - MT	0,157737366
GUAPIAÇU - SP	0,157667195
ANGELIM - PE	0,157611991
IVOTI - RS	0,157568245
ELDORADO - MS	0,157418119
ACARAPÉ - CE	0,157197367
AFOGADOS DA INGAZEIRA - PE	0,157059288
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ - SC	0,157043807
ALTO PARANÁ - PR	0,156983709
RIACHO DAS ALMAS - PE	0,156951177
BOA ESPERANÇA - PR	0,156739974
CARLOS CHAGAS - MG	0,156551317
CAMPINA GRANDE - PB	0,156416651
VIRGINÓPOLIS - MG	0,156177034
MATELÂNDIA - PR	0,156014048
BOM JESUS - RN	0,155822678
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC	0,155609796
SÃO MARTINHO - RS	0,155554125
SELBACH - RS	0,155475058
LAGOA FORMOSA - MG	0,155432208
BOM JESUS DA PENHA - MG	0,155327192
JATAÍ - GO	0,155300421
MONTES CLAROS - MG	0,155289995
CONCEIÇÃO DO PARÁ - MG	0,155207032
CAMPO VERDE - MT	0,155078495
MOSSÂMEDES - GO	0,155029885
TUPANATINGA - PE	0,154912527
PIRES DO RIO - GO	0,154889221
ITAPISSUMA - PE	0,154884755
MINEIROS - GO	0,154868617
PARANAPUÃ - SP	0,154699168
SALES - SP	0,154675259
PATO BRANCO - PR	0,154659441
TAPES - RS	0,154382855
QUIRINÓPOLIS - GO	0,154356006
CAUCAIA - CE	0,154100801
COLOMBO - PR	0,15395416
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL - SP	0,153605047
MANGARATIBA - RJ	0,153491018
ESTRELA - RS	0,153434292
NOVA ARAÇÁ - RS	0,153387962
MARILUZ - PR	0,153142672
CAMPO BONITO - PR	0,153057254

ENTE	IRF-RPPS
PARISI - SP	0,153013086
REDENÇÃO - CE	0,152913997
COMODORO - MT	0,152778858
SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS	0,152392727
ICONHA - ES	0,152343936
SÃO TOMÉ - RN	0,152240333
PONTE BRANCA - MT	0,152155277
GOIATUBA - GO	0,152108748
BOM SUCESSO - PR	0,152074603
ARAPUTANGA - MT	0,152071788
OLIVEIRA - MG	0,152063614
JABOTI - PR	0,151997887
VARRE-SAI - RJ	0,151805948
ITAPEVI - SP	0,151682001
SÃO FRANCISCO DE ASSIS - RS	0,151504598
ITAÚBA - MT	0,15147807
NOVA ESPERANÇA DO SUL - RS	0,151384057
PARAÚNA - GO	0,151349838
RESERVA DO IGUAÇU - PR	0,151247925
ITAQUITINGA - PE	0,151229135
ARAÇU - GO	0,151082811
DIVINOLÂNDIA - SP	0,150909895
ERECHIM - RS	0,150846986
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO - RJ	0,150823762
LAVRAS - MG	0,150763307
NOVA MUTUM - MT	0,150425223
NOVA SERRANA - MG	0,150135162
VITÓRIA DAS MISSÕES - RS	0,150003086
CACHOEIRA DOURADA - MG	0,149983638
CANOINHAS - SC	0,149775808
PINHÃO - PR	0,149482979
IMBITUVA - PR	0,149445885
PITANGUEIRAS - SP	0,149410294
ANDRADAS - MG	0,149220309
PORTO XAVIER - RS	0,149027623
LAGOA DO CARRO - PE	0,148563934
CORBÉLIA - PR	0,148508483
JATAÚBA - PE	0,148253119
GUARACI - PR	0,148046655
CORONEL MACEDO - SP	0,147970351
BOA VISTA DO BURICÁ - RS	0,14793216
DOURADINA - MS	0,147714015
CANTAGALO - PR	0,147611482
COSTA RICA - MS	0,147595084
MARABÁ - PA	0,147545734
CABEDELO - PB	0,147375593
TERRA NOVA DO NORTE - MT	0,147303859
ITAPETIM - PE	0,147110985
TAPEJARA - PR	0,147053445
RIO NEGRO - PR	0,1469739
SERRANA - SP	0,146969246

ENTE	IRF-RPPS
MARECHAL DEODORO - AL	0,14682119
NAVIRAÍ - MS	0,146815854
ITAPEVA - SP	0,146779035
SÃO JOÃO DA URTIGA - RS	0,146677828
ARAÇARIGUAMA - SP	0,146656367
FERNANDES PINHEIRO - PR	0,146600257
RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS	0,146527021
PARAGUAÇU - MG	0,146471138
ITIQUEIRA - MT	0,146442642
COLINAS DO TOCANTINS - TO	0,146382255
JARAGUÁ - GO	0,146340438
MONTIVIDIU - GO	0,146309856
CRUZEIRO DO SUL - PR	0,146115525
TOROPI - RS	0,146070548
VALENTIM GENTIL - SP	0,14594426
INDIANÓPOLIS - PR	0,14593065
PORANGATU - GO	0,145895545
NOVA XAVANTINA - MT	0,14578629
CAMBUCI - RJ	0,145738893
GOUVELÂNDIA - GO	0,14563123
BOM CONSELHO - PE	0,145303088
MORRO REUTER - RS	0,145257367
LARANJEIRAS DO SUL - PR	0,145240044
BOA VISTA DAS MISSÕES - RS	0,145198224
PALMEIRINA - PE	0,145119886
GUARACI - SP	0,145060452
CRUZEIRO DO OESTE - PR	0,14495819
TAMBAÚ - SP	0,144452843
MACAUBAL - SP	0,144300628
FLOR DA SERRA DO SUL - PR	0,144283836
MAJOR VIEIRA - SC	0,143987016
BUÍQUE - PE	0,143965085
CONDE - PB	0,143953519
PUTINGA - RS	0,143907351
RAFARD - SP	0,143692499
SÃO LUÍS DE MONTES BELOS - GO	0,143653662
ARROIO DO SAL - RS	0,143425179
IRETAMA - PR	0,143253712
RONCADOR - PR	0,142132739
DIVINO - MG	0,141780474
TAMBOARA - PR	0,141717916
NOVA CRIXÁS - GO	0,141392131
JANDAIA DO SUL - PR	0,141380152
PATY DO ALFERES - RJ	0,141329174
LAVRAS DO SUL - RS	0,141287089
CÓRREGO DANTA - MG	0,141183277
CAPELA DE SANTANA - RS	0,140969502
GARANHUNS - PE	0,14086111
LOANDA - PR	0,140818468
SÃO PEDRO DO SUL - RS	0,140793484
PRUDENTÓPOLIS - PR	0,140654846

ENTE	IRF-RPPS
HOLAMBRA - SP	0,140535592
TACURU - MS	0,14048955
EUSÉBIO - CE	0,139915547
JAPERI - RJ	0,139840054
MONTE BELO - MG	0,139780557
ACREÚNA - GO	0,139770285
MARIALVA - PR	0,139723532
NOVA TRENTO - SC	0,139700032
TAQUARITUBA - SP	0,139639207
RIO DAS ANTAS - SC	0,139233346
BALIZA - GO	0,139159015
SEDE NOVA - RS	0,139127271
MATA - RS	0,138813692
CAMBARÁ - PR	0,138788379
ALEGRIA - RS	0,1387459
JAGUARÃO - RS	0,138669302
PEABIRU - PR	0,13865764
IGARAÇU DO TIETÊ - SP	0,138655859
ITALVA - RJ	0,138413332
LIBERDADE - MG	0,138293165
CAMPO BOM - RS	0,138280232
ÁGUAS BELAS - PE	0,138166876
LUIZIANA - PR	0,13805869
OLÍMPIA - SP	0,138024303
MIRACEMA - RJ	0,13781548
OTACÍLIO COSTA - SC	0,137461612
CAMPO ALEGRE - SC	0,137380568
CARLINDA - MT	0,13712886
TRAJANO DE MORAES - RJ	0,136905697
PARAÍSO - SP	0,136833798
ARAPIRACA - AL	0,136824154
MIGUEL PEREIRA - RJ	0,136105465
DORES DO RIO PRETO - ES	0,136010233
AMAMBAÍ - MS	0,135982948
CONTENDA - PR	0,135867567
MAQUINÉ - RS	0,135624379
GUARANI - MG	0,135604228
PARANAPANEMA - SP	0,135466317
ITATIBA DO SUL - RS	0,135369489
TRINDADE DO SUL - RS	0,135186992
GUIA LOPES DA LAGUNA - MS	0,135007355
JÚLIO DE CASTILHOS - RS	0,134955432
ÂNGULO - PR	0,134939934
CORONEL JOÃO PESSOA - RN	0,134789481
JUSSARA - GO	0,134752004
ITATIAIA - RJ	0,134385008
BARRO ALTO - GO	0,134333971
PINHAL - RS	0,134268459
CAÇU - GO	0,134174012
CAPÃO DA CANOA - RS	0,134121643
VILHENA - RO	0,133949091

ENTE	IRF-RPPS
CAMPO DO TENENTE - PR	0,133649753
TAPURAH - MT	0,133332563
SÃO JOSÉ DO EGITO - PE	0,133242418
LAGOÃO - RS	0,133174323
PIRAQUARA - PR	0,133071101
CRIXÁS - GO	0,132973848
JEQUERI - MG	0,132337641
TRÊS RANCHOS - GO	0,132131007
SANTO ANTÔNIO DO MONTE - MG	0,131862862
SALGUEIRO - PE	0,131834396
PARANAÍTA - MT	0,131790882
CAARAPÓ - MS	0,131728134
TATUI - SP	0,131704918
MAJOR IZIDORO - AL	0,13163627
CAMPINA GRANDE DO SUL - PR	0,131585556
NOVA ANDRADINA - MS	0,131285003
FIRMINÓPOLIS - GO	0,131104299
BOM JESUS DE GOIÁS - GO	0,131088067
SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES	0,131013409
QUERÊNCIA - MT	0,13087263
DUAS BARRAS - RJ	0,130862884
INACIOLÂNDIA - GO	0,130699057
TERRA RICA - PR	0,130600181
POMBOS - PE	0,130489482
SÃO PEDRO DA SERRA - RS	0,13045074
SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE - PE	0,130393021
QUATRO BARRAS - PR	0,130317389
MUZAMBINHO - MG	0,130282723
GUARANIAÇU - PR	0,13023239
POÇO FUNDO - MG	0,130152568
LAJES PINTADAS - RN	0,130066075
CIDADE OCIDENTAL - GO	0,130029409
PAVERAMA - RS	0,129984151
SABINÓPOLIS - MG	0,12994167
BONITO - MS	0,129919332
TENENTE PORTELA - RS	0,129903383
PARAÍBA DO SUL - RJ	0,129840846
INGAZEIRA - PE	0,129708013
NORTELÂNDIA - MT	0,129662596
GOIANINHA - RN	0,129434355
COMENDADOR GOMES - MG	0,129293953
CHAPADA GAÚCHA - MG	0,129089203
XAMBRÊ - PR	0,129055805
IGUATAMA - MG	0,128824581
VALE VERDE - RS	0,128575108
SÃO JOÃO BATISTA - SC	0,128530169
CONGONHINHAS - PR	0,128529426
OROCÓ - PE	0,128480314
LINHARES - ES	0,128465643
COLÍDER - MT	0,128414694
JABORANDI - SP	0,128379254

ENTE	IRF-RPPS
IVINHEMA - MS	0,128278026
PRESIDENTE OLEGÁRIO - MG	0,12815601
PIRATINI - RS	0,128130505
GOIANIRA - GO	0,127989123
DIAMANTE DO NORTE - PR	0,127907237
SALES OLIVEIRA - SP	0,127671135
NOVA CANAÃ DO NORTE - MT	0,127614593
DORES DO INDAIÁ - MG	0,127510664
CARANGOLA - MG	0,127499649
ITAJÁ - GO	0,127481257
JOÃO PINHEIRO - MG	0,127389476
BIRITIBA-MIRIM - SP	0,127367106
NOVA PONTE - MG	0,127187272
FORMIGA - MG	0,126964534
SÃO JERÔNIMO - RS	0,126843204
PATU - RN	0,126672177
IPORÃ - PR	0,126549332
TERRA ROXA - PR	0,126544785
CARDOSO MOREIRA - RJ	0,126430179
IVATUBA - PR	0,126342887
GUARANI DAS MISSÕES - RS	0,126176389
ARIQUEMES - RO	0,126079359
IACIARA - GO	0,125683155
CÂNDIDO RODRIGUES - SP	0,125539711
PITANGUI - MG	0,125410269
AQUIDAUANA - MS	0,125376309
CALDAS NOVAS - GO	0,125328851
SERRA DO SALITRE - MG	0,125021713
SANTA FÉ DO SUL - SP	0,124870364
NOVA HARTZ - RS	0,124767827
ITAPURA - SP	0,124698505
CARMÉSIA - MG	0,124654435
PASSIRA - PE	0,12464409
CAPINÓPOLIS - MG	0,124486573
VALE REAL - RS	0,12446416
NOVA LONDRINA - PR	0,124439872
RIOZINHO - RS	0,12440743
ESPERANÇA NOVA - PR	0,124315887
SÃO BENTO DO UNA - PE	0,124090843
PARÁ DE MINAS - MG	0,123922003
SIDROLÂNDIA - MS	0,123905778
RIO DAS OSTRAS - RJ	0,123839674
GOIANÉSIA - GO	0,123714494
CLÁUDIA - MT	0,123637172
ITAITINGA - CE	0,123485221
URÂNIA - SP	0,123347548
SENADOR CANEDO - GO	0,122917832
IPIGUÁ - SP	0,122908985
DOMINGOS MARTINS - ES	0,12290408
RIO CLARO - RJ	0,122540125
PALMEIRAS DE GOIÁS - GO	0,122439279

ENTE	IRF-RPPS
RIO BRILHANTE - MS	0,122411616
GUARANI DE GOIÁS - GO	0,122409684
JUPI - PE	0,122216463
SERTÃO SANTANA - RS	0,122213442
MANTENA - MG	0,122155412
MAIRIPORÃ - SP	0,121791081
NOVA ESPERANÇA - PR	0,121713072
HERVAL - RS	0,121403419
SANTO ANTÔNIO DE POSSE - SP	0,121268634
ITAÍBA - PE	0,121238963
MARIANA PIMENTEL - RS	0,121108243
PEROBAL - PR	0,121021724
ANANINDEUA - PA	0,121011579
GONÇALVES - MG	0,12093342
CAMBUÍ - MG	0,120840168
SAPIRANGA - RS	0,120678456
VALE DO ANARI - RO	0,120478951
VERA - MT	0,120456799
ENGENHEIRO COELHO - SP	0,120431891
ARAXÁ - MG	0,120431031
MANDIRITUBA - PR	0,120418984
BRODOWSKI - SP	0,120164415
VICÊNCIA - PE	0,12012069
ARARIPINA - PE	0,120088634
SANTANA DE PARNAÍBA - SP	0,120041106
QUATÁ - SP	0,120033273
COTRIGUAÇU - MT	0,119986214
HELIODORA - MG	0,11988833
EDEALINA - GO	0,11986026
CONQUISTA D'OESTE - MT	0,119718239
OURO VERDE DE GOIÁS - GO	0,119708601
CARMO DO CAJURU - MG	0,119437908
JUATUBA - MG	0,119379662
NOVA CANTU - PR	0,119189646
ALAGOINHA - PE	0,119109438
ATALAIA - PR	0,119041592
CAMBARÁ DO SUL - RS	0,118924523
SÃO JOÃO DO PIAUÍ - PI	0,118781197
BELFORD ROXO - RJ	0,118746852
JUCATI - PE	0,118647773
CABECEIRA GRANDE - MG	0,118527262
BARRA DO GARÇAS - MT	0,118337176
MALACACHETA - MG	0,118313137
MANDAGUAÇU - PR	0,118212256
DEMerval LOBÃO - PI	0,117901891
PILÔEZINHOS - PB	0,117808628
IPAMERI - GO	0,117776101
HEITORAÍ - GO	0,117772763
PIRAJUBA - MG	0,117748878
VISTA GAÚCHA - RS	0,117614142
UCHOA - SP	0,1176102

ENTE	IRF-RPPS
BARRA DE GUABIRABA - PE	0,117597053
ÁGUA BRANCA - PI	0,117451871
BAEPENDI - MG	0,117252614
BARRACÃO - PR	0,11713312
CACEQUI - RS	0,117040934
RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS - SP	0,11698653
TAIÓ - SC	0,116915957
SOBRADINHO - RS	0,116749512
RIO GRANDE DA SERRA - SP	0,116609404
MARIA HELENA - PR	0,116456505
MONTE ALEGRE DE MINAS - MG	0,116412387
MUNHOZ DE MELO - PR	0,116370898
JUAZEIRO DO NORTE - CE	0,116322937
CORRENTINA - BA	0,11617434
SANTA FÉ DE GOIÁS - GO	0,115826132
COROMANDEL - MG	0,115824824
JACOBINA - BA	0,115783277
PONTES E LACERDA - MT	0,115645032
JURUENA - MT	0,115615857
ARANDU - SP	0,115485269
PARANHOS - MS	0,115426879
VIANÓPOLIS - GO	0,115398704
PEIXOTO DE AZEVEDO - MT	0,115354115
CANHOTINHO - PE	0,115179625
MARACAJÁ - SC	0,115162936
CACHOEIRA DE GOIÁS - GO	0,115015235
OLARIA - MG	0,114928232
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS - GO	0,114601706
QUITANDINHA - PR	0,114554185
CARMO DO RIO VERDE - GO	0,11449544
LAGOA ALEGRE - PI	0,114208106
ASTORGA - PR	0,114196086
CAMPOS ALTOS - MG	0,114162439
BARRA DO GUARITA - RS	0,11402238
PADRE BERNARDO - GO	0,113928122
MOZARLÂNDIA - GO	0,11390427
CORRENTE - PI	0,113824056
DORMENTES - PE	0,11372807
MESSIAS TARGINO - RN	0,113699945
FOZ DO JORDÃO - PR	0,113691572
IBIRAÇU - ES	0,11356729
CERRO GRANDE DO SUL - RS	0,113519826
CABROBÓ - PE	0,113457324
PALMITAL - PR	0,113374721
AURILÂNDIA - GO	0,113275992
ITAPEVA - MG	0,113178217
WENCESLAU BRAZ - PR	0,113017941
FAINA - GO	0,112732674
TERRA BOA - PR	0,112660794
RIO BONITO DO IGUAÇU - PR	0,112433685
LUÍS CORREIA - PI	0,112410971

ENTE	IRF-RPPS
CARMO DO PARANAÍBA - MG	0,112378678
FORQUILHINHA - SC	0,112366398
ALTINHO - PE	0,112335528
RIACHUELO - RN	0,112001204
FUNDÃO - ES	0,111915428
ITABERAÍ - GO	0,111697179
JUREMA - PI	0,111693151
TABAPORÃ - MT	0,111475285
BARROS CASSAL - RS	0,111334708
RIO PARANAÍBA - MG	0,111223583
RUBIATABA - GO	0,111123406
TURVELÂNDIA - GO	0,111047251
NOVO BARREIRO - RS	0,111004725
JUÍNA - MT	0,110872973
IPORÁ - GO	0,110796922
PEDRAS DE FOGO - PB	0,11065067
SÃO VALÉRIO DO SUL - RS	0,110624427
TAPIRA - PR	0,110557162
SANTA ROSA DE GOIÁS - GO	0,110500419
RIBEIRÃO CASCALHEIRA - MT	0,110417336
CAMPO FORMOSO - BA	0,109957131
RIO DOS ÍNDIOS - RS	0,109812485
FAZENDA NOVA - GO	0,109796694
PONTALINDA - SP	0,109598064
EDÉIA - GO	0,109544249
CAMPINÁPOLIS - MT	0,109179043
IPIRANGA DO NORTE - MT	0,10901959
MANTENÓPOLIS - ES	0,10900504
IPIRANGA - PR	0,10895268
NANUQUE - MG	0,108885776
ANTÔNIO JOÃO - MS	0,10873094
SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - MT	0,108725076
BETÂNIA - PE	0,108609803
PETROLINA DE GOIÁS - GO	0,108605812
NOVO ITACOLOMI - PR	0,108348676
MACHADOS - PE	0,108314368
NOVA UBIRATÃ - MT	0,10830635
PÉROLA - PR	0,108233731
MENDES - RJ	0,108157327
SILVA JARDIM - RJ	0,107977218
VOTUPORANGA - SP	0,107802322
SÃO BENEDITO DO SUL - PE	0,107652787
SANTA RITA - PB	0,107431076
FLORES - PE	0,107406537
GAÚCHA DO NORTE - MT	0,107367755
SÃO PAULO DO POTENGI - RN	0,107208212
ITAARA - RS	0,107205766
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT	0,107176265
CÓRREGO DO OURO - GO	0,107019962
CASEIROS - RS	0,106998273
GAROPABA - SC	0,106983472

ENTE	IRF-RPPS
RESERVA - PR	0,106890841
SERRA TALHADA - PE	0,106753508
TERRA DE AREIA - RS	0,106707048
JANAÚBA - MG	0,10670075
LUZIÂNIA - GO	0,10657426
FAZENDA RIO GRANDE - PR	0,106490781
MOREIRA SALES - PR	0,106269794
ARAGUACEMA - TO	0,106262372
PALMINÓPOLIS - GO	0,106161775
PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL	0,105663305
TAQUARAL DE GOIÁS - GO	0,105633486
JESÚPOLIS - GO	0,105575535
VICENTINÓPOLIS - GO	0,105274535
SÃO GONÇALO DO AMARANTE - RN	0,105246834
LAJEADO - RS	0,105232473
SÃO PEDRO DA ALDEIA - RJ	0,105075622
PERDIGÃO - MG	0,105006657
JANDIRA - SP	0,104913288
PEDRA - PE	0,104676471
FRANCO DA ROCHA - SP	0,104480909
ORIZONA - GO	0,104370922
GURUPI - TO	0,104252124
URUAÇU - GO	0,104241005
HORIZONTE - CE	0,104160697
COCALINHO - MT	0,104139759
CAMAPUÃ - MS	0,104055513
NOVA RESENDE - MG	0,104012058
ALÉM PARAÍBA - MG	0,103822245
LAGOA SECA - PB	0,103800247
ALTO FELIZ - RS	0,10364129
TUCUMÃ - PA	0,103558808
PLANALTO DA SERRA - MT	0,10349286
SOLIDÃO - PE	0,103427461
SANTA HELENA DE GOIÁS - GO	0,103193591
IGARATINGA - MG	0,103094651
TUNAS DO PARANÁ - PR	0,102899269
ALVINÓPOLIS - MG	0,10277672
SERTÂNIA - PE	0,10253966
PERDÕES - MG	0,102441931
CAPISTRANO - CE	0,102288775
PIRAPORA - MG	0,102037965
MARILENA - PR	0,10160709
TANGARÁ - RN	0,101568636
PIRACAIA - SP	0,101549506
ROLIM DE MOURA - RO	0,101518194
SANTA MARIA DA VITÓRIA - BA	0,101412373
APIACÁS - MT	0,101347569
SANTA RITA DO TRIVELATO - MT	0,101260894
SALOÁ - PE	0,101258198
TRINDADE - GO	0,101002775
CATANDUVAS - PR	0,100903799

ENTE	IRF-RPPS
LAJEDO - PE	0,100874379
GRAMADO XAVIER - RS	0,100842959
SÃO BENTO - PB	0,100816072
NOVO MUNDO - MT	0,100786674
CAJAZEIRAS DO PIAUÍ - PI	0,10071289
CHÃ GRANDE - PE	0,100624744
MERCÊS - MG	0,100557482
MORRINHOS - GO	0,100535105
VARGEM GRANDE DO SUL - SP	0,100213651
ITAUÇU - GO	0,10015824
ESPIGÃO DO OESTE - RO	0,099832385
CRISTIANÓPOLIS - GO	0,099676315
DIAMANTINA - MG	0,099407901
PEDRINÓPOLIS - MG	0,099406584
CARVALHÓPOLIS - MG	0,099386308
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO - GO	0,099354155
SÃO JOSÉ DO POVO - MT	0,099313317
MORRO AGUDO DE GOIÁS - GO	0,099306574
CAMBORIÚ - SC	0,098838247
ALTINÓPOLIS - SP	0,098822913
QUEIMADAS - PB	0,098761962
NOVA MONTE VERDE - MT	0,098715962
ITAPURANGA - GO	0,098639576
BREJINHO - PE	0,098598723
SÃO SEBASTIÃO DO OESTE - MG	0,098592726
PATOS - PB	0,098440109
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR	0,098007077
NOVA ALVORADA DO SUL - MS	0,097897827
NOVA MARILÂNDIA - MT	0,097861988
PESQUEIRA - PE	0,097753819
ALAGOINHA - PB	0,097699908
CASCADEL - CE	0,09739533
JAGUARIAÍVA - PR	0,097351506
MONTE ALEGRE - RN	0,09726922
MAURILÂNDIA - GO	0,097055877
BURITIS - RO	0,096939039
BOM JARDIM - PE	0,096919131
RIBEIRÃO PIRES - SP	0,096911085
ÁGUAS FORMOSAS - MG	0,096909602
NOVA VENEZA - GO	0,096767048
SAPÉ - PB	0,096704745
PARANATAMA - PE	0,096699509
AMAPORÃ - PR	0,096291753
CAMPO REDONDO - RN	0,096166237
LAGOA GRANDE - PE	0,096146027
INAJÁ - PE	0,09568689
SANTA JULIANA - MG	0,09565193
ROCHEDO - MS	0,095378171
BREJO DA MADRE DE DEUS - PE	0,0951931
SIQUEIRA CAMPOS - PR	0,09489408
NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE - RO	0,094871997

ENTE	IRF-RPPS
LAGOA DO OURO - PE	0,094770873
PORTEIRÃO - GO	0,094751378
IBIRAJUBA - PE	0,094745719
PORTO ESTRELA - MT	0,094542752
SENADOR ELÓI DE SOUZA - RN	0,094535737
BURITAMA - SP	0,094468166
SANTA TEREZINHA DE GOIÁS - GO	0,094407275
TIMBÓ GRANDE - SC	0,094147275
URUTAÍ - GO	0,093997144
MORADA NOVA DE MINAS - MG	0,093559798
OURO BRANCO - RN	0,093085587
GODOY MOREIRA - PR	0,093061161
BEZERROS - PE	0,092939415
BREJO DO CRUZ - PB	0,092884862
ESPERANTINA - PI	0,092842314
SIGEFREDO PACHECO - PI	0,092828134
CERRITO - RS	0,092756256
GUIRICEMA - MG	0,092704749
CRATO - CE	0,092659195
SUMÉ - PB	0,092624582
LUCENA - PB	0,092544932
TURVO - PR	0,092523371
ARIPUANÃ - MT	0,092486192
CAAPORÃ - PB	0,092479334
BELA VISTA DE GOIÁS - GO	0,092052804
AJURICABA - RS	0,092033674
JURUAIA - MG	0,091539517
MONTE ALEGRE - PA	0,091469307
FÁTIMA DO SUL - MS	0,091373672
OLHO D'ÁGUA DO BORGES - RN	0,091368028
CAMPOS GERAIS - MG	0,091174122
SÃO VICENTE FERRER - PE	0,091074568
QUARTEL GERAL - MG	0,091068438
MONTES CLAROS DE GOIÁS - GO	0,090762838
VALENÇA - RJ	0,090604239
CORUMBAÍBA - GO	0,090410177
BURITI DOS LOPES - PI	0,090385164
ANGÉLICA - MS	0,090364697
BEBERIBE - CE	0,090327664
PARAÍSO DO TOCANTINS - TO	0,090168017
NOVA BRASILÂNDIA - MT	0,089997576
GUARABIRA - PB	0,089913776
PAULISTANA - PI	0,089792311
VICENTINA - MS	0,08952362
OURO PRETO DO OESTE - RO	0,089173204
SÃO JOSÉ DA LAJE - AL	0,08911897
CAMPOS BELOS - GO	0,089086954
VIRADOURO - SP	0,089015297
ARAL MOREIRA - MS	0,088889204
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO	0,088865523
BOA ESPERANÇA - ES	0,088847107

ENTE	IRF-RPPS
BALNEÁRIO PINHAL - RS	0,088755232
QUIXABA - PE	0,088549125
CERRO AZUL - PR	0,088325205
NAZÁRIO - GO	0,087733024
NOVA LACERDA - MT	0,087608822
SÃO JOSÉ DOS RAMOS - PB	0,087605611
ESPINOSA - MG	0,087593072
CASINHAS - PE	0,087399684
PORTO BELO - SC	0,087355987
ARCEBURGO - MG	0,087317979
CARANDAÍ - MG	0,087104494
VERTENTE DO LÉRIO - PE	0,086934293
CAPOEIRAS - PE	0,086605931
PIRIPITUBA - PB	0,086248772
VERA CRUZ - RN	0,085930657
PACOTI - CE	0,085821917
DOVERLÂNDIA - GO	0,085786164
BURITIS - MG	0,085765843
NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT	0,085496658
CARBONITA - MG	0,085434912
DIAMANTE - PB	0,085153478
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - RO	0,085132597
AFRÂNIO - PE	0,085125165
VALPARAÍSO DE GOIÁS - GO	0,085101258
QUIPAPÁ - PE	0,084787203
ITAÚ - RN	0,08466923
CRAÍBAS - AL	0,08456474
IBIMIRIM - PE	0,084512159
NOVO BRASIL - GO	0,084371136
BELÉM - PB	0,084242072
RODOLFO FERNANDES - RN	0,084170406
SANTANA DA BOA VISTA - RS	0,084014619
CAETÉS - PE	0,083947199
ITAGUARI - GO	0,083577086
ITAREMA - CE	0,083543591
LARANJAL - PR	0,083360886
FORMOSO - GO	0,083350079
POMPÉU - MG	0,083346547
SABARÁ - MG	0,083256524
SANTA ISABEL - GO	0,08321233
ARAGOIÂNIA - GO	0,083168933
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT	0,082700314
BUENOS AIRES - PE	0,082660627
MATUPÁ - MT	0,082498264
DOUTOR ULYSSES - PR	0,082459996
GUARAÍ - TO	0,082403733
SÃO JOSÉ DE UBÁ - RJ	0,082348053
MACHADINHO D'OESTE - RO	0,082295398
CONCEIÇÃO DE MACABU - RJ	0,082183805
ABADIA DE GOIÁS - GO	0,082084379
ESPERA FELIZ - MG	0,081955506

ENTE	IRF-RPPS
RIACHINHO - MG	0,08180181
SANTO ANTÔNIO DA BARRA - GO	0,081467631
BURITICUPU - MA	0,081425801
ITAPAJÉ - CE	0,081025306
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA	0,08076084
ILHABELA - SP	0,080657036
ITARUMÃ - GO	0,080633663
BURI - SP	0,080276162
JI-PARANÁ - RO	0,08010606
SÃO JOSÉ DO BELMONTE - PE	0,08004972
BURITI DE GOIÁS - GO	0,080024101
BONFINÓPOLIS - GO	0,080018524
ARAPORÃ - MG	0,079611875
HIDROLÂNDIA - GO	0,079549821
BONITO DE SANTA FÉ - PB	0,079512226
CORONEL FABRICIANO - MG	0,079318618
AGRICOLÂNDIA - PI	0,079291248
IVOLÂNDIA - GO	0,078812808
CAMPO ALEGRE DE GOIÁS - GO	0,078783176
BODOQUENA - MS	0,078574173
CURRALINHOS - PI	0,078526561
IGUARACI - PE	0,078262965
INDIARA - GO	0,07809961
PACAJUS - CE	0,077946201
FLORESTA - PR	0,077669651
PINDOBA - AL	0,07722409
TRÊS FORQUILHAS - RS	0,07719657
ITACARAMBI - MG	0,077171842
GUARAMIRANGA - CE	0,076992968
FORTIM - CE	0,076841602
BELÉM DE SÃO FRANCISCO - PE	0,076790671
PICOS - PI	0,076739288
ITAPIPOCA - CE	0,076569648
CAMPO NOVO DE RONDÔNIA - RO	0,076363647
CEARÁ-MIRIM - RN	0,07630186
MONTE NEGRO - RO	0,076052373
SERTÃOZINHO - PB	0,075418924
SAPEAÇU - BA	0,075361559
ARUANÃ - GO	0,075345214
PERDIZES - MG	0,07507867
ARAGUATINS - TO	0,074752966
MARAGOGI - AL	0,074579951
GRANITO - PE	0,074322514
SOLEDADE - PB	0,07423674
AGRESTINA - PE	0,074217032
FLORIANO PEIXOTO - RS	0,074187844
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ - RN	0,073812978
BOCAIÚVA - MG	0,073775181
VEREDINHA - MG	0,073732302
CASSILÂNDIA - MS	0,073624061
SENHORA DO PORTO - MG	0,07352366

ENTE	IRF-RPPS
CACHOEIRINHA - PE	0,073333861
SÃO MATEUS DO MARANHÃO - MA	0,072726895
TIMBIRAS - MA	0,072329156
SÃO CRISTOVÃO DO SUL - SC	0,072249492
PARANATINGA - MT	0,07184976
PORTEL - PA	0,071800367
BANDEIRA - MG	0,071668477
BODOCÓ - PE	0,071659519
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO	0,071321657
SANTANA DO ARAGUAIA - PA	0,071239443
SÍTIO D'ABADIA - GO	0,071097496
ACOPIARA - CE	0,070664181
CHOPINZINHO - PR	0,070119121
NOVA MAMORÉ - RO	0,070057011
TERENOS - MS	0,069817182
MATINHOS - PR	0,069694958
ÁGUA CLARA - MS	0,06945472
OUROLÂNDIA - BA	0,068978243
CUITÉ - PB	0,068803131
BAIÃO - PA	0,068772555
MARCELÂNDIA - MT	0,068650669
JOVIÂNIA - GO	0,068618291
MORADA NOVA - CE	0,068592467
SÃO JOÃO D'ALIANÇA - GO	0,068148263
PALMÁCIA - CE	0,067753475
SERRA BRANCA - PB	0,067602213
CAIANA - MG	0,067287415
GUAPÓ - GO	0,066662247
DESTERRO - PB	0,066406983
ITAGUARU - GO	0,066364893
NOVO PLANALTO - GO	0,065613509
TIJUCAS DO SUL - PR	0,065545995
MILAGRES - CE	0,065471451
GUAMIRANGA - PR	0,065468596
NOVA UNIÃO - RO	0,065450264
SANTA TEREZINHA - MT	0,06530057
CEDRO - PE	0,065054425
SERRITA - PE	0,064949323
CACAULÂNDIA - RO	0,064844378
JAPARAÍBA - MG	0,064299232
PICUÍ - PB	0,064276706
GENERAL SAMPAIO - CE	0,063976326
ITAMARANDIBA - MG	0,063708045
TAPEROÁ - PB	0,063366277
CORURIBE - AL	0,062825541
MESSIAS - AL	0,062525509
SÃO LUIZ DO NORTE - GO	0,062481249
SANTA QUITÉRIA - CE	0,062005769
FELIZ NATAL - MT	0,06192109
LANDRI SALES - PI	0,061666394
GUIMARÂNIA - MG	0,061281302

ENTE	IRF-RPPS
PARAIPABA - CE	0,061143818
PIRANGA - MG	0,060936266
OLHO D'ÁGUA DAS FLORES - AL	0,060836759
PILÕES - PB	0,060802789
RIO QUENTE - GO	0,060043255
SANTA TEREZINHA - PE	0,059861714
CAMPANÁRIO - MG	0,059483231
CAPELA DO ALTO ALEGRE - BA	0,059234103
BONÓPOLIS - GO	0,059225254
SÃO JOSÉ DO JACUIPE - BA	0,0591916
INOCÊNCIA - MS	0,059143711
VALE DE SÃO DOMINGOS - MT	0,058518011
PIRANHAS - AL	0,058471353
FLORIANO - PI	0,058371564
ÁGUA FRIA DE GOIÁS - GO	0,058369504
HUMAITÁ - AM	0,057877742
PORTALEGRE - RN	0,057688029
SÃO PATRÍCIO - GO	0,057507951
TAUÁ - CE	0,057426799
BRASÓPOLIS - MG	0,056970793
DIANÓPOLIS - TO	0,056905878
PADRE PARAÍSO - MG	0,056446974
PORTO NACIONAL - TO	0,05644692
SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CE	0,056359618
FRANCISCO SANTOS - PI	0,055785212
TURMALINA - MG	0,055707295
APARECIDA DE GOIÂNIA - GO	0,054798862
SERINGUEIRAS - RO	0,054543203
JAGUARUANA - CE	0,054085676
ALOÂNDIA - GO	0,05386121
PINTÓPOLIS - MG	0,05345443
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS - TO	0,053167559
SAQUAREMA - RJ	0,053114676
OLIVENÇA - AL	0,05311414
MIRANTE DA SERRA - RO	0,052986359
CARNAUBEIRA DA PENHA - PE	0,052653922
CAXINGÓ - PI	0,051618435
VALE DO PARAÍSO - RO	0,050776351
IPUEIRAS - CE	0,04966841
MORRO DO CHAPÉU - BA	0,049589792
CRUZ - CE	0,049343446
SARZEDO - MG	0,048923887
BONITO - BA	0,048640193
ABREULÂNDIA - TO	0,048440153
BOM JARDIM DE GOIÁS - GO	0,047794232
ENGENHEIRO CALDAS - MG	0,046539254
VARJÃO DE MINAS - MG	0,04550623
ARAÇOIABA - PE	0,045300317
MATRINCHÃ - GO	0,044922604
ARARIPE - CE	0,044876867
BRASÍLIA DE MINAS - MG	0,044816328

ENTE	IRF-RPPS
FORTALEZA DE MINAS - MG	0,04446721
MIRANORTE - TO	0,044238791
SANTA CRUZ DO ARARI - PA	0,044005929
IBICUITINGA - CE	0,043308632
SÃO VICENTE - RN	0,043161489
OCARA - CE	0,043034818
SERRA DO RAMALHO - BA	0,043008621
DAMIANÓPOLIS - GO	0,04220721
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ - MG	0,041931879
CAMPINORTE - GO	0,0415589
BERIZAL - MG	0,04072322
ITAQUIRAÍ - MS	0,040556415
PATIS - MG	0,039881484
CAPITÃO DE CAMPOS - PI	0,038777609
JURU - PB	0,037514594
BREVES - PA	0,036376717
ALGODÃO DE JANDAÍRA - PB	0,035006985
PASSA E FICA - RN	0,03432186
SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO - GO	0,033673916
QUATIS - RJ	0,032950197
FRANCISCO SÁ - MG	0,032892772
SANTANA DO ITARARÉ - PR	0,032442671
CACIMBAS - PB	0,032081615
SÃO JOÃO DA LAGOA - MG	0,03204542
CALDEIRÃO GRANDE - BA	0,028695079
NOVA OLINDA - CE	0,028251757
QUIXABEIRA - BA	0,028006591
IPECAETÁ - BA	0,026570938
CARIRIAÇU - CE	0,024267767
SANTANA DO CARIRI - CE	0,023222367
VÁRZEA DA PALMA - MG	0,022880564
URUCUIA - MG	0,022284355
RIACHÃO - PB	0,021984452
IRAUÇUBA - CE	0,021592518
POÇO DE JOSÉ DE MOURA - PB	0,019352485
MARANGUAPE - CE	0,018766963
VIÇOSA DO CEARÁ - CE	0,017342238
FIGUEIRÓPOLIS - TO	0,015628891
VÁRZEA NOVA - BA	0,012900098
JAPONVAR - MG	0,009786339
SERRA DOURADA - BA	0,00953276
TAGUATINGA - TO	0,006793737
IPU - CE	0,006688335
BOA VISTA - PB	0,005186241
MONTE DO CARMO - TO	0,001690068
TAPIRAMUTÁ - BA	0,000607158
UMBURANAS - BA	0,000253462
SOLONÓPOLE - CE	0

APÊNDICE B - Instrumento de Pesquisa – Questionário

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada **“VULNERABILIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL A PARTIR DAS DECISÕES DOS GESTORES PÚBLICOS”**, sob a responsabilidade dos pesquisadores professora Dra. Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade e Doutorando Fabrício Vieira dos Santos – todos, vinculados ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia (PPGCC/FACIC/UFU).

Nesta pesquisa, nós estamos buscando investigar os impactos que as escolhas dos gestores públicos possam estar relacionadas à vulnerabilidade dos regimes próprios previdenciários. Na sua participação, você será convidado a responder a um questionário online. Ao acessar a plataforma, você poderá concordar com o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), assinalando a opção “ACEITO” para ser direcionado às questões. Caso assinale a opção “NÃO ACEITO”, sua participação será finalizada. O questionário possui 25 questões, e o tempo estimado para a conclusão é de 12 minutos. As questões temáticas devem ser respondidas livremente, de acordo com sua percepção geral e experiência prévia. Não são solicitadas questões sigilosas do Instituto Próprio de Previdência Social. Não é necessário nenhum levantamento prévio de informações.

Todas as respostas serão analisadas em conjunto, preservando a identidade dos participantes. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e, ainda assim, a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar da pesquisa. Os riscos consistem na possibilidade de identificação do respondente, de forma indireta, por meio da identificação do município. No entanto, para minimizar esse risco, o questionário será aplicado online, por meio da disponibilização de um link, cuja utilização é livre (não restrita) e não demanda registro do respondente para utilizá-lo.

O questionário não lida com questões morais, éticas, nem tampouco sugere ou questiona não observância às regras. Não existem penalidades pelas respostas negativas ou positivas. Dessa forma, não existem riscos identificados para os respondentes pelas respostas fornecidas. Mesmo havendo um risco mínimo de identificação, ressalta-se ainda que os resultados da pesquisa serão apresentados e analisados em conjunto, sem qualquer identificação da pessoa responsável pela resposta ao questionário. Além disso os dados serão manuseados por meio de sistema informatizado e seguro, cujo acesso será concedido única e exclusivamente aos pesquisadores responsáveis pela pesquisa. Em relação aos benefícios, por se tratar de uma pesquisa que envolve o universo dos servidores públicos estatutários em nível municipal, as evidências encontradas poderão ser utilizadas em detrimento de toda a sociedade, haja vista se tratar de uma prestação de serviços e oferecimento de benefícios previdenciários para as presentes e futuras gerações. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido poderá ser impressa e arquivada por você quando do acesso à plataforma on-line.

Pergunta 1

* 1.

Se estiver de acordo em participar, assinale a opção ACEITO PARTICIPAR e siga para as perguntas.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Fabrício Vieira dos Santos, através do telefone (34) 9.8852-9060, endereço de e-mail: santofabriciovieira@gmail.com ou ainda diretamente na Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, localizada na Av. João Nave de Ávila, 2121 – Bairro Santa Mônica – Bloco 1F – Sala 215, na cidade de Uberlândia/MG – CEP 38.400-902. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131 ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br. O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.



- ☐ ACEITO PARTICIPAR
- ☐ NÃO ACEITO PARTICIPAR

Pergunta 2

2. Quantos anos de experiência profissional você possui no setor público?

- ☐ menos de um ano
- ☐ Entre 5 até 10 anos
- ☐ Entre 1 até 3 anos
- ☐ Mais de 10 anos
- ☐ Entre 3 até 5 anos

Pergunta 3

3. E na gestão do RPPS, quantos anos de experiência profissional?

- ☐ menos de um ano
- ☐ Entre 3 até 4 anos
- ☐ Entre 1 até 2 anos
- ☐ Entre 4 até 5 anos
- ☐ Entre 2 até 3 anos
- ☐ Mais de 5 anos

Pergunta 4

4. Qual o nível de escolaridade mais alto que você completou? 

- | | |
|--|--------------------------------------|
| ☐ Ensino Fundamental | ☐ Especialização |
| ☐ Ensino Médio | ☐ Mestrado |
| ☐ Ensino Superior | ☐ Doutorado |

Pergunta 5

5. Qual é seu vínculo trabalhista com o regime previdenciário municipal? 

- ☐ Servidor ocupante de cargo efetivo municipal, atualmente exercendo o cargo comissionado de gestor do RPPS.
- ☐ Servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração do(a) Prefeito(a).
- ☐ Outro (especifique)

Pergunta 6

6. Qual a forma jurídica do RPPS sob sua gestão? 

- ☐ Autarquia municipal
- ☐ Empresa Pública municipal
- ☐ Órgão subordinado à Prefeitura
- ☐ Não sei

Pergunta 7

7. Informe o porte de seu município por número de habitantes. 

- | | |
|---------------------------------------|---|
| ☐ Até 5000 | ☐ 30001 até 50000 |
| ☐ 5001 até 10000 | ☐ 50001 até 100000 |
| ☐ 10001 até 15000 | ☐ 100001 até 300000 |
| ☐ 15001 até 20000 | ☐ 300001 até 500000 |
| ☐ 20001 até 30000 | ☐ Maior do que 500000 |

Pergunta 8

8. Quantos beneficiários (ativos, inativos e pensionistas) estão vinculados ao RPPS o qual você realiza a gestão? 

- | | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| ☐ Até 200 | ☐ 3001 até 5000 |
| ☐ 201 até 500 | ☐ 5001 até 10000 |
| ☐ 501 até 1000 | ☐ Acima de 10000 |
| ☐ 1001 até 2000 | ☐ Não sei |
| ☐ 2001 até 3000 | |

Pergunta 9

9. Você já participou de alguma reunião em que se discutia a extinção do RPPS municipal? 

- ☐ Sim
- ☐ Não

Pergunta 10

10. O seu RPPS possui segregação de massa? 

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

Pergunta 11

11. Em poucas palavras, qual o principal desafio que você tem encontrado na gestão do RPPS em seu município? 

Pergunta 12

12. Em relação às afirmações a seguir sobre o **PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NO RPPS**, informe o nível de concordância. 

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
As decisões dos órgãos colegiados do RPPS são consideradas quando do meu processo de tomada de decisão.	☐	☐	☐	☐	☐
Eu considero a manifestação do sindicato dos servidores municipais quando da decisão nos assuntos gerenciais do fundo de pensão.	☐	☐	☐	☐	☐
Eu consulto o(a) Prefeito(a) antes de tomar uma decisão gerencial importante para o RPPS.	☐	☐	☐	☐	☐
A opinião do(a) Prefeito(a) influencia na minha decisão, quando da gestão do regime previdenciário.	☐	☐	☐	☐	☐

Deixe comentários, caso considere necessário.

Pergunta 13

13. Em relação às afirmações a seguir sobre a **PERCEPÇÃO DE VULNERABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO EM MOMENTO DE CRISE**, informe o nível de concordância. 

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Percebo que a arrecadação do fundo de pensão diminui durante períodos de crise financeira no Município.	☐	☐	☐	☐	☐
Entendo que o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência restou prejudicado com a chegada da pandemia relativa ao coronavírus.	☐	☐	☐	☐	☐
Eu vejo que o Município possui dificuldades em realizar o repasse da contribuição patronal ao regime próprio, quando do momento de crises, tal como a decorrente do coronavírus.	☐	☐	☐	☐	☐
Acredito que os regimes próprios de previdência social, de um modo geral, não estão preparados para lidar com os possíveis efeitos causados por crises financeiras.	☐	☐	☐	☐	☐

Deixe comentários, caso considere necessário.

Pergunta 14

14. Em momentos de crise, tal como o ocorrido pela pandemia do coronavírus, diversas decisões são tomadas no RPPS visando a garantia do equilíbrio financeiro e atuarial do fundo de pensão.

Na sua concepção, quais ações a serem tomadas pelo gestor de um RPPS são essenciais para a prevenção, a antecipação e a recuperação de crises junto aos fundos previdenciários? 

Pergunta 15

15. Em relação às afirmações a seguir sobre a **CAPACIDADE DO RPPS EM ANTECIPAR, ABSORVER E REAGIR A CHOQUES FINANCEIROS AO LONGO DO TEMPO**, informe o nível de concordância. 

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Enquanto gestor do RPPS, disponho de ferramentas, instrumentos, técnicas e habilidades que me permitem identificar e gerenciar melhor as vulnerabilidades dos fundos de pensão.	☐	☐	☐	☐	☐
Trabalho com sistemas de controle e planejamento bem desenvolvidos, sendo que tenho um forte desejo em manter os riscos potenciais sob controle, buscando sempre possuir reservas financeiras para momentos de crise, não dependendo assim da Prefeitura.	☐	☐	☐	☐	☐
Em meu RPPS não há planejamento quanto ao recebimento de um choque financeiro, sendo absorvido de forma passiva, o que faz aumentar a dependência de recursos financeiros da Prefeitura para o pagamento dos benefícios dos servidores e dependentes.	☐	☐	☐	☐	☐
Tenho absoluta convicção que a Prefeitura Municipal compensará qualquer necessidade financeira do RPPS quanto ao pagamento dos benefícios aos servidores e dependentes.	☐	☐	☐	☐	☐

Deixe comentários, caso considere necessário.

Pergunta 16

16. Quais decisões gerenciais você considera fundamentais para que o RPPS consiga reproduzir bons indicadores econômicos e financeiros similares aos verificados no período anterior a uma crise financeira?

Dito de outra forma, o que deve ser feito para que o fundo previdenciário não seja prejudicado com os efeitos de uma crise financeira? 

Pergunta 17

17. Em relação às afirmações a seguir sobre o **PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO QUANTO ÀS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO RPPS**, informe o nível de concordância. 

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Acredito que a Prefeitura acompanha e tem conhecimento dos procedimentos inerentes às aplicações financeiras do RPPS.	☐	☐	☐	☐	☐
Eu entendo haver mais riscos investir no exterior, razão pela qual prefiro realizar os investimentos em uma instituição brasileira.	☐	☐	☐	☐	☐
Eu decido qual instituição financeira os recursos serão investidos, bem como a forma predominante do investimento (renda fixa ou renda variável).	☐	☐	☐	☐	☐
Tenho registrado em meio digital todos os documentos que fundamentam a tomada de decisão quanto à aplicação dos recursos do RPPS.	☐	☐	☐	☐	☐
Tenho vontade de realizar diretamente operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações day trade) com os recursos do RPPS, pois acredito que tal operação pode gerar maior rentabilidade para o fundo de pensão.	☐	☐	☐	☐	☐

Deixe comentários, caso considere necessário.

Pergunta 18

18. Quais segmentos de aplicação financeira o RPPS sob sua gestão utiliza? 

- ☐ renda fixa
- ☐ renda variável
- ☐ investimento no exterior
- ☐ investimentos estruturados
- ☐ fundos imobiliários
- ☐ empréstimos consignados
- ☐ Não sei

Pergunta 19

19. Suponha agora que todos os recursos financeiros disponíveis no RPPS do qual você é gestor, sejam seus. Dessa forma, você aplicaria de igual maneira que o fundo previdenciário vem investindo? Por quê? 

Pergunta 20

20. Em relação às afirmações a seguir sobre as **SUAS PRETENSÕES POLÍTICAS**, informe o nível de concordância. 

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Eu não veria problemas em ocupar algum cargo comissionado no Poder Executivo, se convidado, inclusive permanecendo na gestão do RPPS em 2024 ou em 2025.	☐	☐	☐	☐	☐
Eu tenho pretensão política em disputar o cargo de vereador em 2024.	☐	☐	☐	☐	☐
Eu tenho pretensão política em disputar o cargo de prefeito em 2024.	☐	☐	☐	☐	☐

Não tenho pretensão em disputar cargo político, uma vez que pretendo apoiar a reeleição do (a) atual Prefeito(a), ou apoiar o(a) candidato(a) indicado(a) pelo(a) Chefe do Executivo Municipal, caso não seja possível a reeleição do(a) mesmo(a).

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Acredito que o gestor do RPPS pode ter mais dificuldade em decidir caso tenha intenção de lançar-se candidato.

☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Deixe comentários, caso considere necessário.

Pergunta 21

21. Em relação às afirmações a seguir sobre a **PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES NAS ATIVIDADES DO RPPS**, informe o nível de concordância. 

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Os servidores municipais vinculados ao RPPS possuem pouco conhecimento nas atividades desempenhadas pelo fundo.	☐	☐	☐	☐	☐
Os servidores municipais vinculados ao RPPS têm baixo interesse nas informações do fundo previdenciário.	☐	☐	☐	☐	☐
Os servidores municipais vinculados ao RPPS participam das decisões quanto à política de investimento.	☐	☐	☐	☐	☐
Os servidores municipais vinculados ao RPPS possuem acesso às informações gerenciais do regime.	☐	☐	☐	☐	☐
Os servidores municipais vinculados ao RPPS estão organizados em sindicatos que atuam diretamente junto às atividades do RPPS.	☐	☐	☐	☐	☐

Deixe comentários, caso considere necessário.

Pergunta 22

22. Em relação às afirmações a seguir sobre o **PODER DECISÓRIO DO GESTOR DO RPPS**, informe o nível de concordância. 

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
As metas e os resultados a serem alcançados pelo RPPS são definidas pelo(a) Chefe do Executivo Municipal.	☐	☐	☐	☐	☐
Eu entendo que as minhas decisões estão alinhadas com as políticas públicas desenvolvidas pelo(a) Prefeito(a) Municipal.	☐	☐	☐	☐	☐
A política de investimento do RPPS é definida por mim e pelos servidores públicos, sem a participação do(a) Prefeito(a).	☐	☐	☐	☐	☐

Entendo que os aspectos políticos influenciam no processo de tomada de decisão junto aos RPPS. ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Considero que os sindicatos dos servidores exercem pressão quanto às decisões no RPPS. ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Deixe comentários, caso considere necessário.

Pergunta 23

23. Em relação às afirmações a seguir sobre o **PODER DECISÓRIO DO GESTOR DO RPPS**, informe o nível de concordância. 

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
As decisões gerenciais no RPPS são tomadas com a participação coletiva dos servidores públicos.	☐	☐	☐	☐	☐
Os sindicatos dos servidores participam ativamente do processo de tomada de decisão gerencial do RPPS.	☐	☐	☐	☐	☐
As demandas apresentadas pelos sindicatos dos servidores são atendidas pelo RPPS.	☐	☐	☐	☐	☐

Deixe comentários, caso considere necessário.

Pergunta 24

24. Em relação às afirmações a seguir sobre os **DESAFIOS NA ATUAÇÃO COMO GESTOR DE UM RPPS**, informe o nível de concordância. 

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Indiferente	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
Eu aceitei ser gestor do RPPS municipal devido às oportunidades de ascensão profissional advindas do cargo.	☐	☐	☐	☐	☐
Se eu fosse gestor de um fundo de previdência privada em um grande banco nacional, as minhas decisões gerenciais seriam as mesmas adotadas no RPPS.	☐	☐	☐	☐	☐
Ao ocupar o cargo de gestor do RPPS municipal percebo que acabo tendo influência, prestígio e benefícios pessoais em minha cidade.	☐	☐	☐	☐	☐

Entendo que as minhas decisões na gestão do RPPS beneficiam a maioria dos servidores e dependentes do fundo previdenciário. ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Em algumas situações a minha decisão vai de encontro aos anseios dos servidores, ainda sim a minha decisão prevalece, uma vez que sou o gestor do fundo. ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

Deixe comentários, caso considere necessário.

Pergunta 25

25. Você entende que o RPPS busca o lucro financeiro em seus investimentos, atuando assim como se fosse uma empresa particular? E você como gestor desse fundo público, age e decide como se estivesse em um ambiente do setor privado? Explique as suas respostas. 